

Universidade Federal do Rio de Janeiro – **UFRJ**

Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – **EICOS**



**EMPREENDEDORISMO FEMININO:  
UM ESTUDO PSICOSSOCIAL COM MULHERES DA MARÉ**

Maria Inês da Rocha Cavalcanti

Rio de Janeiro

2020

**Empreendedorismo Feminino: um estudo psicossocial  
com mulheres da Maré**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social—EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro

Rio de Janeiro

2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial à todas as mulheres da minha família, porque eu só cheguei até aqui por causa delas.

A todos que me apoiaram e me acompanharam, direta ou indiretamente ao longo desses 02 anos. Principalmente a minha irmã Ana Cecília, e as amigas Carla Reis, Mariana Jatahy, e Deborah Chamovitz que me incentivaram e ouviram as minhas inquietações. Ao Gustavo Machado, primeiro e constante incentivador da minha vida acadêmica e entrada no EICOS.

À orientadora Prof. Marta deAraújo Pinheiro, pelo acolhimento, paciência e dedicação, além de todo conhecimento e apontamentos assertivos em todo processo.

Aos encontros e contribuições do meu grupo de estudos formado pelos amigos: Eduardo Ferreira, Regina Carmela, Helouise e Ana Carolina que trouxeram insights e escuta deixando o processo mais prazeroso e acolhedor.

Aos colegas, professores do programa EICOS e membros da secretaria, principalmente ao Ricardo por ajudar em todas as questões burocráticas.

À banca formada pelos professores Ruth Espínola e Catalina Revollo que enriqueceram a pesquisa na qualificação. E a professora Monica Machado que esteve na banca da dissertação.

A todos os envolvidos na pesquisa, principalmente a Fabiana que me acolheu e apresentou a Maré com toda dedicação e carinho.

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da  
sociedade se movimenta com ela.”

Angela Davis

## RESUMO

O empreendedorismo é um termo frequente em nosso dia-a-dia e que mobiliza diversos setores e públicos. Desde grandes empresários a microempreendedores e trabalhadores autônomos. O número de empreendedores vem crescendo no Brasil, e é na periferia e nas comunidades que o empreendedorismo se faz muito presente. O empreendedor, na maioria das vezes, é visto como alguém inovador, criativo e que melhora a economia do país. Mas essa nem sempre é a real motivação, já que muitos estão empreendendo por necessidade. O número de mulheres que opta em ter seu negócio para conseguir o seu sustento também tem crescido, já que são elas as que mais sofrem com o desemprego e trabalho precário. Não é de hoje que o trabalho feminino passa por diversas questões como a dupla jornada de trabalho e a violência. O objetivo desta dissertação é ampliar a discussão sobre o empreendedorismo feminino, tendo como estudo de caso um grupo de mulheres da Favela da Maré. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa de inspiração psicossocial e etnográfica com entrevistas semiestruturadas e abertas, visitas ao campo e observação participante. Ao analisar o conteúdo coletado, pode se verificar que estas mulheres empreendem e estão preocupadas não só com o seu sustento individual e familiar, como também com a comunidade a sua volta fazendo do empreendedorismo uma autorrealização e um ato de cuidado pessoal e coletivo.

**Palavras-chave:** empreendedorismo, empreendedorismo feminino, Favela da Maré, trabalho, psicossocial.

## ABSTRACT

Entrepreneurship is an ordinary term in our daily lives that is associated to different sectors and audiences in society. From large entrepreneurs to micro-entrepreneurs and freelance workers. In Brazil, the number of entrepreneurs is currently growing, especially in the peripheries and in poor communities. In general, the entrepreneur is seen as innovative, creative or someone that improves the country's economy. However, this is not always the case, since many people opt for this type of work out of necessity. The number of women who choose to have their own businesses to earn their living has also been growing. This happens because they are the ones who suffer most from unemployment and precarious work. *Historically, women have been facing a number of issues in their lives, such as the second shift and constant violence.* The aim of this dissertation is to discuss the reasoning and practice of female entrepreneurship by analyzing a group of women from Favela da Maré, as a case study. The methodology used was qualitative research based on psychosocial and ethnographic theories with semi-structured and open interviews, field visits and participant observation. The data analysis offers us some insightful findings. These entrepreneurial women are not only concerned with their individual and family livelihood, but also the wellbeing of the community around them. Entrepreneurship, in this case, is a matter of self-realization and an act of personal and collective care.

**Keywords:** entrepreneurship, female entrepreneurship, Favela da Maré, work, psychosocial

## **MOTIVAÇÃO DA PESQUISA**

Atuo como autônoma há sete anos. Em 2013 larguei um emprego fixo como gestora de projetos na Fundação Getúlio Vargas (FGV) para abrir a minha própria empresa (EaoCubo) de educação a distância. Empreender era um sonho antigo e já havia tentado em outras oportunidades, antes e durante a graduação.

Minha experiência como empreendedora na EaoCubo foi muito importante para a minha vida profissional e pessoal. Foi então que comecei a estudar diversos assuntos ligados à sustentabilidade, gestão de negócios e criação de projetos. Ao sair da minha empresa no final de 2014, me tornei uma profissional autônoma, oferecendo oficinas de educação empreendedora, pois queria compartilhar os aprendizados e a minha própria experiência. Acreditava que se eu tinha conseguido criar uma empresa, outras pessoas também conseguiriam.

Minha vontade era ser uma empreendedora social, atuando em favelas e comunidades de baixa renda. No entanto, a cada atuação percebia que havia diversas questões importantes que influenciavam a vida daqueles empreendedores, tais como: a violência, a falta de oportunidades e recursos, o preconceito, as desigualdades sociais etc. E que a motivação para empreender muitas vezes era bem diferente da minha. Então, comecei a questionar o tão glamoroso “discurso empreendedor”.

Diante disto, resolvi buscar um programa de pós-graduação que abarcasse minhas intenções: estudar o empreendedorismo com um olhar para o indivíduo e para o coletivo, passando pelas questões do mundo do trabalho e suas subjetividades. Conheci o EICOS e entrei para o programa de pesquisa da Linha I que envolve o debate crítico sobre interdisciplinaridade e reconhece o aprofundamento das crises ambientais e sociais e compreende a necessidade da construção de novos caminhos.

Com esta pesquisa visou contribuir para a discussão do empreendedorismo social feminino tanto na pesquisa acadêmica no Brasil quanto para a minha atuação pessoal como empreendedora.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Mapa das comunidades que compõem a Maré

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Taxas em % e estimativas<sup>2</sup> em unidades de empreendedorismo segundo o estágio

**Tabela 2:** Pessoas residentes na Maré, segundo o sexo, por faixa etária

**Tabela 3:** Pessoas residentes na Maré, segundo a cor ou raça, por território

**Tabela 4:** Pessoas residentes na Maré por faixa etária

**Tabela 5:** Percentual de pessoas em relação à responsabilidade do domicílio, segundo a faixa etária

**Tabela 6:** Pessoas por nível de escolaridade completo

**Tabela 7:** Tipos de empreendimentos na Maré

**Tabela 8:** Tipos de atividades mais frequentes

**Tabela 9:** Situação dos empreendimentos quanto à formalização

**Tabela 10:** Faixa etária dos Empreendedores

**Tabela 11:** Escolaridade dos Empreendedores

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Taxas<sup>1</sup> em %de empreendedorismo segundo o estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE - Brasil - 2002:2018

**Gráfico 2:** Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção de taxa de empreendedorismo inicial - Brasil - 2002:2018

**Gráfico 3:** Porcentagem entre homens e mulheres empreendedores

**Gráfico 4:** Proporção de negócios por “necessidade”, homens X mulheres

**Gráfico 5:** Taxas específicas<sup>1</sup> em% e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo a faixa etária por estágio do empreendimento - Brasil – 2018

**Gráfico 6:** Taxas em % específicas<sup>1</sup> e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo o nível de escolaridade<sup>3</sup> por estágio do empreendimento - Brasil – 2018

**Gráfico 7:** Taxas específicas<sup>1</sup> em % e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo faixas de renda por estágio do empreendimento - Brasil – 2018

**Gráfico 8:** Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o faturamento anual - Brasil – 2018

## LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEO** – Chief Executive Officer
- CEPAL**- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CUFA** – Central Única das Favelas
- FARO** – Força Assistencial Rio Organizado
- FIFA** - Federação Internacional de Futebol
- GEDI** - Global Ecosystem Dynamics Investigation
- GEM** - Global Entrepreneurship Monitor
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBQP** – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade
- IDS**- Índice de Desenvolvimento Social.
- MEI** – Micro Empreendedor Individual
- ODS** - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- PEC** - Proposta de Emenda Constitucional
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU Organização das Nações Unidas
- SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SOFTEX** - Sociedade Brasileira para Exportação de Software
- TEA** - Taxa de Empreendedorismo Inicial
- TEE** - Taxa de Empreendedorismo Estabelecido
- TICs**- Tecnologia de Informação e Comunicação
- TTE** - Taxa de Empreendedorismo Total
- UPP** – Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
1.1 ASTRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	16
1.1.1 Breve percurso histórico do trabalho.....	16
1.1.2 O trabalho no século XXI.....	18
1.1.3 O Sujeito empreendedor.....	23
1.2 EMPREENDEDORISMO .....	27
1.2.1 O que é empreendedorismo .....	27
1.2.2 Tipos de Empreendedorismo: de necessidade e de oportunidade .....	29
1.2.3 Empreendedorismo Social.....	29
1.2.4 Empreendedorismo no mundo.....	30
1.2.5 Empreendedorismo no Brasil .....	31
1.2.6 Empreendedorismo nas favelas cariocas .....	38
1.2.7. Empreendedorismo e informalidade.....	41
1.3 UMA QUESTÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	44
1.3.1 Brasil: um país desigual.....	44
1.3.2 O trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho .....	48
1.3.3 Trabalho e cuidado .....	50
1.3.4 Empoderamento e o empreendedorismo feminino.....	54
<b>2.CAMPO DE ESTUDO .....</b>	<b>60</b>
2.1. A ORIGEM DAS FAVELAS .....	60
2.2. COMUNIDADE DA MARÉ .....	63
2.3. EMPREENDEDORISMO NA MARÉ .....	72
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>75</b>
3.1 ETAPAS DA PESQUISA.....	77
<b>4.DISSCUSSÃO.....</b>	<b>84</b>
4.1 RELATO DE CAMPO.....	84
4.2 PERFIS DAS ENTREVISTADAS .....	88
4.3 A MARÉ: “SER DESSE TERRITÓRIO MARCA E MARCA A VIDA TODA”.....	91
4.4 A VIOLÊNCIA .....	95
4.5 DA RESISTÊNCIA A AUTORREALIZAÇÃO .....	97

4.6 EMPREENDEDORISMO COMO CUIDADO .....	101
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>119</b>
7.1 ANEXO 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA .....	119
7.2 ANEXO 2: RCLE – REGISTRO DE CONSENTIMENTO INFORMADO .....	123

## INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é um assunto que está em alta no mundo há algum tempo, além de ser fruto das transformações globais e do mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2016). No Brasil a taxa relativa ao empreendedorismo cresceu consideravelmente nos últimos 10 anos: em 2008 era de 26,4% e em 2018 de 38%, correspondendo a 52 milhões de trabalhadores, segundo a GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo. Normalmente, o empreendedorismo é apresentado como positivo, e o empreendedor como aquela pessoa criativa, corajosa que enfrenta os riscos para inovar e fazer a diferença para a economia do país. No entanto, nem todos os empreendedores são motivados por esses desejos e tampouco conseguem um bom retorno financeiro. Segundo a própria GEM, em 2018, 50% dos negócios iniciais (aqueles com até 3,5 anos de vida) e 47% dos negócios estabelecidos (aqueles com mais de 3,5 anos de vida) faturaram apenas R\$12.000 anualmente, o que corresponde em média a 01 salário mínimo<sup>1</sup>.

O que se percebe é que ao mesmo tempo em que há uma elevada taxa do empreendedorismo, há também uma alta taxa de desemprego, do trabalho informal e precarizado. Em 2018, segundo a pesquisa do PNAD, o índice de desemprego no país foi de 11,8%, sendo a maior parcela da taxa representada por mulheres jovens e pessoas com baixa escolaridade. Segundo o IBGE, a taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,3%, correspondendo a 27,5 milhões de brasileiros, no trimestre encerrado em janeiro (209 mil a mais que no trimestre anterior). Já o número de empreendedores teve o recorde histórico neste trimestre encerrado em janeiro. Portanto, muitos trabalhadores, ao se perceberem sem oportunidades, buscam o empreendedorismo como alternativa de sobrevivência. (OLIVEIRA, 2016). Pode-se dizer que o empreendedorismo apesar de ser apresentado como forma de gerar riqueza, crescimento econômico, surge como solução para os problemas decorrentes do próprio capitalismo.

Governos, entidades de classe e organizações têm exaltado o empreendedorismo, colocando-o como “glorioso”, estimulando o comportamento autônomo e individual como a nova fórmula profissional. E este empreendedor passa a ser o empresário de si mesmo e o único responsável pela sua trajetória (OLIVEIRA, 2017). No entanto, quando se fala de empreendedorismo no Brasil, é preciso levar em consideração as enormes desigualdades - sociais, raciais e de gênero - que marcam o país. Desigualdades essas que atuam de forma

---

<sup>1</sup>O salário mínimo é o menor valor monetário definido por lei que um trabalhador pode receber. (MEDEIROS, 2015)  
Em janeiro de 2018 no Brasil o valor do salário mínimo era de R\$ 954.

desproporcional na população brasileira e que atingem mais as mulheres negras. Desta maneira, elas encontram-se destituídas de poder econômico, possuem menor ascensão social, sofrem múltiplas violências e são as menos instrumentalizadas a buscar apoio institucional. Hoje, as mulheres negras no Brasil, são o grupo mais vulnerável e que sofre duplamente: pelo machismo e pelo racismo (FARIAS, 2017).

Junto com o discurso do empreendedorismo também tem se proliferado o do empoderamento. O tema “empoderamento de mulheres” ganhou grandes proporções e tornou-se parte da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, sendo o seu quinto objetivo: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Lembrando que o conceito de empoderamento foi difundido pelo movimento feminista na década de 70 com a finalidade de libertar as mulheres das amarras da opressão de gênero a partir de uma ação coletiva (SARDENBERG, 2008). Hoje, no entanto, esse empoderamento ganhou outras dimensões e, segundo a própria Sardenberg (2012), acaba por promover o “empoderamento sem poder”. Sendo que muitas das mulheres empreendem por necessidade, visto que a razão empreendedora é consequência da reestruturação e da precarização do mundo do trabalho.

Se no Brasil o número de empreendedores é alto, é na periferia e nas comunidades que o empreendedorismo se faz muito presente e se apresenta de várias formas: seja pelos puxadinhos das casas que juntam moradia e mercado, pelos ambulantes das ruas ou pelas barraquinhas que vendem de tudo (VARANDA, 2018). Em 2015, segundo a pesquisa feita pelo Instituto Data Favela em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), havia 12,3 milhões de pessoas morando em favelas no Brasil movimentando 68 bilhões de reais por ano; sendo que 40% dessas pessoas sonhavam em ter seu próprio negócio. Mas como será o empreendedorismo nas favelas? Em geral esse público empreendedor é feminino (51%), negro (73%) e jovem (32% tem entre 14 e 24 anos), segundo a mesma pesquisa da Data Favela. Diante deste cenário do mercado de trabalho e do empreendedorismo, o que é empreender para estas mulheres?

O objetivo desta dissertação é compreender o empreendedorismo feminino na favela da Maré, identificando quais são os principais aspectos que caracterizam essas mulheres como empreendedoras, entendendo o local e o meio em que vivem. Para atingir este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, iniciada por um levantamento bibliográfico e documental referente ao tema do empreendedorismo feminino, e pela realização de um estudo de caso de mulheres empreendedoras da Maré. Os estudos de caso não representam uma amostra, são

uma proposta para explorar e descrever certos vínculos estabelecidos em situações complexas reais da vida cotidiana e que podem contribuir ao conhecimento acumulado sobre um tema ou questão (YIN, 2003). Para tanto, foram escolhidas as seguintes técnicas: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica; entrevistas semiestruturadas; reuniões com a comunidade e observações pessoais anotadas em um diário de campo. O tratamento de dados foi realizado através da análise de conteúdo sobre material coletado e criadas categorias sob modelo aberto, isto é, elas não foram fixadas no início, mas tomaram forma no curso da análise (LAVILLE & DIONNE, 1999).

A abordagem teórica e conceitual privilegiou a perspectiva da reprodução desenvolvida a partir de estudos de gênero, especialmente, da economia feminista de Federici (2018) e da perspectiva sobre a resistência de Isoke (2013). Essas abordagens se caracterizam por deslocar o privilégio dado ao mercado e aos aspectos compreendidos por ele ao trabalho para o campo da reprodução e do cuidado, geralmente oculto pelos modelos econômicos e de desenvolvimento. O conceito de reprodução refere-se às coordenadas que vinculam essas atividades à economia e à organização social como um todo; refere-se diretamente às tarefas cotidianas de preservação destinadas a manter o sistema social, especialmente no cuidado e socialização, incluindo a infraestrutura necessária como moradia, espaço comum e acessível.

A pesquisa foi desenvolvida no programa EICOS - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, na linha de pesquisa I: Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade, que busca refletir questões contemporâneas referentes às relações entre sociedade, cultura e natureza, e assim, repensar o desenvolvimento e a sustentabilidade através de perspectivas sociais, ecológicas, culturais e subjetivas. Como entendimento da importância da interdisciplinaridade, buscou-se compreender o empreendedorismo para além dos aspectos econômicos, olhando também para as questões sociais e psicológicas que envolvem as empreendedoras. E assim buscou-se uma postura intelectual que dê conta dos problemas complexos da atualidade, ao utilizar da abordagem interdisciplinar para desenvolver este estudo, buscando integrar diversos conhecimentos e saberes para uma maior compreensão e diálogo entre as diferentes partes (HAGUETTE, 1993). A Psicossociologia foi abordada a partir das relações individuais e subjetivas junto com as perspectivas coletivas e sociais, valorizando as vivências e as comunidades locais e buscando compreender as empreendedoras em seu entorno, à medida que elas afetam o seu território ao mesmo tempo são afetadas por ele; enfatizando a interdependência e a complexidade de seus sujeitos em seus processos de troca e no desenvolvimento de suas ligações baseadas nas experiências

construídas individual e coletivamente.

O **primeiro capítulo** dedica-se à revisão teórica sobre o tema. A partir da compreensão de que o empreendedorismo atual está relacionado às mudanças no campo do trabalho, foi traçada uma breve história desta transformação apoiada nos autores Ricardo Antunes, Antonio Negri e Lazarrato, Dardod e Lavall. A seguir, buscou-se compreender o empreendedorismo, suas subdivisões no Brasil e sua presença nas favelas, a partir de dados da GEM, SEBRAE e dos estudos da socióloga Livia Tommasi. O capítulo termina com uma revisão teórica sobre a relação das mulheres e o empreendedorismo utilizando especialmente os estudos de gênero das autoras Silvia Federici, Carol Gilligan, Isoke Zenzele e Helena Hirata, que buscam deslocar o privilégio dado ao mercado.

O **segundo** capítulo descreve o território de estudo: a Favela da Maré, sua origem, história e panorama atual. O **terceiro** capítulo aborda a metodologia utilizada nesta pesquisa, descrevendo as ferramentas utilizadas e o percurso realizado. No **quarto** capítulo, encontra-se a análise dos resultados da pesquisa. Pela análise do material coletado em campo foram elaboradas as seguintes categorias: A Maré: ser desse território marca e marca a vida toda; Violência; Da resistência a autorrealização e Empreendedorismo como cuidado. As **considerações finais** apresentam o que significa empreender para essas mulheres e quais as relações e os impactos para suas vidas e comunidades.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo encontra-se a revisão teórica. Buscando compreender o que é o empreendedorismo feminino na Maré, foi realizado um estudo em três partes. Na primeira parte, foram abordadas as transformações que ocorreram no mundo do trabalho ao longo dos séculos até o momento atual. A segunda parte apresenta a descrição do que é o empreendedorismo, as suas características, os tipos e as subdivisões visando relacionar o empreendedorismo nas favelas cariocas e a atuação da mulher empreendedora. Por último, foram levantadas questões relacionadas às mulheres e ao trabalho, e sobre quais aspectos influenciam sua atuação profissional e desafios enfrentados.

### 1.1 ASTRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

#### 1.1.1 Breve percurso histórico do trabalho

O trabalho nem sempre foi como o conhecemos hoje, ele foi se transformando ao longo da história. Entendendo-se aqui o trabalho como uma ação genérica em que o ser humano modifica a natureza, e que estas trocas entre o homem e o ambiente estão inseridas em condições sociais determinadas, como por exemplo: artesanato, escravidão ou trabalho assalariado (HIRATA, 2016). Ao olharmos para a etimologia da palavra trabalho, verifica-se que ela vem do latim *tripalium*, termo que se refere a um instrumento de tortura utilizado pelos romanos na antiguidade, quando o trabalho era escravo e representava punição e submissão. Com o passar do tempo o trabalho modificou-se e foi ganhando outros sentidos. Para os gregos, o trabalho manual era depreciado e só o ócio criativo era digno do homem livre. Aristóteles afirmava que ninguém poderia ser livre e obrigado a ganhar o próprio pão ao mesmo tempo. Para o filósofo, o tempo deveria ser dedicado a aperfeiçoar o intelecto e virtudes como a política, a escrita e as artes (TEIXEIRA, 2008).

Alegre (2000), em sua revisão histórica do trabalho, identificou que até o século XV, o trabalho foi considerado desprezível e o lucro considerado um vício. A sociedade feudal era dividida entre os senhores (os donos de terras) e os servos e camponeses que trabalhavam em troca de moradia e proteção. No final da Idade Média, surgiram novas atividades comerciais que deram origem aos burgos (pequenas cidades medievais) e à burguesia, uma nova classe social que enriqueceu através do capitalismo mercantil e da expansão marítima. Apenas após

esse período o trabalho passou a ser valorizado, tendo a religião um papel fundamental nesse processo.

No século XVI, devido ao período colonial, em várias partes do mundo ocidental a forma de trabalho predominante foi a escravidão; nela, os trabalhadores não recebiam salário em troca do serviço prestado. No século XVIII iniciou-se a industrialização na Europa: enquanto a população crescia, o espaço para o cultivo diminuía e as pessoas migraram para as cidades em busca de trabalho em fábricas e fundições: o tradicional trabalho dos artesões e agricultores foi sendo substituído pelo trabalho nas indústrias. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exército, os burgueses modernos. Foi o início da Revolução Industrial e sua expansão pelo mundo em meados do século XIX. Neste contexto industrial, o papel do trabalhador passou a ser o de controlar as máquinas, que pertenciam a um patrão, recebendo em troca um pagamento. Com isto os trabalhadores perderam a liberdade sobre o seu trabalho, bem como a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro, uma vez que o seu trabalho passou a não equivaler mais ao seu ganho (TEIXEIRA,1985). A Revolução Industrial criou novas condições de vida e mudou as relações entre os trabalhadores (força de trabalho assalariada) e os proprietários dos meios de produção (burguesia industrial). Apesar de remunerados, os trabalhadores recebiam baixos salários e atuavam em jornadas extenuantes de até 18h diárias, sendo comuns os acidentes e mortes por exaustão. As relações eram extremamente desiguais, os donos acumulavam verdadeiras riquezas e os operários viviam em condições precárias (ANTUNES, 1999). Neste período havia, na sociedade de modo geral, uma nítida divisão entre domínio público e privado. Os homens “pertenciam” à esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedor da família, enquanto as mulheres “pertenciam” à esfera privada, uma vez que o cuidado do lar funcionava como atividade de contrapartida ao sustento financeiro do marido (SOUSA, 2016).

No século XX a estrutura produtiva foi desenvolvida a partir do binômio taylorismo/fordismo. Tratava-se de uma produção controlada, cronometrada, verticalizada, homogeneizada e em massa, reduzindo a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades desprovido de sentido. O que estava no centro era, portanto, a possibilidade efetiva do controle social dos trabalhadores, dos meios materiais e do processo produtivo. Para o modelo taylorista, os trabalhadores deveriam executar o trabalho prescrito, sob rígido controle dos tempos e movimentos, e os gestores deveriam ser responsáveis pela elaboração e controle da

produção. O consumidor, por sua vez, tinha apenas uma única opção de modelo e cor de produto para escolher. Foi uma materialidade produtiva que se esparramou para outras indústrias e empresas de serviços e que perdurou até o início dos anos 1970, época em que ocorreu a crise estrutural do sistema produtivo (ANTUNES, 2008). Neste momento, havia claramente uma divisão do público e do privado, do trabalho e da casa. O trabalho acontecia na fábrica, fora de casa e os homens o realizavam.

### **1.1.2 O trabalho no século XXI**

E no século XXI, como o trabalho se apresenta? Como são as relações, a produção e o envolvimento dos trabalhadores? Ele pode ser considerado um trabalho flexível, precarizado, imaterial e subjetivo. Antunes e Alves (2004) apontam que desde 1970 foram observadas diversas transformações que impactaram o trabalho que conhecemos hoje. Essas mudanças afetaram especialmente o “chão da fábrica” e são resultado de fatores históricos e geográficos, e não somente do desenvolvimento tecnológico e organizacional. Esses processos têm caracterizado os fenômenos de fragmentação, heterogeneidade e diversidade da classe trabalhadora do século XXI.

Para Antunes (1999, 2004), foi a partir desse período (anos 70 do século XX) que o capitalismo começou a dar sinais de seu estado crítico e em resposta a sua própria crise iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho, a desmontagem do setor produtivo estatal, e o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Essa reestruturação no ocidente ficou conhecida como toyotismo, ou modelo japonês. Tratava-se de garantir a acumulação de capitais, de uma maneira flexível, com base na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Junto a esse novo modelo surgem setores de produção inteiramente novos, além de alterações importantes na objetividade e subjetividade da classe de trabalhadores assalariados. Origina-se, então, a empresa flexível. (ANTUNES, 2018)

A empresa flexível está fundamentada na “*lean production*”, empresa enxuta que ampliou o maquinário técnico-científico e redesenhou de maneira bem distinta a planta produtiva do taylorismo-fordismo. Este novo tipo de empresas buscava o trabalhador

multifuncional e não mais o especializado, reduzindo assim, a força de trabalho vivo<sup>2</sup> e ampliando intensamente sua produtividade, além de desterritorializar o mundo produtivo. Como resultado, houve um aumento do desemprego, a precarização estrutural do trabalho, baixos salários e perdas de direitos trabalhistas. (ANTUNES 2008).

Onde havia uma empresa concentrada pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. Afloram o trabalho da telemática, o trabalho conectado em rede, o trabalho em casa, etc., com as mais distintas formas de precarização (ANTUNES 2008, p.4).

O Toyotismo destaca a flexibilização ao invés da estabilidade dos contratos de longo prazo e até mesmo vitalícios. Ao romper com a rigidez do modelo anterior, individualiza ainda mais o trabalhador a partir da noção de participação, competitividade e metas a serem atingidas, levando à fragmentação do ambiente de trabalho. Marca também uma crise salarial caracterizada pela desregulamentação das relações capital-trabalho vinculada ao trabalho formal. Essa modalidade mais flexível atualmente também é conhecida como “uberização”. O termo foi criado para caracterizar essa nova forma de gerenciamento e organização do trabalho que não está apenas ligado à empresa Uber, mas que perpassa o mundo do trabalho e que, de forma global, vem atingindo diversas ocupações. Para além das recentes ferramentas digitais, esse processo é remanescente de décadas de flexibilização trabalhista e vem, cada vez mais, tomando espaço.

Para alguns autores, a flexibilidade técnica também pode ser entendida como imposição do neoliberalismo e não como conquista do trabalhador (HARVEY, 2008). Com a internacionalização do capital e a descentralização geográfica das empresas, esse processo desencadeou uma flexibilização social/laboral, através de jornadas parciais, horários flexíveis, *homeoffice*, etc, significando menos direitos e garantias, mais riscos, menos tempo livre e mais trabalho. Logo, a precarização surge do processo de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo e da proliferação de novas formas de trabalho - como a terceirização, a subcontratação, os “*part-time*”, caracterizada pela ausência de proteção e de direitos sociais, horas reduzidas de trabalho que resultam em baixos salários, níveis baixos de qualificação e ausência de qualificação formal. (LIMA, 2004).

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como super exploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego ampliou

---

<sup>2</sup>Trabalho vivo para Marx é o lugar de realização de práxis e de atualização da subjetividade do homem, se opondo ao trabalho abstrato e ao trabalho alienado (ANTUNES, 2008)

enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais. (ANTUNES, 2004). A pirâmide social do trabalho se segmenta ainda mais em sua estrutura: no topo, temos trabalhos ultra-qualificados que atuam no âmbito informacional, das chamadas tecnologias de informação e comunicação; na base, avança a precarização e o desemprego, ambos estruturais, gerando uma força excluída de trabalho e impossível de ser incorporada pelo capital. No meio, encontra-se a hibridez, formada por aqueles ultra-qualificados, mas que se encontram sem trabalho pelo fechamento, transferência ou incorporação da empresa. (ANTUNES 2008)

Desta forma, ao mesmo tempo em que o mercado invadiu a fábrica, exigindo flexibilidade e inovação para dar conta de demandas cada vez mais voláteis e imprevisíveis, a própria lógica da empresa generalizou-se para a sociedade como um todo. Então se o modo de trabalhar no século XX era essencialmente “material”, sendo o corpo o principal recurso produtivo do trabalhador, hoje o trabalho pode ser considerado “imaterial” nele a personalidade e a subjetividade devem ser organizadas e controladas. É a alma que está sendo colocada a postos no trabalho. Segundo Lazarrato e Negri (2001, p.92) o “trabalho imaterial é o conjunto de atividades intelectuais, comunicativas, afetivas expressas pelo sujeito e movimentos sociais”. Eles classificam o trabalho imaterial em três tipos: o primeiro é aquele em que a empresa é informatizada e incorpora tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina do outro. O terceiro envolve a produção e a manipulação de afetos e requer o contato humano bem como trabalho do tipo físico.

O consumo e a produção passaram a assumir uma relação estreita e de mão dupla, um influenciando o outro. No caso do trabalho imaterial a produção é o consumo, visto que o sistema de produção se relaciona ao processo de produção da comunicação social (COCCO, 2000). Ao apropriarem-se da dimensão cognitiva e intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e subordinação dos sujeitos do trabalho, “uma vez que utilizam mecanismos ainda mais coativos, renovando as formas primitivas de violência, uma vez que ao mesmo tempo as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou ‘envolvimento’ subjetivo e social do trabalhador” (BIAKAKOWSKY, apud ANTUNES, 2008, p.135).

Com o trabalho imaterial surgem inúmeros conceitos: capital intelectual, avaliação de desempenho, trabalho em equipe, autonomia, pró-atividade, aprendizagem, competências. O saber oriundo do trabalho imaterial é gerado no conhecer e no criar das inter-relações humanas (NEGRI, 2001). Entende-se assim que a produção imaterial resulta de uma interação incessante com o consumo, com a sociedade e com o mercado, assumindo o papel de ativador e organizador da relação produção/ consumo; buscando através do processo comunicativo materializar não só as necessidades, mas também o imaginário e os gostos do consumidor em mercadorias que alargam, transformam e criam o ambiente ideológico e cultural (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Em parte, essa mudança deve-se ao surgimento de uma nova estrutura social marcada pelo informacionismo, na qual a fonte da produção está na geração de conhecimento, no processamento de informações e da comunicação de símbolos. A transição do modelo fordista para o modelo pós-fordista acarreta um redirecionamento da demanda por novas tecnologias gerenciais, desse modo o papel desempenhado pelo indivíduo sofre uma mudança drástica (COCCO, 2000; LAZZARATO & NEGRI, 2001; PELBART, 2003).

Em seu livro “O Imaterial”, o filósofo André Gorz (2005) afirma que o trabalho predominantemente imaterial não pode ser mensurável conforme padrões e normas preestabelecidos e vigentes nas fases anteriores, referindo-se ao termo “intangibilidade do valor”, uma vez que, segundo ele, os trabalhadores pós-fordistas devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural adquirida nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais etc. São nessas atividades fora do trabalho que se desenvolvem a vivacidade, a capacidade de improvisação e de cooperação.

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs) não foram poucos os que acreditaram que uma nova era de felicidade se iniciava: trabalho on-line, digital, Era informacional como se finalmente tivesse início o reino da alegria. O capital global só precisava de um novo maquinário, então descoberto. No entanto, em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Portanto, ao invés do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital (ANTUNES, 2018).

Antunes aponta para outros aspectos em relação ao trabalho flexível. No Brasil, por exemplo, houve uma reestruturação produtiva que causou o alto índice de desemprego; tanto estrutural, resultado do processo de modernização e automação dos setores produtivos, que se realiza com a finalidade de ampliar os níveis de produtividade e competitividade das empresas nos mercados interno e externo; quanto conjuntural, resultado da crise econômica que gera um grande contingente de trabalhadores que perderam seus postos de trabalho. Houve também um intenso processo de terceirização e subcontratação em alguns setores, aumentando o contingente de trabalhadores descobertos pela legislação trabalhista; sob discursos de melhores perspectivas de carreira e de incentivo à multifuncionalidade e à polivalência (OLIVEIRA 2016). A terceirização foi o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil, constituindo um fenômeno presente em todos os campos e dimensões do trabalho; uma prática de gestão que discrimina e, ao mesmo tempo implanta, uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Coloca ainda um “manto de invisibilidade” sobre os trabalhadores nela enquadrados (ANTUNES, 2008).

Antunes (2004) apresenta críticas a esse modelo. Para ele as novas modalidades de trabalho também corroboram um processo de individualismo no trabalho, uma vez que torna-se mais difícil a criação de vínculos laborais. Nesse modelo, o capitalismo, em sua nova forma neoliberal, ataca o trabalhador no plano das ideias e da subjetividade, buscando introjetar valores individualistas com o objetivo de fragmentar e dividir os trabalhadores, para que eles diluam cada dia mais seus movimentos contra a opressão do mercado, perdendo assim sua capacidade de organização e de luta. Quando se analisa o plano da subjetividade dos trabalhadores, especialmente entre os terceirizados, percebe-se uma condição de isolamento, de falta de vínculos ou de inserção. Como resultado da desvalorização e da discriminação, há o enfraquecimento da perspectiva de identidade coletiva e consequente redução da solidariedade de classe. A “Sociedade baseada no conhecimento” e no “trabalho imaterial” é, antes de tudo, expressão da complexificação atingida pela divisão do trabalho, na qual coexistem tanto as atividades intelectuais como as manuais; tanto as de criação quanto aquelas mais rotineiras.

Por outro lado, Negri (2001) sugere a possibilidade de uma perspectiva sobre o trabalho imaterial mais imanente à humanidade, como uma fonte potencial de “imaginário de libertação do ser”. Neste contexto complexo e imaterial, de simples recursos, homens e mulheres passam a ser considerados atores principais na construção e funcionamento da nova realidade organizacional. Não só seus corpos são postos a trabalhar, mas, principalmente, suas mentes e emoções. Esta mudança na natureza do trabalho reflete um novo modelo de gestão em que não apenas a vida profissional, mas também a vida pessoal e familiar encontram-se atreladas à ideia de rentabilizações (LAZZARATO & NEGRI, 2001; COCCO, 2000).

Observa-se, assim, uma alteração profunda nos modos de trabalhar que passou a requerer um novo comportamento e engajamento por parte do sujeito do trabalho, e uma nova concepção das relações de produção. E dentro dos temas centrais da sociedade do conhecimento, empreendedorismo certamente é um deles. A subjetividade do trabalhador tornou-se fragmentada na atual sociedade capitalista. A busca por pequenos gozos narcísicos, os novos modelos de produção e gestão, representados atualmente pelo toyotismo, e a disseminação de uma ideologia tipicamente alicerçada nos valores sociais e econômicos capitalistas, foram capazes de propiciar o sequestro da subjetividade do trabalhador e, conseqüentemente, levá-lo a enfrentar condições físicas e psicológicas de trabalho, cada dia mais precárias (ALVES, 2004).

### **1.1.3 O Sujeito empreendedor**

Como foi visto no tópico anterior, a sociedade contemporânea vem passando por diversas transformações. Para Dardot e Laval (2017) o neoliberalismo não é apenas uma ideologia política econômica, mas um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida. Ele não apenas reduz o papel do Estado, pois também incorpora outras funções e desenvolve, mesmo que indiretamente, técnicas de controle dos indivíduos, criando estratégias de formar sujeitos responsáveis por si mesmos, transferindo a responsabilidade pelos riscos sociais, antes atribuídas ao Estado, para a esfera das escolhas. E assim cria uma nova dimensão do sujeito: a do homem-empresa (DARDOT e LAVAL 2017).

Dardot e Laval (2017), em seu livro “A nova razão do mundo”, chamam o sujeito contemporâneo de sujeito neoliberal, aquele que tem como uma das características principais o correlato de um dispositivo de desempenho e gozo, caracterizando uma nova era do sujeito. Essa nova figura do sujeito opera uma unificação sem precedentes das formas plurais da

subjetividade. Na sociedade industrial o sujeito era um ser produtivo, tendo como objetivo aumentar e estimular a produção material. Além do sujeito trabalhador, era aquele que também produzia o bem estar, o prazer e a felicidade. Hoje, diferentemente, os trabalhadores não são exclusivamente empregados, mas são pessoas com estratégias e objetivos de vida, já que, além de trabalhadores, são vistos como uma empresa que vende um serviço em um mercado.

O atual clima ético está confuso, o “eu” está rodeado pela autonomia, individualidade, liberdade, escolha e realização. Todos são ou deveriam ser autônomos, escolhendo os desejos, as paixões, os parceiros, o trabalho e tudo que os definem, o que acaba moldando o estilo de vida. “Essa ética do eu livre e autônomo parece traçar algo bastante fundamental nas maneiras pelas quais homens e mulheres modernos passaram a entender, experimentar e avaliar a si mesmos, suas ações e suas vidas” (ROSE, 2013 p).

Portanto, o “eu” deve ser um ser subjetivo, aspirar à autonomia, buscar a realização pessoal em sua vida terrena e interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual. A orientação do eu não é mais dependente da autoridade da religião ou da moralidade tradicional; ela foi alocada a "especialistas em subjetividade" que transfiguraram questões existenciais sobre o propósito da vida e o significado do sofrimento em questões técnicas sobre as maneiras mais eficazes de gerenciar o mau funcionamento e melhorar a "qualidade de vida". Essas novas práticas de pensar, julgar e agir não são simplesmente questões "privadas": elas estão ligadas às maneiras pelas quais as pessoas figuram no vocabulário político das democracias liberais avançadas, não mais como sujeitos com deveres e obrigações, e sim como indivíduos com direitos e liberdades.

Com isso o trabalhador deve se cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrando-se inteiramente envolvido no trabalho e aperfeiçoando-se através de uma aprendizagem contínua, aceitando a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Assim, torna-se especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo. A racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para que ele se fortaleça e sobreviva na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento e a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Essa ética individualista é tratada como uma oportunidade de jogar todos os custos nas costas do sujeito por mecanismos de transferência de risco que nada tem de natural. (DARDOT e LAVAL 2017)

Portanto, o primeiro mandamento do empreendedor é: “ajuda-te a ti mesmo”, a ética da autoajuda. E apesar de não ser uma ética nova, de fazer parte do espírito do capitalismo original, trata o indivíduo como aquele que procura maximizar seu capital humano em todos os campos e custos como o velho "homo economicus", e que procura, sobretudo, trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido. Ele é produzido pelo dispositivo desempenho/gozo. O novo sujeito não é mais apenas o do circuito produção/poupança/consumo típico de um período consumado do capitalismo. (DARDOT e LAVAL 2017)

Desta maneira, a noção de “empresa de si mesmo” supõe uma integração de vida pessoal e profissional, uma gestão familiar do portfólio de atividades, uma mudança da relação com o tempo que não é mais determinada pelo contrato social, mas por projetos que são levados a cabo com diversos empregadores. A empresa de si mesmo deve encontrar um sentido, um compromisso na globalidade da vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo o momento e sem garantias. Sendo assim toda atividade se torna empresarial: o trabalho, o consumo e o lazer. (DARDOT e LAVAL 2017)

Dentro dessa mesma lógica, o sociólogo Ulrich Bröckling (2015) chama esse novo sujeito de “eu empreendedor” - o sujeito que é o empresário da sua própria força de trabalho. O “eu empreendedor” deve ser autônomo e ativo, e a confiança por sua própria capacidade deva ser reforçada e permanentemente assegurada através da autossuficiência. Com isso a subjetivação torna-se um projeto político proliferado, principalmente, a partir da era Thatcher na Grã-Bretanha e Reagan nos EUA. Uma das ideias era a de que todos são empresários e responsáveis individualmente pelo “sucesso”, trabalho e bem-estar. Desta maneira, o “eu empreendedor” não é apenas produto e produtor, chefe e subordinado, ele é também um fornecedor e cliente, acumulando todas as funções em uma única pessoa.

Se nas décadas passadas a inclusão era concebida através de um trabalho assalariado, hoje é a figura do empreendedor que se coloca como possibilidade de inclusão. Os indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se estivessem fazendo um projeto de si mesmos: eles devem trabalhar em seu mundo emocional, seus arranjos domésticos e conjugais, suas relações com o emprego e suas técnicas de prazer sexual, para desenvolver um 'estilo de vida' que maximiza para si o valor de sua existência. Como afirma Gorz (2005), o trabalhador, mesmo assalariado, não é mais aquele sujeito dotado de capacidades pré-determinadas pelo

empregador, mas um produto que continua a se produzir, tornando-se um empreendedor individual, que gere a sua carreira como uma pequena empresa. Essa lógica empreendedora é marcada pelo individualismo e pela meritocracia, segundo a qual a pessoa é a única responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

## **1.2 EMPREENDEDORISMO**

Neste tópico será abordado o que é o empreendedorismo, seus tipos e subdivisões; como ele acontece no mundo e no Brasil, além de análise dos empreendedores e de suas motivações. O foco será o empreendedorismo que ocorre nas favelas, suas características e particularidades.

### **1.2.1 O que é empreendedorismo**

Como visto anteriormente, as diversas transformações experimentadas pelo mundo do trabalho criaram um ambiente instável e incerto em que o trabalhador precisa ser flexível e altamente produtivo. É nesse contexto que o empreendedorismo vem sendo cada vez mais incentivado como solução de uma nova cultura de emprego, na qual é propagado um discurso que estimula um padrão de comportamento autônomo que considera o “empreendedor” o protótipo do “novo” profissional. Esse empreendedor passa a ser o empresário de si mesmo e o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso e por sua trajetória profissional. Dessa forma, o desejo de ser empreendedor é motivado por uma ideologia que tenta convencer sobre as vantagens do autoemprego (LIMA, 2010). E como se define o empreendedorismo?

Segundo o relatório da GEM (Global Entrepreneurship Monitor), umas das maiores e principais pesquisas feitas em boa parte do mundo sobre o tema, o empreendedorismo é caracterizado como “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa, ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas” (GEM, 2015, p.7).

O empreendedor é apresentado como sujeito criativo, corajoso, que vai além e que vence os desafios. Segundo o economista Schumpeter (1883-1950) a inovação está diretamente relacionada ao empreendedorismo e o empreendedor é aquele que tem a capacidade de realizar novas combinações e, conseqüentemente, gerar riquezas e possibilitar o desenvolvimento econômico local. Portanto, para o economista a inovação e o empreendedorismo, como seu principal agente, teriam uma função essencial à indução de transformações de natureza estrutural no plano da economia capitalista, por meio dos seus ciclos de “destruição criativa”. Seguindo a mesma ideia, o autor e consultor administrativo Peter Drucker (1909-2005) diz que os empreendedores estão eliminando barreiras comerciais

e culturais, encurtando distancias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade(FILARDI, 2014). Portanto, o empreendedor também é visto como inovador em busca de novas oportunidades, novos produtos, processos, formatos organizacionais, insumos, matérias-primas, etc. Esse privilégio dado a ações individuais deve-se a uma perspectiva baseada em uma racionalidade estritamente econômica e focada em atributos pessoais do empreendedor, como autoconhecimento, controle, baixa aversão ao risco e capacidade de romper com padrões.

O empreendedorismo se baseia em um discurso pautado na perspectiva da individuação que se apresenta, sobretudo, na ideia do "empoderamento" individual, ou seja, na ideia de que o sujeito é dotado de poder para realizar tudo o que pretende. Um discurso que coloca o empreendedor livre do culto ao trabalho formal, libertando-o das limitações do formato tradicional e o permitindo explorar autonomamente todas as suas capacidades cognitivas, técnicas e emotivas garantindo assim a tão sonhada realização pessoal e profissional. Desta maneira, o trabalhador idealizado é aquele independente e competitivo, flexível, que assume riscos, cuida da sua imagem e realiza sonhos (OLIVEIRA, 2016).

Muitas vezes o desejo de empreender surge pela ideia de liberdade, o sujeito acredita que desta forma terá mais tempo livre e será dono de si mesmo, conquistando assim mais autonomia e liberdade. No entanto analisando o cenário atual e as questões relativas ao empreendedorismo observa-se que a palavra liberdade foi cooptada para ser a base do discurso neoliberal. Desta forma, a liberdade individual torna-se parte de um aparato conceitual que corrobora um cenário de interesse próprio e de incentivo ao empreendedorismo como sendo este vantajoso. Nesse cenário, o número de empreendedores e empreendedoras chegou a 52 milhões em 2018, segundo a GEM, como veremos mais adiante.

Ao revisar a literatura sobre o empreendedorismo, Kornijezuk (2004) concluiu que mais de 50% dos autores citavam a inovação, a busca de oportunidades, a criatividade e a propensão a correr riscos; como características típicas do perfil empreendedor. No entanto, a realidade mostra que muitos dos negócios criados não estão inseridos nestes requisitos, não manifestam uma disposição para assumir riscos, nem envolvem uma operação de elevado retorno; não representam nenhuma inovação em termos da gestão e do produto ou não resultam de uma capacidade de detectar oportunidades. Muitos empreendedores acabam empreendendo por falta de opção. (VARANDA, 2018)

## **1.2.2 Tipos de Empreendedorismo: de necessidade e de oportunidade**

O empreendedorismo é definido a partir de dois tipos de motivação de seus empreendedores: por oportunidade e por necessidade. O primeiro representa o empreendedor que se envolve com o empreendedorismo por ter identificado uma oportunidade de negócio que pretende seguir. Já o de necessidade, por aqueles que empreendem por não terem outra opção de trabalho (GEM, 2011:89).

Ao se empreender por oportunidade, o empreendedor identifica o melhor momento de se lançar e de realizar o sonho de empreender. Normalmente, tem a chance de se preparar, além de estar sempre de olho nas oportunidades. Esse tipo de empreendedor está sempre informado e acumula capital para o momento de deixar o emprego para seguir seus sonhos. A taxa de mortalidade destes empreendimentos é mais baixa porque os riscos proporcionais são bem menores. (GEM 2017)

Diferentemente, o empreendedor por necessidade é aquele que cria o próprio negócio porque não tem alternativa, não tem acesso ao mercado de trabalho ou porque foi demitido. Ele, então, pode se envolver em negócios informais, desenvolvendo tarefas simples, prestando serviços e conseguindo, como resultado, pouco retorno financeiro, gerando renda apenas para si mesmo e no máximo para a sua família. Normalmente, essas iniciativas empreendedoras são mais simples e pouco inovadoras, pois o empreendedor não sonhava em ter um negócio próprio e pode abandoná-lo na primeira oportunidade de emprego que aparece, ou acabar seu empreendimento por falta de planejamento, de estrutura ou pela oportunidade não ser sustentável ao longo do tempo (VASCONCELLOS, 2014).

## **1.2.3 Empreendedorismo Social**

Um conceito mais recente é o do empreendedorismo social. Nele o negócio busca ampliar os retornos sociais, além do lucro. O empreendedor social é visto como messiânico oferecendo esperança para resolver todos os tipos de problemas sociais; aquele que reconhece problemas sociais e tenta utilizar ferramentas empreendedoras para resolvê-los. Empreendedores sociais têm uma missão central e explícita (SILVA, 2012). O termo foi criado por Bill Drayton, o fundador da Ashoka Empreendedores Sociais, e por Charles Leadbeater, escritor inglês nas décadas de 1980 e 1990. Se antes o Estado era o promotor exclusivo das políticas sociais, hoje o empreendedorismo social abre uma nova perspectiva ao enfrentamento dos problemas sociais. (CASAQUI, 2015)

No Brasil ainda não há dados específicos sobre o empreendedorismo social, mas ele vem ganhando cada vez mais força e se expandindo para as periferias e favelas. No site do governo federal brasileiro ([www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)) o empreendedorismo social é apresentado como gerador de lucro e desenvolvimento.

#### **1.2.4 Empreendedorismo no mundo**

Ao redor do mundo, o empreendedorismo também vem se expandindo. O Instituto norte americano “*The Global Entrepreneurship and Development Institute*” (GEDI) mensurou o ecossistema empreendedor de 137 países. Apesar de cair uma posição em relação ao ano passado, o Chile é o destaque na América do Sul, na 19ª posição. E a Venezuela, a pior na 126ª posição. Os líderes são, pela ordem, Estados Unidos, Suíça, Canadá, Reino Unido e Austrália. Irã e Bulgária se destacaram como as nações que mais ganharam posições em relação ao ano anterior, saltando 13 colocações. Outra pesquisa realizada pela GEM exhibe um perfil de empreendedorismo único para cada economia, delineando como os empreendedores influenciam suas sociedades. Das 49 economias pesquisadas pelo GEM em 2018, seis delas mostram taxas de empreendedorismo inicial (TEA) iguais entre mulheres e homens. Dois estão na região leste e sul da Ásia (Indonésia e Tailândia), um é na América Latina (Panamá) e três no Oriente Médio e Região da África (Catar, Madagascar e Angola).

Na maioria das economias, as faixas etárias que mais prevalecem são: 25-34 ou 35-44 anos. Normalmente, pessoas nessa idade finalizaram ou estão em educação universitária e já obtiveram alguma experiência de trabalho. Caso seus empreendimentos não sejam bem sucedidos, eles têm muitos anos de trabalho pela frente para buscar outras opções geradoras de renda. Em alguns países como Canadá, Brasil e República Eslovaca há altas taxas de empreendedorismo entre os jovens de 18-24 anos. Entende-se que estes jovens têm mais energia e motivação e são encorajados por colegas e um ambiente que celebra jovens empresários, além de terem pouco a perder, por estarem no início de suas carreiras.

Nas economias de baixa renda, a taxa do empreendedorismo de necessidade é maior do que nos países mais ricos. 35% dos empresários, afirmaram que começaram seus negócios por não terem melhor opção de trabalho. Na Índia, por exemplo, poucas pessoas são motivadas a melhorar suas vidas perseguindo oportunidades empresariais, logo começam a empreender por falta de opção. Percebe-se que o nível de motivos de necessidade cai com o aumento do nível de desenvolvimento econômico do país.

### 1.2.5 Empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo ganhou forças e se popularizou a partir da década de 90 com a abertura da economia e com a criação de entidades como o SEBRAE<sup>3</sup> (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software). Assim, o “trabalhar por conta própria” passou a ser chamado de empreendedorismo e contou com políticas específicas de apoio e formalização de pequenas empresas. Neste mesmo período, foram criadas políticas públicas como “Arranjos Produtivos Locais” como objetivo de reduzir a informalidade e incentivar o empreendedorismo dos pequenos negócios através de formação e da construção de um “espírito empreendedor” (LIMA, 2010).

Segundo Dornelas (2008), antes deste momento, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de pequenas empresas. Além de os ambientes político e econômico do país não serem propícios, o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo em sua caminhada empreendedora. Hoje, o SEBRAE passou a ser um dos principais incentivadores e fomentadores do empreendedorismo no Brasil. O site “Portal do Empreendedor”, ligado ao governo federal, tem link direto para o site do SEBRAE.

No Brasil e em países latino-americanos, o discurso do empreendedorismo acompanhou as reformas de Estado, com a privatização de empresas estatais, dos programas de demissão voluntária e dos programas de crédito para pequenos negócios. Além dos investimentos em tecnologia e inovação, programas de empreendedorismo foram implementados para pequenos negócios de baixo valor, com apoio estatal e paraestatal.

Em 2007, o empreendedorismo ganhou ainda mais destaque com a entrada em vigor da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e com a Lei do Microempreendedor Individual. Nos últimos cinco anos, em média, mais de 600 mil novos negócios, foram registrados anualmente no Brasil. E em 2008 foi criada a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) com o objetivo de aumentar a formalização. Os números demonstram que o empreendedorismo está consolidado no país – e crescendo. No entanto, mesmo depois da criação do MEI, muitos empreendedores continuam na informalidade jurídica (VARANDA, 2018).

---

<sup>3</sup> O Sebrae é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro pequenas empresas (SEBRAE, 2020)

Quando comparado a países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é a nação com a maior taxa de empreendedorismo: 26,7%, ficando quase oito pontos percentuais à frente da China. A Índia tem uma taxa de empreendedorismo de 10,2%, a África do Sul de 9,6% e a Rússia de 8,6%. O número de brasileiros que já tem uma empresa, ou que estão envolvidos na criação de uma, é superior, também, ao de países como Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%), Itália (8,6%) e França (8,1%), como informa a pesquisa do SEBRAE em 2015.

Segundo o relatório da GEM, em 2018, a taxa total de empreendedorismo (TTE) foi de 38%, o que significa que de cada 100 brasileiros adultos (18 – 64 anos), 38 deles estavam conduzindo alguma atividade empreendedora, quer seja na criação ou aperfeiçoamento de um novo negócio, quer na manutenção de um negócio já estabelecido. Ou seja, aproximadamente 52 milhões de brasileiros estavam empreendendo em 2018. O Brasil aparece em terceiro lugar no ranking de 54 países analisados pela pesquisa. Atualmente, as micro e pequenas empresas respondem por 95% de todos os estabelecimentos comerciais no país, gerando em torno de 16,6 milhões de empregos formais. No entanto, correspondem a 20% no Produto Interno Bruto (PIB), mostrando uma concentração de riqueza pelas grandes corporações. (VARANDA, 2018)

No Brasil, o termo “microempreendedorismo” muitas vezes é empregado para a classificação de iniciativas nos territórios populares. A pesquisa feita por Ana Paula de Moura Varanda (2018) revela que estes microempreendimentos são organizações econômicas voltadas à produção e/ou comercialização, mas que não se enquadram como um tipo ideal de empresa capitalista, já que são diferentes quanto à motivação, às formas de utilização das capacidades de trabalho e de recursos materiais de que dispõem; e às lógicas de funcionamento dessas iniciativas não são embasadas na acumulação incessante de riquezas. (VARANDA, 2018)

Em relação às taxas de empreendedores iniciais e estabelecidos, observou-se em 2018 que a TEE (estabelecidos) com 20,2%, supera a TEA (iniciais) em pouco mais de 2 pontos percentuais. Os empreendedores novos mantiveram sua taxa (16,4%) na comparação com o ano anterior (16,3%), contudo, houve uma redução significativa dos empreendedores nascentes, de 4,4% em 2017, para 1,7% em 2018, como pode ser visto na tabela abaixo:

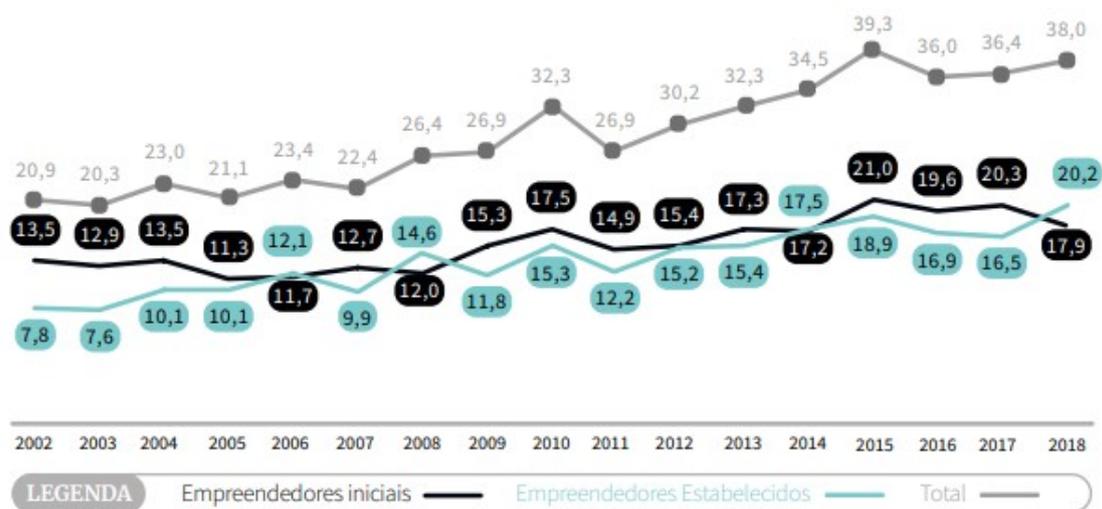
Tabela 1: Taxas<sup>1</sup> (em %) e estimativas<sup>2</sup> (em unidades) de empreendedorismo, segundo o seu estágio.

Estágio	Taxas	Estimativa
Empreendedorismo total	38,0	51.972.100
Empreendedorismo inicial	17,9	24.456.016
Novos	16,4	22.473.982
Nascentes	1,7	2.264.472
Empreendedorismo estabelecido	20,2	27.697.118

Fonte: GEM 2018

No entanto, apesar da taxa de empreendedores estabelecidos ter crescido em relação aos anos anteriores, houve queda na taxa de empreendimentos iniciais.

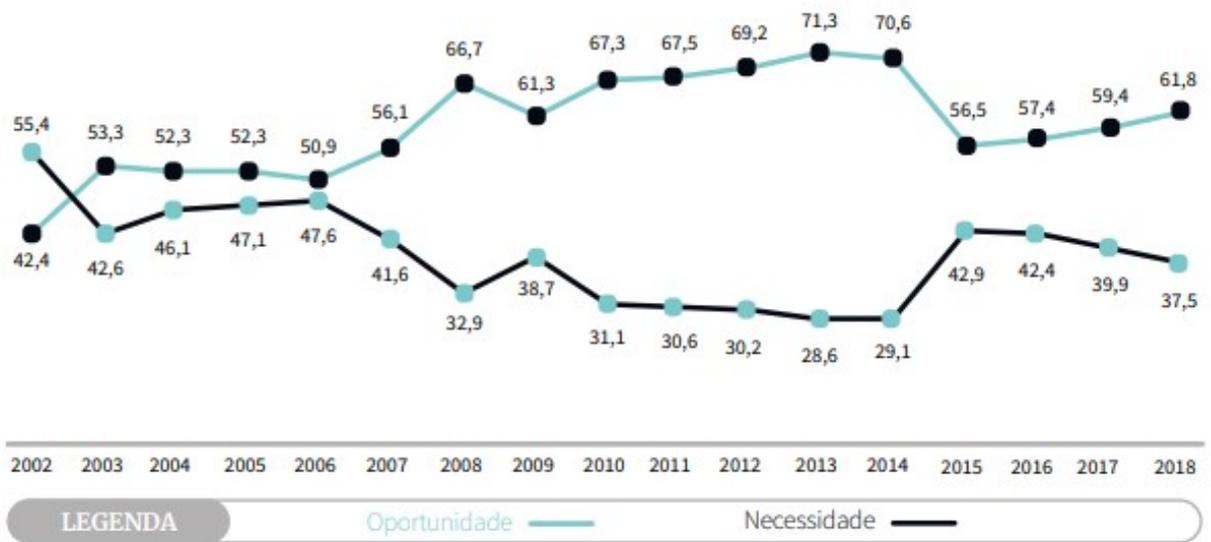
Gráfico 1: Taxas<sup>1</sup> (em %)de empreendedorismo segundo estágio do empreendimento TEA, TEE, TTE - Brasil - 2002:2018



Fonte: GEM 2018

Muitos dos empreendedores no Brasil empreendem por necessidade. Após disparar no início da crise econômica, em 2015, o empreendedorismo por necessidade passou a cair e em 2018 correspondia a 37% dos negócios em fase inicial. Sendo que três anos antes, o índice era de 43%. No mesmo intervalo, o empreendedorismo por oportunidade (ou seja, aquele em que as pessoas investem por enxergar uma nova oportunidade) passou de 56% para 61%.

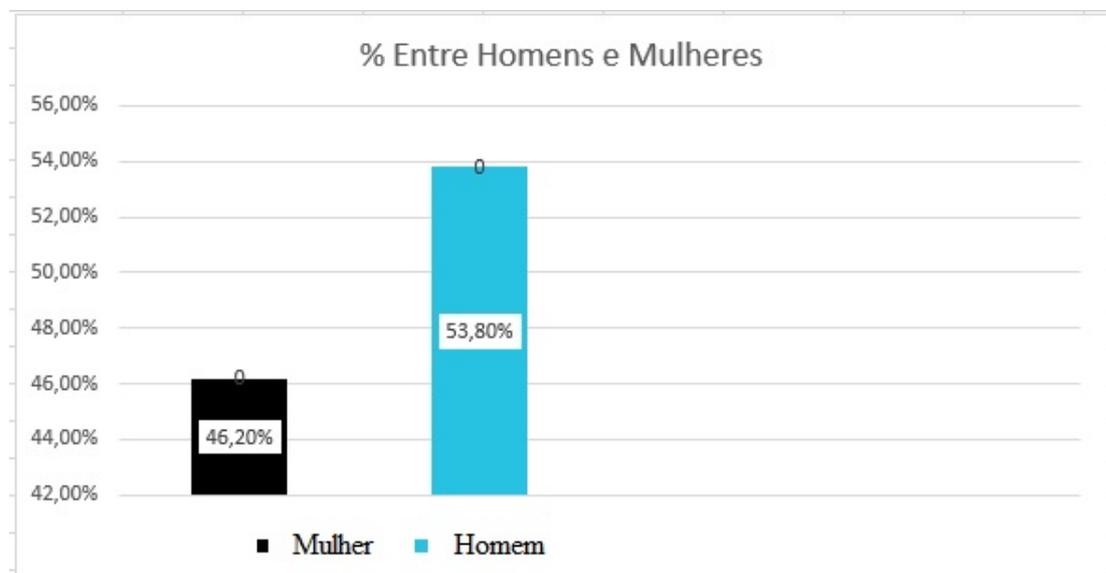
Gráfico 2: Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade como proporção de taxa de empreendedorismo inicial - Brasil - 2002:2018



Fonte: GEM 2018

Ao analisar os empreendedores por gênero, verifica-se que há 28 milhões de homens empreendedores e 24 milhões de mulheres.

Gráfico3: Porcentagem entre homens e mulheres empreendedores



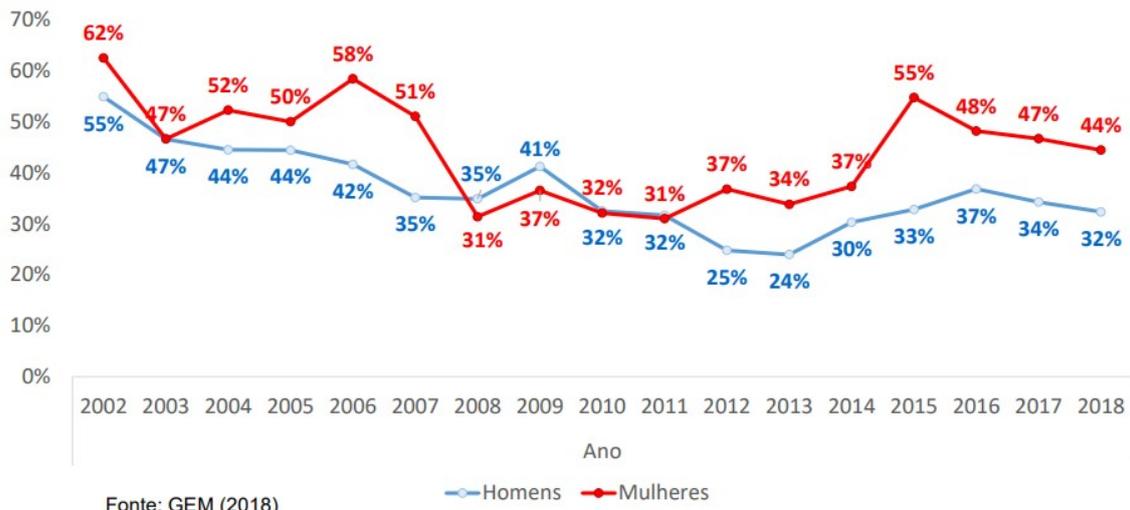
Fonte: GEM 2018

De acordo com o relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) de 2017/18, o índice de empreendedorismo feminino aumentou 6,6%, quando comparado aos mesmos 50 países que participaram da pesquisa em 2016 e 2017. Em contrapartida, o índice masculino

aumentou 0,7%. Anteriormente, o relatório GEM 2017 com foco nas mulheres destacou que o empreendedorismo feminino aumentou 10%, globalmente, de 2014 a 2016.

Uma característica interessante é que as mulheres empreendem mais por necessidade do que os homens, como podemos ver abaixo:

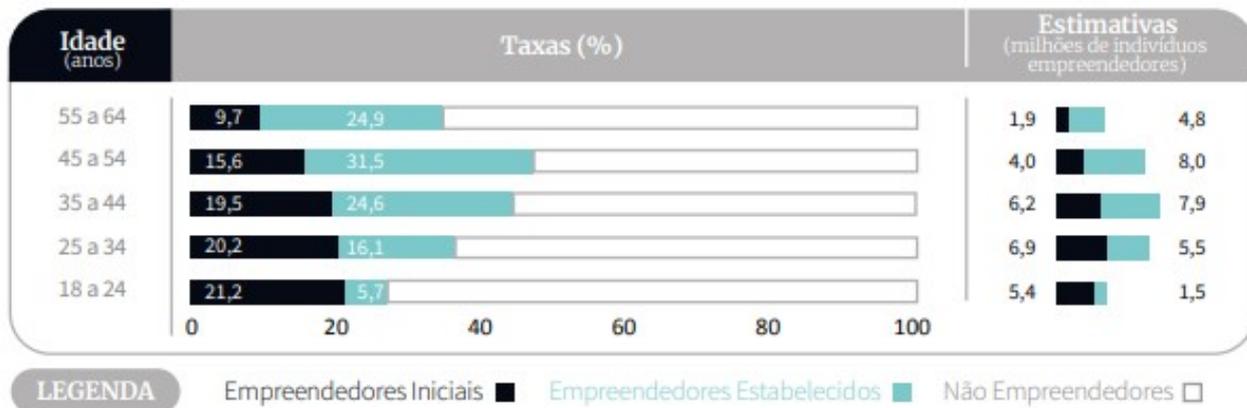
Gráfico 4: Proporção de negócios por “necessidade (homens X mulheres)



Fonte: GEM 2018

Em relação às diferentes faixas etárias verifica-se que a maior taxa entre os negócios estabelecidos está entre os 45-54 anos seguido de 35 a 44 anos. Os jovens continuam empreendendo mais em relação aos novos negócios.

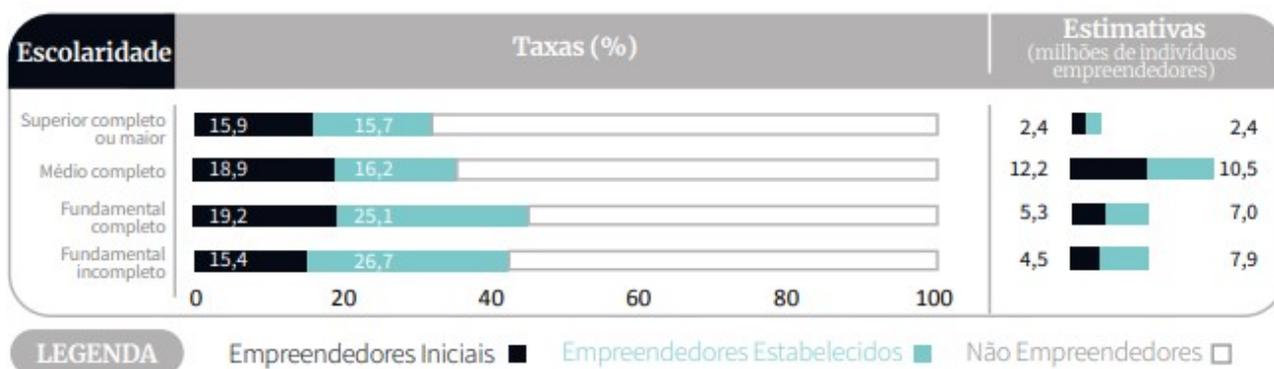
Gráfico 5: Taxas específicas<sup>1</sup> (em%) e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo a faixa etária por estágio do empreendimento - Brasil - 2018



Fonte: GEM 2018

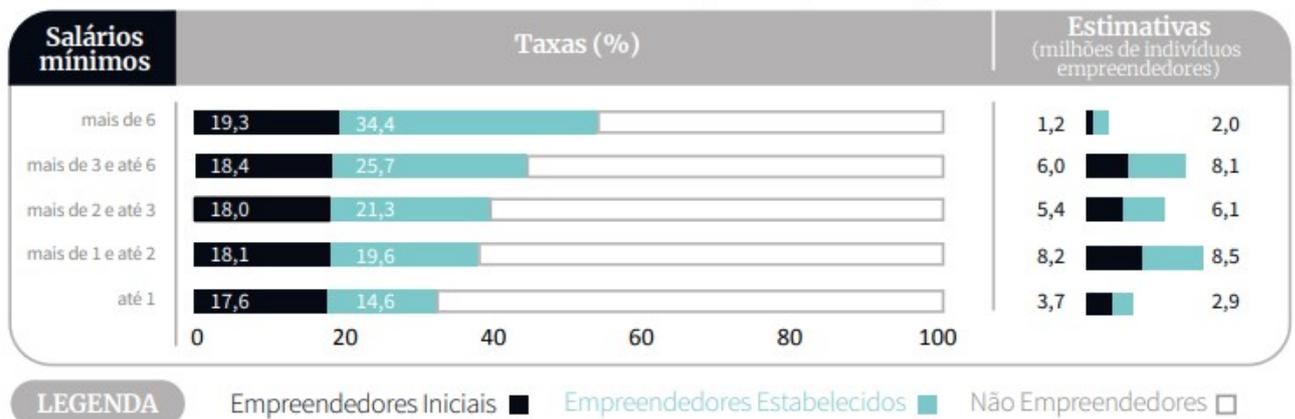
Quanto ao nível de escolaridade verifica-se que são pequenas as diferenças nas taxas de empreendedorismo inicial considerando os quatro níveis de escolaridade. Ao olhar para os dois níveis de escolaridade extremos, percebe-se que entre os brasileiros com nível superior completo, 15,9% deles estavam empreendendo em estágio inicial, enquanto 15,4% daqueles que possuem o ensino fundamental incompleto o fazem da mesma forma. Em números absolutos, mesmo tendo uma taxa ligeiramente inferior, os que possuem o ensino fundamental incompleto representam um contingente de aproximadamente 4,5 milhões de pessoas, quase o dobro do número estimado de empreendedores iniciais com ensino superior completo (2,4 milhões).

Gráfico 6: Taxas (em %) específicas<sup>1</sup> e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo o nível de escolaridade<sup>3</sup> por estágio do empreendimento - Brasil – 2018



Fonte: GEM 2018

Gráfico 7: Taxas específicas<sup>1</sup> (em %) e estimativas<sup>2</sup> do número de empreendedores segundo faixas de renda por estágio do empreendimento - Brasil – 2018



Fonte: GEM 2018

Em relação ao faturamento 50% dos negócios iniciais e 47% dos estabelecidos faturam até R\$12.000 anualmente.

Gráfico 8: Distribuição percentual dos empreendedores iniciais e estabelecidos segundo o faturamento anual.

Faixas de faturamento	% de empreendedores	
	Iniciais	estabelecidos
Não informou	5,3	6,5
Ainda não faturou nada	6,0	0,0
Até R\$ 12.000,00	50,5	47,1
De R\$ 12.000,01 a R\$24.000,00	21,6	25,9
De R\$ 24.000,01 a R\$36.000,00	9,1	9,8
De R\$ 36.000,01 a R\$ 48.000,00	3,4	2,9
De R\$ 48.000,01 a R\$60.000,00	1,6	3,1
De R\$ 60.000,01 a R\$81.000,00	1,5	0,9
De R\$ 81.000,01 a R\$ 162.000,00	0,2	1,5
De R\$ 162.000,01 a R\$360.000,00	0,8	1,7
De R\$ 360.000,01 a R\$1.200.000,00	0,0	0,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: GEM Brasil 2018

Fonte: GEM 2018

Ao analisar os dados citados, observa-se que em 2018 o empreendedorismo teve uma taxa de 38% (52 milhões de brasileiros empreendendo), sendo 28 milhões de homens e 24 milhões de mulheres. Apesar da taxa de empreendedores por necessidade vir caindo nos últimos anos, ainda há um grande número de pessoas que escolhe empreender por falta de opção: 37,5%, sendo que as mulheres empreendem mais por necessidade do que os homens

(44% das mulheres empreendem por necessidade contra 32% dos homens). Os jovens atuam mais nos negócios iniciais. Nos negócios estabelecidos a faixa etária que predomina é de 45 a 54 anos. O nível de escolaridade dos empreendedores não é elevado, a maioria dos negócios estabelecidos é comandada por pessoas com nível fundamental incompleto. E a maioria ainda recebe muito pouco através de seus negócios. Mais da metade tem o faturamento de até R\$12.000 anual.

### **1.2.6 Empreendedorismo nas favelas cariocas**

Os empreendimentos nas favelas têm características próprias. As residências muitas vezes são chamadas de “puxadinhos”, forma pela qual se opera a expansão física das casas, que deixam de ter apenas a função de moradia e passam a ser vinculadas à geração de renda. Assim, surge uma pequena mercearia, um bar ou um salão de beleza. Multiplicam-se as oficinas mecânicas, os depósitos de bebidas, lojinhas de roupas e “lan-houses”, atividades socioeconômicas intimamente associadas à habitação. São pequenos negócios de origem familiar que se mantêm graças ao mercado local constituído na própria favela. Segundo a pesquisa realizada por Ana Paula de Moura Varanda:

juntamente com essa característica aparece uma diversidade de formas de experimentação econômica criadas pelos moradores, onde diferentes saberes, experiências estéticas, relações de trabalho e de trocas apresentam referenciais intersubjetivos, baseados em valores de reciprocidade, solidariedade e laços comunitários, que escapam à lógica da racionalidade capitalista. Caracterizadas pela existência expressiva de relações de trabalho familiares, onde podem estar presentes formas monetárias e não monetárias de compensação, tais atividades econômicas atendem, por princípio, à maximização do bem-estar das famílias e não à acumulação de riquezas (VARANDA, 2018, p.)

Outra característica é a mudança dos papéis: policiais que realizam atividades de educadores ou animadores sociais, oferecendo atividades esportivas, recreativas e de reforço escolar às crianças; gerentes de banco que funcionam como conselheiros de negócios e empreendimentos; comerciantes que se tornam caixa de banco; líderes comunitários que gerenciam programas de governo; gestores públicos que transacionam empreendimentos privados. (TOMMASI, 2013)

A atuação do SEBRAE se intensificou de forma mais sistematizada nas comunidades cariocas a partir do processo de pacificação<sup>4</sup> das favelas cariocas, com as unidades de Polícia Pacificadora (UPP)<sup>5</sup>. Até 2018 eram 38 unidades atingindo mais de 1,5 milhões de pessoa para oferecer serviços além da polícia. Desta forma, a sua participação tem promovido e facilitado a formalização de empreendedores e proporcionado qualificação empresarial. Em 2011 foi criado o “Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo em comunidades Pacificadas” de incentivo ao empreendedorismo e até 2013 havia realizado mais de 41mil atendimentos nas 169 favelas que faziam parte do programa. (IETS, SEBRAE).

As UPPs possibilitaram a ampliação do mercado consumidor interno, além de promoverem o “espírito empreendedor”. Se, por um lado, é pelo consumo que os moradores tornam-se “cidadãos”, pelo outro a suposta “inclusão” seria através de algum empreendimento. E assim, o “empreendedorismo” foi sendo construído como uma lente para enxergar, compreender e propor soluções ao “problema da geração de trabalho e renda”(SILVA, 2017). No entanto, as UPPs também trouxeram o desafio da regulamentação do empreendimento: abrir um CNPJ, entender a burocracia e preencher toda a papelada. Os dados do SEBRAE, em 2011, mostravam que 92% dos negócios na favela ainda não estavam regularizados (SILVA, 2016). O trabalhador, mais que um excluído do mercado, seria então um empreendedor por necessidade. Alguém que depende de seus investimentos no negócio/atividade para sobreviver, de sua predisposição em inovar, trabalhar duro (LIMA, 2010).

Para Tommasi e Velasco (2013) a “pacificação” possibilitou a difusão de imagens positivas sobre as favelas. Apresentando as favelas como lugar de solidariedade, riqueza cultural e artística, além de um discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local, como uma suposta “natureza empreendedora”. O “empresariamento de si” foi apresentado aos moradores de favela como alternativa de sobrevivência as limitações e vulnerabilidades. Para Nicolas Rose (2015), a partir do momento em que o poder político nota que as pessoas têm aspiração por liberdade, o mesmo passa acompanhar esse desejo individual e estruturar um campo de ação. Na contemporaneidade, o empreendedorismo se

---

<sup>4</sup>A pacificação do Rio de Janeiro é um programa elaborado pela Secretaria de Estado. Através das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o programa tenta promover a aproximação entre a polícia e a população (chamado de ‘polícia de proximidade’) e fortalecer programas sociais nas comunidades. (PMERJ, 2020)

<sup>5</sup> UPP – Unidade de Polícia Pacificadora. Foram implantadas a partir de 2008 como medida de segurança no programa de pacificação elaborada pela Secretaria de Estado. Hoje, em 2020, mais de 10 anos depois das instalações das UPPs algumas foram extintas como a do Jacarezinho e do Complexo do Alemão, e segundo o site da polícia militar o objetivo é fazer uma reestruturação das UPPs para que elas atuem de forma integrada. (PMERJ, 2020)

tornou uma atividade fomentada para que os sujeitos se sentissem protagonistas de seu destino.

A política de pacificação proporcionou parcerias com o poder público, entidades de fomento, instituições financeiras, entidades representativas da comunidade, empresas prestadoras de serviços públicos, universidades, centros de pesquisa e empresas privadas investidoras, favorecendo um ambiente sinérgico de geração de trabalho, renda e negócios para o alcance desses resultados. O projeto também foi planejado para que os pequenos negócios das comunidades, deprimidas institucional e socioeconomicamente, se preparassem para as oportunidades geradas por eventos como a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a Copa FIFA em 2014 e as Olimpíadas em 2016 (OLIVEIRA, 2016). E assim, uma das estratégias para alavancar a economia foi a regularização do comércio e transporte, como por exemplo o moto táxi, o principal meio de transporte na comunidade. Moradores abriram pousadas, restaurantes, lojas de produtos artesanais que pudessem servir ao setor de turismo. Segundo a pesquisa da Central Única das Favelas (CUFA)<sup>6</sup> com o Data Popular<sup>7</sup> realizada em 2015, existem 3,8 milhões de pessoas com vontade de empreender nas favelas brasileiras. Belém aparece como a primeira cidade com maior percentual de futuros empreendedores. Já São Paulo aparece em 3º lugar.

As perspectivas e sonhos dos moradores da favela mudaram. Hoje 26% já fez curso profissionalizante, e 38% dos jovens com idade entre 19 e 24 anos pretendem fazer faculdade no próximo ano. O Bolsa Família, apesar dos mitos, é um programa que tem completado a renda dessas pessoas. Com mais trabalho e maior renda esses moradores ascenderam economicamente, aponta a pesquisa do Data Popular de 2015. Em geral esse público empreendedor é feminino, negro e jovem: 51% dessas pessoas são mulheres, 73% são negros ou pardos e 32% têm entre 14 e 24 anos. Entre os que querem abrir seu próprio negócio, 63% querem fazê-lo dentro da própria favela (em 2013 eram 59%). Outro dado interessante é que a maior parte das pessoas que pretende empreender deseja abrir algo relacionado ao setor de alimentação; 20% desejavam abrir lojas de roupa; 13% salão de beleza. O empreendedorismo aparece como uma forma de inserção no mercado de trabalho que garante grau relativo de autonomia ao empreendedor por trabalhar próximo ou na própria residência.

O que se percebe é que muitos trabalhadores que saíram das taxas de desemprego para inflar as taxas dos “empresários” são microempreendedores, ou seja, trabalhadores

---

6 Central Única das Favelas - uma organização brasileira que atua nos âmbitos político, social, esportivo e cultural. Foi criada a partir da união entre jovens de várias favelas

7 Parceria do Data Popular com a CUFA (Central Única das Favelas) para a realização de pesquisas em favelas brasileiras

responsáveis por seu sustento e sua inserção no mercado. É através da criação de micronegócios que os moradores dos espaços populares enfrentam o desemprego, os baixos salários, a discriminação racial e inventam um mercado socialmente necessário de trabalho, de bens e de consumo. As favelas representam a maximização das possibilidades econômicas, culturais e sociais, realizada pelos pobres, nos seus mais legítimos esforços para habitar a cidade (BARBOSA, 2013). Em 2015, segundo o SEBRAE, 46% dos microempreendedores disseram que os rendimentos garantem apenas o próprio sustento ou a sobrevivência. E como visto anteriormente, 50% dos negócios iniciais e 47% dos estabelecidos faturaram até R\$12.000 anualmente, o que corresponde a uma média de até R\$ 1.000 mensais, (praticamente o valor de 01 salário mínimo) segundo a GEM 2018.

### **1.2.7. Empreendedorismo e informalidade**

Quando abordamos empreendedorismo em favelas ou periferias, estamos falando também de microempreendimentos populares. No contexto das periferias urbanas e das favelas, fica evidente que as relações de trabalho, vínculos sociais e formas de regulação são específicas. Grande parte dessas atividades produtivas é realizada de maneira informal, perante normas e legislações que regulamentam o desempenho de atividades econômicas na cidade. O informal aqui ultrapassa a dicotomia legal/ilegal. Dessa forma, é possível compreender que a informalidade se distingue da ilegalidade na medida em que a produção, o consumo e a venda das mercadorias, negociadas nesse tipo de comércio, não se encontram proibidas por lei e, portanto, sua comercialização não constitui crime. (VARANDA, 2018)

Para Antunes (2008), a informalidade é abordada a partir de um critério jurídico, compreendendo formas de trabalho que são desempenhados em desacordo com as legislações trabalhistas vigentes. Ela surge em decorrência do modo de produção capitalista que visa reduzir, naquilo que for possível, a utilização do trabalho vivo aplicado diretamente na produção de mercadorias, por meio da exploração das forças sociais produtivas disponíveis em diferentes contextos históricos. Atualmente, segundo o autor, novos formatos para geração de mais-valia contribuem para acelerar e ampliar o processo de expulsão de trabalhos empregados na produção, que passam a ser considerados descartáveis.

O conceito de informalidade surgiu a partir de um estudo realizado nos anos 1970 no Quênia, por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual foi compreendido como um fenômeno que atinge camadas sociais não absorvidas pelo mercado formal de trabalho associado ao processo de industrialização do pós-guerra ocorrido no país.

O setor informal, portanto, foi compreendido como algo residual, associado a estratégias desenvolvidas pela população mais pobre, a ser suprimido com o avanço do processo de industrialização. Outra abordagem, complementar a essa foi desenvolvida ainda durante os anos 1970.

A informalidade é um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem na busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes”. (VARANDA, 2018)

Em países como o Brasil, a informalidade sempre teve uma expressiva presença nas relações de trabalho. A economia informal abrange um amplo e heterogêneo espectro de setores e atividades, abrigando em torno de 37% da população economicamente ativa em países da América Latina (VARANDA, 2018). Hoje se configura a chamada nova informalidade, formada por muitos trabalhadores autônomos, ou com baixa regulamentação, fruto do capitalismo flexível e das rápidas mudanças tecnológicas. Essa nova informalidade se multiplica com a utilização de redes de subcontratação em diversas partes do mundo. Em países periféricos, a informalidade, juntamente com formas não padronizadas de contrato de trabalho, torna-se atrativa para investimentos industriais, recebendo grandes incentivos governamentais e passando a gerar uma força de trabalho, barata, não organizada e com menores custos. (LIMA, 2010)

A taxa de informalidade em 2019 bateu recorde, superando 41%, atualmente, são 38,8 milhões de brasileiros na informalidade (IBGE, 2019). São considerados informais os trabalhadores sem carteira assinada, os sem CNPJ e os sem remuneração auxiliares de trabalhos para a família. 71% dos negócios brasileiros não possuem CNPJ, segundo a pesquisa do Sebrae. Nas favelas esse número aumenta, 83% são informais, mesmo considerando que a principal fonte de renda desses microempreendedores é o trabalho (82% tem a sua renda proveniente da ocupação principal). O estudo mostra que a informalidade é maior entre os indivíduos que trabalham por conta própria, negros e com baixa escolaridade (SEBRAE, 2019).

Com o objetivo de aumentar a formalização, para que o empreendedor informal passasse a ter acesso ao CNPJ e Alvará de funcionamento sem custos, em dezembro de 2008 foi criada a Lei do Micro Empreendedor Individual possibilitando a seguridade social, ou seja, saúde, aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, e pensão para os dependentes

em caso de morte; e acesso ao sistema bancário para pessoas jurídicas, juntamente com o sistemas de crédito destas instituições; acesso à realizar contratos com outras empresas e com o estado por meio da emissão de nota fiscal. Depois de 10 anos do MEI, em 2019 há o registro de 8,1 milhões de microempreendedores, sendo que nos últimos cinco anos houve um crescimento de 120%, segundo os dados do governo federal.

Segundo o SEBRAE 2019, o Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior estado brasileiro em quantidade de MEI com 11,6%, concentrando 963.558 microempreendedores individuais. O perfil do microempreendedor individual é homem branco, entre 30 e 40 anos e com ensino médio completo. Já o Microempreendedor de favela tem um perfil diferente, o maior número é de mulheres, negros e com uma menor escolaridade.

Como já foi mencionada anteriormente, a cultura empreendedora é sedutora, pois transforma o indivíduo em empresário de si mesmo, maximizando seus próprios poderes, sua própria felicidade, sua própria qualidade de vida, instrumentalizando suas escolhas autônomas a serviço do seu estilo de vida (ROSE, 2011). O que se observa é que o processo de constituição dos moradores de favela em sujeitos empreendedores os configurou como “gestores de risco”, isto é, eles necessitam lidar com questões que abrangem desde a instabilidade financeira do negócio desenvolvido, as questões negativas derivadas da lógica da produção flexível do trabalho até os problemas encontrados nos territórios (DAMAS, 2018).

Portanto, em um cenário de instabilidade, flexibilidade e precarização do trabalho, a informalidade se apresenta como solução e se faz cada vez mais presente, inclusive junto ao empreendedorismo. Afinal, a formalidade muitas vezes não é simples nem barata e a informalidade torna-se uma constante diante da impossibilidade da proteção social, do emprego, deixando de se restringir a atividades de subsistência e ligando-se diretamente à lógica produtiva. Dessa forma, os riscos de produção são automaticamente transferidos para os trabalhadores, de modo a diminuir os custos de produção através do achatamento dos salários e da ausência de garantia dos direitos trabalhistas (BARRETO, 2005).

### 1.3 UMA QUESTÃO DE GÊNERO, RAÇA<sup>8</sup> E CLASSE

Neste tópico será apresentado o quadro brasileiro sobre as questões relacionadas às mulheres e ao trabalho que realizam: o que as impactam, quais os seus desafios e como elas lidam com as desigualdades que enfrentam no dia a dia.

#### 1.3.1 Brasil: um país desigual

O Brasil é um país de extrema desigualdade econômico-racial-sexual (FARIAS, 2019). De acordo com a PNAD (Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua) em 2016, 1% da população recebia 36 vezes mais que 50% dos mais pobres e metade dos trabalhadores possuía média inferior a um salário mínimo. Enquanto a população mais pobre apresentou queda nos rendimentos, os mais ricos aumentaram seus rendimentos, em 2017. No mesmo ano, o país passou do 10º lugar para o 9º entre os 189 países mais desiguais do mundo (15 milhões de brasileiros vivem com R\$7,3 por dia) e está no grupo das cinco nações em que a parcela mais rica da população recebe mais de 15% da renda nacional, segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da ONU (Organização das Nações Unidas).

Vale lembrar que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir oficialmente a escravidão (1988) e que a abolição não foi acompanhada por políticas efetivas de inclusão que garantissem aos escravos libertos a possibilidade de viver em condições de igualdade. Além disso, o país viveu um “branqueamento” da população, com perseguições deliberadas ao povo negro no começo do século. O racismo sempre foi um traço latente e estrutural da sociedade que determina a questão de classe: “no Brasil, os pobres são pobres porque são negros, ou índios” (SCHWARCZ, GOMES, 2018). Para os negros, o racismo e a escravidão geraram a destituição de direitos humanos, não havendo ascensão econômica-social tal como houve com os brancos. Para as mulheres negras, esse fator foi potencializado por uma sociedade, além de racista, também sexista (GUIMARÃES, 2004).

Em relação à equidade de gênero, em 2017 o Brasil ocupava a 90ª posição entre 144 países. No entanto, as mulheres brasileiras estudam mais, trabalham e ainda recebem salários menores, além de ocupar cargos mais baixos. A média salarial dos homens é de R\$2.306, enquanto a das mulheres é de R\$1.764. Eles ocupam 62,2% dos cargos gerenciais nas

---

<sup>8</sup> O termo raça é utilizado, pois é a terminologia do Censo da Maré.

empresas, e elas apenas 37,8%. Um estudo do IBGE referente aos anos de 2015 e 2016 mostrou que a taxa de frequência média no ensino médio é dez pontos percentuais mais alta entre mulheres do que entre homens. Elas também ocupavam a maior proporção de formados no ensino superior: 23,5% entre as brancas e 10,4% entre as negras. Ao olhar para a representação política é possível notar que este é o pior dos índices: mesmo sendo 50,6% da população no momento da pesquisa, as mulheres eram representadas por apenas 10,5% dos deputados na Câmara. As mulheres também são as mais afetadas pelo desemprego em comparação com os homens, segundo um estudo realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Outro dado significativo é em relação à violência, estima-se que 40% das mulheres brasileiras já tenham sofrido algum tipo de violência ao longo de suas vidas, sendo que 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher sendo agredida. A cada hora duas mulheres são assassinadas, na maioria dos casos por parceiros (RIVERA, 2018).

O quadro das desigualdades é mais desolador quando se obtém um olhar sobre mulheres negras (pretas e pardas). Por estarem na base na pirâmide, são alvo de discriminação dupla de gênero e de raça. Os dados reafirmam essas diferenças: as mulheres negras recebem 60% menos que os homens brancos enquanto as brancas recebem 30% menos. Segundo o Mapa da Violência, no período de 2006 a 2013, o número de vítimas caiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as negras. As mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto, pela violência doméstica e obstétrica. Mulheres negras historicamente são tratadas com desumanidade e seus corpos são considerados como mercadoria. As mulheres pardas e negras são a maioria na Maré, sendo que 62,1% dos moradores se declararam pretos ou pardos – segundo o CENSO da Maré em 2019.

Entendendo raça, a partir do conceito de colonialidade de poder de Aníbal Quijano (2002), como uma classificação social e um dos eixos fundamentais da dominação colonial, pode-se dizer que a ideia de raça foi uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Estando presente em todas as esferas de existências sociais, atingindo a subjetividade dos povos. E assim, associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, por serem consideradas inferiores (VARANDA 2018, apud QUIJANO 2002). Para Lugones (2014) a colonialidade do poder é sustentada por diferentes formas de

dominação, em especial a dominação baseada em critérios de raça e de gênero. Assim, a hierarquia identificada no sistema de gênero, além de considerar o gênero em si, também abarca aspectos da racialidade e da sexualidade.

Historicamente, as mulheres estiveram ausentes dos espaços de poder, sofreram por estereótipos limitadores da sua existência, da liberdade sobre seu corpo, sobre os seus desejos e de sua autonomia econômica. Limitações que estão personificadas no controle da sua sexualidade, que “deve estar voltada” para a maternidade, para o cuidado da família e a manutenção da liberdade da atuação masculina (FARIAS, 2019). Desde a Revolução Industrial, quando houve a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, o público feminino já era como mão de obra barata, recebendo um salário menor do que o dos homens.

As mulheres, e principalmente as negras, estão sempre precisando resistir para sobreviver. E muitas vêm construindo suas práticas e sua resistência dentro de suas próprias comunidades. É o que Rivera, (2018) apresentou como de Feminismo de Base Comunitária, que compreende os feminismos emergidos dos cotidianos das comunidades, que se constroem a partir das vivências, das experiências, das histórias e trajetórias de vida das sujeitas dos territórios.

Em seus estudos, Foucault (apud MACIEL, 2014) define o ato de resistir como a capacidade de existir mesmo com todas as forças contrárias. É a capacidade que a vida tem de resistir a um poder que quer geri-la. Resistir é, neste aspecto, o oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir torna-se sinônimo de criar (GRABOIS,2011).A feminista norte-americana Zenzele Isoke (2013) estudou a resistência com enfoque nas mulheres negras em regiões periféricas americanas. Para a pesquisadora a resistência das mulheres negras envolve a criação de espaços para construir e fomentar capital social entre os negros nas comunidades que vivem, trabalham e estudam. Para que possam se reunir, se expressarem e construírem uma perspectiva crítica e assim dar forma a um plano de ação para que suas vozes sejam ouvidas. (ISOKE, 2013)

Desta forma, as mulheres negras enfrentam a interseccionalidade todos os dias. A interseccionalidade segundo Hirata (2014) é a interdependência das relações de poder, de raça, sexo e classe. A resistência da mulher negra envolve desfazer-se psiquicamente das duras condições materiais da existência, e também; criar um novo espaço que se estenda do eu

para fora. Portanto, o lar aparece como a criação de um espaço para afirmar a vida, a história, a cultura e a política afro-americana. Desta forma esses são espaços políticos que as mulheres negras criam para expressar seu cuidado com as comunidades. Locais onde os laços, afetos e relacionamentos. Portanto, muitas mulheres negras experimentaram o trabalho comunitário como uma necessidade. A pesquisadora também apresenta o conceito de interseccionalidade estrutural, o qual se refere aos sistemas interligados de violência social que circunscrevem a vida dos negros. Isso inclui, entre outros, racismo, sexismo, homofobia, heterossexismo, neoliberalismo e pobreza arraigada. Quando se situa a política das mulheres negras dentro da interseccionalidade estrutural, se é mais capazes de ver e apreciar as várias maneiras pelas quais as mulheres negras agem para resistir a atitudes, práticas e processos sociais negativos. A política de resistência das mulheres negras é evidenciada por seus esforços individuais e coletivos para construir coalizões com outras organizações e movimentos progressistas a fim de desafiar várias estruturas de poder e privilégios. Lembrando, que o objetivo deste trabalho não é trazer uma discussão conceitual das vertentes de discussão de gênero, e sim utilizar tais conceitos como suporte para questões que o campo trouxe à pesquisa.

Assim como apresentado pela teórica norte-americana Isoke, as mulheres negras no Brasil também sofrem com a falta de espaço e pela dupla opressão. O mito da mulher frágil, que muitas vezes justificou o paternalismo, não opera com as mulheres negras, que nunca foram tratadas como frágeis (CARNEIRO, 2003). As mulheres negras precisam até hoje resistir para sobreviver e assim constroem estratégias para enfrentamento dessas violências. Desta forma percebe-se que elas, ao longo de sua construção social, tiveram sua subjetividade organizada na forma de um legado de lutas. A identidade cultural dessas mulheres tem configurado através da história de lugares distintos pela afirmação de um marcador identitário étnico, racial e de gênero. O processo de subjetividade de cada mulher negra pode ser entendido como um momento da subjetivação dentro da cultura e a partir da história coletiva de outras mulheres negras, momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que devem ser analisados em sua dimensão processual permanente. Como pode ser visto no item 4.2 Perfil das Empreendedoras, as mulheres entrevistadas em sua maioria eram negras. Portanto estas abordagens teórico-conceitual- interseccionalidade, trabalho reprodutivo e cuidado, que serão desenvolvidos a seguir - contribuem para o alargamento da compreensão do empreendedorismo para além de sua concepção regular.

### 1.3.2 O trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho

Além da questão da mulher negra, do trabalho e da casa trazida pela americana Isoke (2013) e a interseccionalidade abordada como uma questão estrutural, cabe introduzir a perspectiva do trabalho reprodutivo<sup>9</sup> levantada pela filósofa feminista ítalo-americana Silvia Federici (2019), que nos anos 70 participou do movimento feminista “*Wages for housework*” defendendo a remuneração pelo trabalho doméstico por compreender que as mulheres sempre estiveram envolvidas com diversas atividades que também podem ser chamadas de trabalho. Tais atividades, contudo, por estarem associadas ao cuidado dos filhos e do ambiente doméstico eram vistas como obrigações e por isso desvalorizadas pela sociedade. As “donas de casa” não eram vistas como trabalhadoras. Até o surgimento da abordagem feminista, a produção econômica e a reprodução social faziam parte de sistemas diferentes. Foi preciso que a mulher passasse a atuar trabalhando fora de casa e cuidando do trabalho doméstico simultaneamente para que a sociedade percebesse a exploração do gênero feminino. Federici (2018) conceitualiza o trabalho reprodutivo e do cuidado realizado pelas mulheres como a base que sustenta o capitalismo. Para a filósofa, o capitalismo quis convencer que o trabalho doméstico era uma atividade natural, inevitável e que traz plenitude, de modo que as mulheres pudessem fazer esse trabalho não remunerado. As mulheres por muito tempo ficaram fora do trabalho assalariado, mas sempre realizando o trabalho em casa, atividade que era parte da sua identidade feminina. O papel da mulher era de ser “servas felizes” e realizar esses trabalhos era garantir o sucesso do casamento. Neste caso, quanto mais pobre a família, maior a escravidão da mulher.

Sob o impulso do movimento feminista<sub>2</sub> e da identificação de que o trabalho invisível que as mulheres realizavam gratuitamente não era para satisfazer a elas mesmas e sim os outros e sempre em nome da natureza feminina, do amor e dever materno, surge a definição da Divisão Sexual do trabalho. O conceito se desenvolveu na França, nos anos 1970, a partir da compreensão de que a divisão de trabalho é decorrente das relações sociais entre os sexos e, mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Designando, desta forma, prioritariamente aos homens a esfera produtiva e às mulheres a reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, de construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos

---

<sup>9</sup> O trabalho reprodutivo é a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (MELO, CASTILHO, 2009)

biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material- no caso o trabalho- e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho. Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher, tratando-se então de uma relação de poder e de dominação (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Histórica e culturalmente coube sempre à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva (SOUSA, 2016). A fábrica ficou como sendo o centro de socialização da produção. Quem trabalhava no novo centro produtivo, a fábrica, recebia um salário. Aqueles que foram excluídos não o recebiam, como as mulheres, crianças e idosos. Concentrando a produção na fábrica e no escritório, e destacando o homem da família e transformando-o em trabalhador assalariado, foi colocado sobre os ombros do homem a carga de responsabilidade financeira por mulheres, crianças, idosos, ou seja, todos aqueles que não recebem salários. Na medida em que o capital recrutou o homem como trabalhador assalariado, criou-se uma fratura entre ele e todos os outros proletários sem um salário que, por não participarem diretamente da produção, eram considerados incapazes de ser o sujeito.

Segundo Federici (2018) a mulher, por outro lado, foi isolada em casa, forçada a realizar um trabalho considerado não qualificado; o trabalho de dar à luz, criar, disciplinar e prestar assistência ao trabalhador para a produção. Seu papel no ciclo de produção social permaneceu invisível, porque apenas o produto de seu trabalho, o trabalhador, era visível. Ela mesma ficou presa nas condições de trabalho pré-capitalista em receber um salário. As mulheres foram relegadas a uma condição de isolamento, limitadas na célula familiar, dependentes em todos os aspectos dos homens. A separação do mundo familiar e pessoal daquilo que se considerava coletivo ou público foi identificado pelo feminismo como um aspecto ético-político importante para o processo de subordinação das mulheres e para o funcionamento e a manutenção de dinâmicas de poder entre os sexos. Conseguir um segundo

trabalho, (trabalhar fora de casa) não muda o papel da mulher. O segundo trabalho aumenta e reproduz o trabalho doméstico. Além de exercer as “mesmas funções”: enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias- todas as funções para as quais foram treinadas dentro de casa. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa, é servir aos assalariados física, emocional e sexualmente preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar não só da casa, mas das crianças, dos idosos e do marido (FEDERICI, 2018).

### **1.3.3 Trabalho e cuidado**

Para compreender a relação do trabalho das mulheres é importante ressaltar o trabalho que elas realizam em casa e conseqüentemente o trabalho de cuidar. O conceito do cuidado aparece pela primeira vez na obra da feminista, psicóloga e filósofa Carol Gilligan, em seu livro “In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development” (1982), que apresenta o conceito da “voz diferente”, o qual aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais. Pelo fato de a voz masculina estar comumente associada aos homens e a voz feminina às mulheres, ambos teriam uma forma diferente de lidar com problemas morais, sendo a perspectiva das mulheres comumente ignorada nas teorias psicológicas cognitivistas que descrevem o desenvolvimento moral humano e as propostas éticas pautadas em princípios e direito. O ato de silenciar a voz diferente está vinculado a uma estrutura conceitual opressora e patriarcal que predomina na sociedade e não dá lugar para a perspectiva feminina na ética por considerá-la inferior. Portanto para Gilligan (1982), em meio a uma estrutura patriarcal. O cuidado é uma ética feminina, mas que deveria estar relacionado a uma ética humana a partir de uma estrutura democrática. De acordo com a filósofa feminista Karen J. Warren (1998, p. 214), a estrutura conceitual patriarcal, formada por um conjunto de crenças básicas, valores, atitudes e pressupostos, produz uma visão hierárquica e dualista de mundo, na qual os homens se consideram superiores por sua racionalidade e as mulheres são tidas como inferiores e associadas por eles aos sentimentos e à emoção.

Desde sua primeira formulação por Gilligan (1982), o conceito de cuidado sofreu várias modificações e apesar delas, um aspecto se mostra em comum: as atividades desenvolvidas no campo do público foram pensadas, em geral, como desconectadas das atividades essenciais de cuidado. Seus protagonistas são vistos como pessoas que não são responsáveis diretas pelo cuidado de ninguém e que possuem o próprio cuidado garantido por outra pessoa. Este tipo de organização social e trabalhista cria desvantagens e injustiças para as mulheres uma vez que são elas as responsáveis diretas pelo cuidado de praticamente toda a população (classe trabalhadora, pessoas acamadas, pessoas com deficiências, crianças, jovens e idosos) e acabam penalizadas no mundo do trabalho remunerado por não encontrarem nele as

condições necessárias para acomodar uma pessoa adulta responsável pelo cuidado direto de outras pessoas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o “cuidado” passa de uma moral feminina para uma moral em si, que pode ser considerada como feminista. Essa passagem tem como objetivo politizar o “cuidado” e é realizada, dentre muitos caminhos, quando o “cuidado” passa a ser visto como uma atividade e não apenas como uma disposição. Defender o “cuidado” como moral feminina, seria mantê-lo no espaço privado, considerando sua moral como funcional para melhorar a moral social. Com o intuito de oferecer ao “cuidado” uma perspectiva sociológica e política, Tronto e Fisher, em "Towards a feminist theory of caring" (1990), propõem ao “cuidado” uma definição holística que o coloca como uma atividade e não mais como uma disposição, sendo uma atividade da própria espécie, incluindo todas as funções relativas ao manter, continuar e reparar o “mundo” para poder viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente (Fisher 1990 apud Silva, 2014).

Seguindo esse princípio lógico, “o trabalho torna-se assim uma atividade política”. O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Definindo como uma relação de serviço, apoio e assistência remunerada ou não que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem. Hoje, muitas mulheres – normalmente as de classes mais favorecidas - estão conseguindo investir em suas carreiras e trabalham cada vez mais para “dar conta” do trabalho profissional e, assim, acabam externalizando o “seu” trabalho doméstico e recorrendo à enorme reserva de mulheres em situação precária (HIRATA, 2009).

Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira(SOUSA, 2016p.124).

O aumento do número de empregos remunerados, acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, é um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero. Uma grande maioria de trabalhadoras denominadas “não-qualificadas” ocupa empregos precários, não-valorizados socialmente, mal remunerados, e uma pequena minoria de mulheres consegue pertencer à categoria estatística “gerências e profissões intelectuais superiores” (HIRATA, 2003).

As mulheres fazem mais de 75% de todo o trabalho de cuidado não remunerado do mundo e, frequentemente, segundo os dados do relatório da Oxfam (2020, p.12), “elas trabalham menos horas em seus empregos ou têm que abandoná-los por causa da carga horária com o cuidado. Em todo mundo, 42% das mulheres não conseguem um emprego porque são responsáveis por todo o trabalho de cuidado – entre os homens, esse percentual é de apenas 6%”.

Solís (2019), relaciona o cuidado com o conceito de “comum”. Para Dardot e Laval (apud SOLIS 2019) o comum é tudo o que gera responsabilidade compartilhada, um senso de cooperação em relação a uma atividade ou uso de um bem. Assim, o debate sobre o comum se expande a partir dos conceitos das ecofeministas Mies, Shiva (2004) que buscaram restabelecer o vínculo entre o comum e a comunidade na ideia de que a comunidade não pode existir fora da economia, compreendendo que deve haver uma reestruturação da economia local e regional e assim estabelecer comunidades múltiplas e interconectadas. Para estas feministas, o capitalismo se deu a partir da depreciação dos meios de subsistência e nesse processo se deu também o controle dos corpos, conhecimentos e emprego das mulheres. Segundo as autoras, pelo fato de a resistência das mulheres ter se dado pelas práticas cooperativas, o comum deve ser o poder das atividades, do elo e do apoio.

No Brasil, desde o primeiro CENSO realizado em 1872, a contribuição das mulheres no mundo do trabalho esteve presente, embora o trabalho realizado por elas seja anterior, este não era valorizado nem reconhecido. Numa primeira fase era evidente a presença das mulheres em trabalhos agrícolas e nas funções manufatureiras ou comerciais, mesmo que limitadas à esfera doméstica. Num segundo momento, como avanço das áreas urbanas, ocorre a participação das mulheres em atividades rurais e um crescimento do emprego no setor de serviços, só que ainda em condições desfavoráveis. Percebe-se que o cenário brasileiro possui semelhanças com o que foi apontado anteriormente, tendo se organizado com base num arranjo familiar que utiliza o trabalho feminino doméstico para suprir as lacunas dos serviços públicos e das políticas sociais (FNTOURA, et al., 2010).

Para Hirata (2007), no Brasil o cuidar da casa, do marido, das crianças tem sido tarefa exercida por agentes subalternos e femininos - inicialmente pelos escravos, depois pelas mulheres brancas e posteriormente pelas mulheres negras. Portanto, o debate sobre o trabalho doméstico deve ser abordado através de uma perspectiva de classe, gênero e raça. Conforme dados da PNAD de 2017, há quase seis milhões de mulheres nesta condição: 66% das

domésticas são negras e 72% não tem registro, tanto na condição de mensalista como na de diarista. As mulheres que realizam o trabalho do cuidado como “enfermeiras, faxineiras, trabalhadoras domésticas e cuidadoras são em geral mal pagas, têm poucos benefícios e trabalham em horários irregulares, além de sofrerem problemas físicos e emocionais”. Até os dias de hoje, ainda é comum encontrar quem trabalhe no lar de forma não remunerada, em troca de habitação e alimentação, como é o caso de meninas e adolescentes pobres da zona rural. Nessas situações, muitas vezes há também a ocorrência de violência sexual contra essas mulheres, sobretudo num período do Brasil em que era normal os jovens, filhos dos patrões, terem sua iniciação sexual com as empregadas domésticas, segundo o relatório da OXFAM (2020).

Ainda que o trabalho doméstico como profissão tenha sido reconhecido em 1972 e que a Constituição de 1988 tenha assegurado novos direitos para as trabalhadoras domésticas, apenas em 2013, as trabalhadoras domésticas tiveram seus direitos ampliados por meio da aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 e em 2015 com a Lei Complementar 150 que ficou conhecida como “PEC das Domésticas”. Esta aprovação possibilitou-lhes o acesso a direitos, como a limitação da jornada de trabalho a, no máximo, oito horas por dia, além de pagamento de horas extras, fundo de garantia por tempo de serviço e décimo terceiro salário. Apenas no CENSO de 2020 será adicionado na pesquisa o estudo sobre o peso dos afazeres domésticos na economia, o uso do tempo do brasileiro e as características das atividades não remuneradas.

A partir de uma abordagem psicossocial buscou-se compreender o que é o cuidado. Entendendo que a psicossociologia é caracterizada por uma abertura interdisciplinar que articula as dimensões psíquicas, culturais, sociais e organizacionais em uma abordagem da evolução pessoal e coletiva, pode-se dizer que a “psicossociologia se interessa pelos fenômenos globais, de um ponto de vista holístico” (JODELET, 2019). Sendo assim, a psicossociologia aborda processos psicológicos que afetam a vida coletiva, introduzindo o psíquico no social, levando em consideração o vivido, o sentido, o posicionamento dos sujeitos diante das experiências que eles têm ao pertencerem a determinado grupo. (JODELET, 2019) Desta maneira, percebe-se que os efeitos do ato de cuidar afeta as mulheres e os seus processos psicológicos afetivos. Deste modo, a seguir, se fará uma conexão entre cuidado, trabalho, empreendedorismo e o processo subjetivo de "empoderamento" feminino.

### 1.3.4 Empoderamento e o empreendedorismo feminino

Além de enfrentar a dupla jornada, ou seja, o duplo trabalho realizado dentro e fora de casa, as mulheres são a minoria no mercado de trabalho e a maioria quando se trata de trabalho precário. Elas ocupam mais as funções temporárias, os empregos informais e das profissões socialmente desvalorizadas. Entendendo que a desigualdade de gênero impacta a sociedade como um todo, o empoderamento da mulher tem sido um assunto amplamente discutido e se tornou o 5º ODS (objetivo de desenvolvimento sustentável) da ONU. Em 2016, a ONU Mulheres apresentou um estudo sobre a igualdade de gênero ao redor do mundo apontando que:

- Cerca de  $\frac{1}{3}$  de todas as mulheres do mundo já foram vítimas de algum tipo de violência praticada por seus parceiros íntimos;
- Aproximadamente  $\frac{3}{4}$  das vítimas de tráfico de pessoas são mulheres e meninas;
- Em grande parte do mundo, mulheres e meninas ainda não possuem acesso aos serviços básico de saúde e informações. Em países de baixa e média renda, onde essa realidade é ainda pior, muitas meninas entre 15 e 19 anos ainda morrem por complicações decorrentes da gravidez e do parto;
- Mulheres e meninas representam  $\frac{2}{3}$  da população analfabeta do mundo;
- Globalmente, as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, dedicando a ele de 1 a 3 horas a mais que os homens. Elas também dedicam de 2 a 10 vezes mais tempo do dia para cuidar da família (cuidados com crianças, idosos e doentes);
- Em média, as mulheres empregadas ganham de 10 a 30% a menos do que os homens para desempenhar as mesmas tarefas.

Empoderar mulheres foi desde o início uma luta do movimento feminista<sup>10</sup>. O objetivo do feminismo é “uma sociedade sem hierarquia de gênero, em que o gênero não seja utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão” (RIBEIRO, 2018 p.44). Em seu livro “O que é empoderamento?” Joice Berth (2018) apresenta o conceito de empoderamento como instrumento de emancipação política e social, impedindo o vício de criação de relações paternalistas, ou assistencialistas. Empoderar seria construir caminhos que rompam com a sua

---

<sup>10</sup> O movimento feminista é um **movimento** social, político e econômico que tem o objetivo de discutir e lutar por direitos das mulheres e foi marcado por três ondas. A primeira onda aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, primeiramente na Inglaterra, quando as mulheres se organizaram para lutar por seus direitos, e o primeiro deles foi o direito ao voto. As militantes ficaram conhecidas como “sufragetes” e promoveram grandes manifestações. A segunda onda ocorreu na década de 1960 junto com o movimento hippie, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema de paz e amor. Já a terceira onda começou nos anos 1980 e procurou contestar o que não é bom para cada mulher. (PINTO, 2010). No Brasil o movimento feminista foi um reflexo do que estava acontecendo na Europa e nos EUA e contou também com a existência de três grandes momentos (PINTO 2015) (RIBEIRO, 2018)

base opressora. Uma gama de atividades que questiona as relações de poder. Portanto, é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. “(...) No Brasil empoderamento é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova (...)” (BERTH, 2018, p.18) “No Cambridge Dictionary, dicionário de Cambridge, a palavra *empowerment* tem o seguinte significado: processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você (...)” (BERTH, 2018, p.19)

Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão. Empoderamento significa destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumir maior controle sobre os corpos e a própria vida. Dentro dessa perspectiva, empoderamento não é entendido como algo que possa ser dado ou repassado para outrem, mas sim, um processo de auto-reconhecimento e reconhecimento das desigualdades de gênero, bem como a garantia de direitos e de ação no sentido de provocar mudanças estruturais em prol de uma sociedade mais igualitária (SARDENBERG, 2005).

Assim como diversos conceitos foram cooptados pelo neoliberalismo o termo empoderamento vem sendo amplamente utilizado. No entanto, ele aparece nestes discursos com outro sentido que não aquele criado pelas feministas. Nestes casos, o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento e para erradicar a pobreza. Ele não é um fim em si próprio: o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. Trata-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica na libertação das amarras da opressão de gênero (SARDENBERG 2005). O empoderamento das mulheres deve ser pensado e atendido não apenas em termos de desigualdades de gênero, mas também em termos de desigualdades de classe, raça, etnia e outros determinantes sociais entre as mulheres, tais como da posição desigual do Norte e do Sul na arena global. Mulher negra é o outro do outro por ser dupla antítese de “branquitude” e masculinidade.

Portanto para Sardenberg (2008, 2012) essa noção de empoderamento, na verdade, promove o "empoderamento sem poder", na medida em que, primeiramente, não abre espaço para mudanças nas relações de poder existentes, nem nas estruturas de dominação que são responsáveis pela exclusão, pobreza e desempoderamento. Isso resulta em empoderamento

diluído que enfoca o acesso à informação, inclusão e participação, responsabilização e capacidade organizacional local, mas não discute porque alguns grupos são excluídos e não têm acesso à informação, ignorando assim as estruturas de poder que ressaltam a situação observada de exclusão e de “desempoderamento”. O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afeta a toda a família.

Junto com o conceito de empoderamento, o estímulo ao empreendedorismo vem colocando a ação empreendedora como algo que empodera e que apoia o desenvolvimento e autonomia. Estas alegações de empoderar mulheres através do engajamento no mercado misturam conceitos de poder e dinheiro impregnando a aquisição de bens com forças quase mágicas, como se ao ter independência financeira as mulheres pudessem automaticamente despir-se das normas sociais e afetivas, dos relacionamentos e instituições que as limitam. Assim, o empoderamento moderno tornou-se sinônimo não de mobilização para reivindicar direitos sociais e econômicos ou de responsabilizar governos por seus compromissos sob tratados internacionais, mas de projetos que recrutam mulheres e acabam enfraquecendo a luta por mais igualdade.

O empoderamento feminino que hoje permeia a sociedade está associado a um fator que favorece o empreendedorismo feminino, pois é uma forma da mulher se valorizar e mostrar a força que tem (SILVA, 2016). Será que o ato de empreender por necessidade está dando lugar à vontade, ao desejo e à autorrealização? A falta de oportunidades no mercado, bem como a necessidade de estar alocada num posto de emprego para gerar renda faz com que as mulheres brasileiras atuem em grande escala pelo exercício profissional informal. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2016), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um contingente de 24,3 milhões de pessoas desempregadas ou subutilizadas. Só que as trabalhadoras foram ainda mais prejudicadas. De acordo com a Pnad (2016), as diferenças foram significativas na taxa de desocupação entre homens (10,7%) e mulheres (13,8%) no 4º trimestre de 2016. Portanto, muitas mulheres têm visto no empreendedorismo uma alternativa de inclusão no mercado de trabalho, uma maneira de gerar renda e emprego. Em 2017 já contava com 23,9 milhões de mulheres empreendedoras no

Brasil, sendo que o número de mulheres empreendedoras com no mínimo ensino superior incompleto é quase o dobro do percentual de homens na mesma situação.

De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2016, realizada pela parceria entre SEBRAE e IBQP, a taxa de empreendedorismo feminino entre os novos empreendedores - aqueles que possuem um negócio com até 3,5 anos - é de 15,4%, já a masculina é de 12,6%. Além de terem uma taxa mais alta de empreendedorismo, as mulheres abrem uma empresa mais por necessidade do que os homens. Entre os novos empresários, 48% delas o fazem porque precisam, já entre os homens esse número cai para 37%. De acordo com a pesquisa do SEBRAE, 40% das mulheres empreendedoras tem até 34 anos, já entre os homens, esse número cai para 36%. E apesar delas serem mais escolarizadas, ainda ganham menos: 73% recebem até três salários mínimo, contra 59% do universo masculino. As mulheres abrem empresas que atuam com serviços domésticos, cabeleireiros e tratamento de beleza, comércio varejista de roupas e acessórios e serviços de bufê e de comida preparada.

No entanto, o empreendedorismo sempre foi sobre e para os homens. Aparecendo como uma visão heróica do homem branco, heterossexual e de classe média, em que mais uma vez as questões de gênero não são levadas em consideração. Segundo Sardenberg (2012), a crítica feminista ecoa que a maior parte da pesquisa sobre empreendedorismo e formulação de políticas compartilha um discurso de crescimento econômico e individualismo enquanto aplica uma perspectiva liberal de gênero, que ignora o papel das mulheres no trabalho não remunerado e as competências de gênero no contexto doméstico; além de considerar o empoderamento das mulheres como um instrumento para as prioridades de desenvolvimento, seja na erradicação da pobreza ou na construção da democracia. Em consonância com os ideais liberais, o foco está no crescimento individual, numa perspectiva atomística, isto é, na noção da ação racional dos atores sociais baseada nos interesses individuais. É uma abordagem que despolitiza o processo de empoderamento, tirando o poder da equação.

Se para alguns o empreendedorismo é encarado como um elemento que contribui para a emancipação feminina, observa-se ainda características sobre as mulheres que são mantidas como naturais. A própria ideia de chamar o empreendedorismo de “empreendedorismo feminino” embute diversos significados do que é ser mulher. Muitas vezes esse discurso é embasado na ideia de que há características essencialmente femininas e que elas são valiosas. No entanto, esse tipo de relação reforça as atuais relações de poder.

Ao buscar referências sobre empreendedorismo, há sempre comparações entre a forma de gestão de homens e mulheres. Por exemplo, o estudo de Gouvêa, Silveira e Machado (2013) ressaltou que homens são mais objetivos, enquanto as mulheres são mais flexíveis e subjetivas. Enquanto os homens centralizam informações e objetivos, as mulheres procuram compartilhá-las. Muitas dessas comparações acabam colocando o empreendedorismo feminino como de baixo desempenho. Por exemplo, a educação das mulheres muitas vezes é criticada, pois normalmente não está ligada a áreas como engenharia ou técnica, muito valorizadas no mundo empreendedor. Na mesma linha, a experiência de trabalho das mulheres também é retratada como inferior a dos homens, pois como normalmente são eles que ocupam cargos de liderança, científicos ou técnicos, são percebidos como mais bem preparados. Desta forma, o modo de gestão das mulheres muitas vezes é chamado de “modo feminino” de gestão (associado a ser avesso ao risco, não estruturado e não orientado ao crescimento), diferente do “modo empreendedor” (associado à racionalidade e ao alto crescimento). Esta representação distorcida da feminilidade dificulta também o acesso das mulheres aos investimentos externos, financiamentos. Elas acabam tendo acesso a contratos de empréstimo consideravelmente menos preferenciais em comparação a homens cujos negócios têm desempenho semelhante. Muitas mulheres empreendedoras enfrentam as seguintes dificuldades de aceitação: falta de suporte efetivo e social; dificuldades para atuar no mercado internacional; dificuldade de financiamento; dificuldade de acesso a redes (networks) e falta de mentores; tamanho das empresas; falta de tempo; dificuldade em conciliar trabalho e família; dilema entre obrigação e desejo; ausência de modelos de referência de empreendedoras. (SILVA, 2016)

Ainda de acordo com o relatório GEM (2010), 25% das mulheres acreditam que são tratadas de forma diferente pelas instituições financeiras. Sendo que uma das causas da inviabilidade de empréstimos em bancos é a dependência financeira das mulheres para com seus maridos ou outras figuras masculinas, fazendo com que elas precisem assim do aval destes para viabilizar o financiamento. (SILVA, 2016) Além disso, 13,9% dos homens utilizam empréstimos informais contra 6,3% das mulheres. Quanto aos recursos de terceiros formais 7% dos homens o mencionaram, enquanto nenhuma das mulheres os cita. (SILVA, 2016)

Como visto anteriormente, pode-se concluir que as mulheres empreendem por necessidade mais do que os homens. E as mulheres negras mais do que as mulheres brancas. 49% das mulheres negras empreendem por estarem desempregadas ou por falta de

perspectiva, contra 35% das mulheres brancas. Muitas mulheres empreendem por terem dificuldade de se colocarem ou se recolocarem no mercado de trabalho, e muitas vezes com objetivo de equilibrar a vida pessoal e profissional. Compreender a promoção do empreendedorismo através de uma perspectiva feminista passa pela identificação dessas barreiras estruturais discriminatórias na sociedade e na economia que transpassam o ato de empreender. Então, nesse cenário do mundo do trabalho atual, em que a flexibilização e a precarização atingem mais as mulheres periféricas, somando à valorização da individualidade com o discurso empreendedor, como as mulheres convivem com estes tipos de trabalho e dão sentido ao empreendedorismo em suas vidas?

## **2.CAMPO DE ESTUDO**

O recorte de pesquisa são mulheres empreendedoras da Maré. Neste capítulo será apresentada a favela da Maré, incluindo a origem das favelas no Rio de Janeiro. E por último, os dados e as características do empreendedorismo na Maré a partir de estudos feitos anteriormente e que foram levantados pela revisão bibliográfica.

### **2.1. A ORIGEM DAS FAVELAS**

A palavra favela faz referência ao morro da Favella, hoje conhecido como Morro da Providência, o qual foi ocupado por antigos combatentes da Guerra dos Canudos<sup>11</sup>. As favelas são o padrão predominante de moradia popular do Rio de Janeiro, caracterizadas pela sua precariedade construtiva, insalubridade, irregularidade urbanística e ilegalidade jurídica. Também são marcadas pelo baixo investimento público e pelo caráter discriminatório que a mídia normalmente a apresenta, colocando-a como um lugar à parte da cidade (FERREIRA, 2009). A cidade foi construída a partir de um padrão no qual a pobreza não é incluída e as formas de ocupação e de sobrevivência das classes marginalizadas possuem uma dinâmica própria, diferente de bairros onde sua população tem seus direitos atendidos.

A presença das favelas no cenário carioca remonta ao final do século XIX e início do século XX, como alternativa de moradia adotada por uma população pobre que chegava à cidade em busca de trabalho durante o nascente processo de industrialização. Esse período coincide com o momento de decadência do sistema escravista e de declínio da atividade cafeeira no interior do estado, resultando em um enorme fluxo de saída de trabalhadores. O prefeito Pereira Passos, com o objetivo de transformar o Rio de Janeiro em símbolo de modernidade, fez remoção em massa das habitações populares das áreas centrais da cidade, como cortiços e residências consideradas insalubres (VARANDA, 2018).

As favelas muitas vezes são representadas pela noção da ausência, sendo caracterizadas pelo poder público e pela elite intelectual carioca, como problema social e como o principal locus de produção de violência urbana. Em que elas estariam indo contra os princípios racionais, funcionais e estéticos da cidade (CUNHA & MELLO 2012). Outro elemento recorrente da representação das favelas é a homogeneização. Embora as favelas não sejam

---

<sup>11</sup>Confronto entre o Exército e os participantes de um movimento popular de fundo religioso liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido na comunidade de Canudos, no interior da Bahia, em 1897. (CAMARA, 2015)

homogêneas, é inegável que há em muitas delas comunidades que experimentam condições precárias de existência urbana, sobretudo em relação à presença de serviços básicos de saneamento, ou mesmo em função da qualidade da edificação construída e da localização de suas moradas em termos de sensibilidade ambiental aos desmoronamentos e às enchentes (BARBOSA, 2013).

A realidade social das favelas expressa as condições profundas de desigualdade. As elevadas taxas de desemprego e subemprego presentes nestes territórios, demonstram a particular condição de inserção de seus jovens e adultos no mundo do trabalho formal. Por outro lado, a situação de vulnerabilidade social apresenta-se com diversas faces nos espaços populares, sobretudo entre os jovens: baixa escolaridade, gravidez precoce, rendas ínfimas, subnutrição e vitimização em atos de violência (BARBOSA, 2013).

No último CENSO realizado pelo IBGE em 2010 havia no Brasil 6.329 favelas com 11 milhões de habitantes, correspondendo a 6% da população – um total que movimentava 68 bilhões de reais por ano. O Rio de Janeiro abrigava 1.393.314 pessoas em favelas, o que corresponde a 22% da população do município.

Um marco na história das favelas cariocas foi a criação das UPPS em 2008, pelo então governador Sérgio Cabral. O projeto teve como objetivo solucionar o problema da segurança pública, retirando o tráfico e substituindo-o por uma polícia mais próxima dos cidadãos, assim como fortalecer programas sociais nas comunidades, antes negligenciadas a cidade (SILVA, 2016). Com a instalação da UPP seria possível uma vigilância permanente ao invés das incursões periódicas dos policiais. Para José Mariano Beltrame (2013), então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, as UPPs fizeram parte de um programa que colocaria o “fim” no controle armado do tráfico de drogas, instituindo dessa forma, a diminuição das “balas perdidas”, o que seria motivo de comemoração para moradores da favela, como também, do “asfalto” (DAMAS, 2018). Vale lembrar que o padrão de atuação da polícia, sobretudo nas favelas e bairros pobres da periferia da cidade, tem sido caracterizado pelo uso da violência, pelo abuso de autoridade e por desrespeito aos moradores, atitude exemplificada pela invasão de residências sem mandado judicial em busca de eventuais suspeitos (SILVA, 1998).

O programa se iniciou com um projeto piloto na Favela Santa Marta, mas foi em 2010, com a ocupação no Complexo do Alemão, que se tornou emblemático e ganhou as notícias nacionais e internacionais. E a ocupação foi retratada como a “retomada de territórios” pelo Estado, para que a pacificação fosse estabelecida nas favelas cariocas. E o termo pacificação foi sendo naturalizado através de seu uso pelas mídias, governo e até mesmo moradores. A

sua proposta era a integração dos territórios de “pobreza” à cidade, colocando as favelas como lugares que necessitavam da força militar e policial para terem paz.

Após a criação da UPP em 2011, criou-se a UPP social que tinha como objetivo promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade, suplantando qualquer diferença entre a favela e a cidade (FRANCO, 2014).

Com a presença e controle permanentes do Estado, tornou-se possível que os mercados locais fossem formalizados, serviços, antes gratuitos, acabaram sendo privatizados e novos serviços chegaram como, por exemplo, serviços turísticos que agora poderiam oferecer o *tour* pela favela com “segurança”. Com o processo de pacificação houve algumas mudanças e foi apresentada uma nova figura ao morador, a do “policial pacificador” que passou a muitas vezes a desempenhar um novo papel: o de “mediador de conflitos”. Então, duas figuras importantes para o morador de favela - a do traficante e a do policial- foram em algum nível reconfiguradas (DAMAS, 2018).

A partir das UPPs e com objetivo de integrar a favela à cidade via mercado, houve o desenvolvimento de ações como: a expansão do crédito para os moradores de favela e o fomento de capacitações pelo SEBRAE e outras instituições. Com relação à expansão do crédito, pode-se destacar a criação do “Fundo UPP empreendedor” que visou estimular o crescimento dos empreendedores locais, a partir de créditos com “condições especiais”. Houve também outras iniciativas como a parceria entre a ABF-Rio (Associação Brasileira de Franchising) e a AgeRio (Agência Estadual de Fomento) que em 2015 proporcionou capacitação e crédito para empreendedores de favelas pacificadas e o Viva Cred, o Credamigo, um programa de microcrédito produtivo do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com objetivo de atender pessoas que não possuíam acesso ao sistema bancário tradicional. A Favela da Rocinha foi o primeiro território a ser acolhido pelo projeto.

## 2.2. COMUNIDADE DA MARÉ

A região da Maré foi assim chamada por causa dos mangues e praias que dominavam sua paisagem. Sua ocupação teve início ainda no período colonial, época em que exerceu importante papel econômico; seja pelos dois portos existentes por onde se escoava a produção das fazendas locais, seja por ter alimentado com seus mangues, os engenhos de cana-de-açúcar e as olarias que ali se instalaram.

No final do século XIX, a região entrou em declínio, pois a atividade econômica, antes situada em torno dos portos, voltou-se para os centros comerciais que se formaram junto às estações da linha da Leopoldina. A partir de 1902, o prefeito Pereira Passos modernizou a cidade, valorizando a região central e “empurrando” a população pobre para as regiões dos subúrbios. Na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, a região conheceu novo e paulatino desenvolvimento devido à implantação de um cinturão industrial às margens da avenida que, somado ao isolamento dos terrenos na orla da Baía de Guanabara e à facilidade de acesso a tais áreas, criou condições bastante favoráveis para o crescimento de sua ocupação. Desde sua inauguração em 1946, a Avenida Brasil passou a ser parte inseparável da fisionomia da região, facilitando a migração, o acesso dos moradores aos locais de trabalho, e a chegada do material necessário aos aterros e à construção das casas (SILVA, 2006).

Devido aos baixos salários, os trabalhadores atraídos pelas oportunidades de trabalho fabril foram criando algumas favelas, inicialmente, nos terrenos mais próximos, posteriormente, sobre palafitas<sup>12</sup> que eram uma característica do local. A ocupação da região atingiu seu auge na década de 1970, tendo se espalhado sobre as águas da Baía de Guanabara. Quando se olha para um bairro como a Maré, tem-se a impressão de contemplar algo inacabado, em constante construção: paredes sem esboço, alvenaria aparente, vergalhões apontados para o alto, puxadinhos aqui e acolá (SILVA, 2006).

Foi só em 1994, sob a prefeitura de César Maia (1993-1996), que esse território passou a ser designado oficialmente como “bairro Maré”, por meio da Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, publicada em Diário Oficial de 24 de janeiro do mesmo ano. Tendo sido

---

<sup>12</sup>Segundo o dicionário Aurélio, palafitas é o conjunto de estacas de madeira em que assentam as habitações lacustres

alvo de inúmeros projetos governamentais de diversos interesses políticos, a Maré, até então considerada como favela, passou a ser tratada pelo poder público como uma área totalmente urbanizada, condição essa que viabilizou a criação do bairro. Essa formalização feita de fora para dentro gerou um estranhamento por parte dos moradores que não reconheciam esse território como um único “bairro” (SILVA, 2006).

A Favela da Maré também pode ser considerada um lugar que produz ações de resistência contra uma política de banimento (RAPOSO, 2015). Foi na Maré que foi criada a primeira iniciativa de um CENSO próprio. Considerando a incapacidade das informações do IBGE darem conta das especificidades e das demandas reais dos moradores, o CENSO da Maré foi realizado por iniciativa de duas organizações do território: a Redes da Maré e o Observatório de Favelas. Além da contagem populacional, foi feita previamente uma atualização da base cartográfica da área e um Censo de Empreendimentos, que pretendeu fazer um levantamento dos negócios e dos empregos gerados pelas suas atividades.

O Censo da Maré mostra que a realidade estatística pode ser uma forma de valorização moral e política da favela que ocorre por meio da incorporação de alguns de seus princípios de ordem e rigor às práticas de militância – como objeto da luta política – e de vivência dos espaços – como colocar nomes nas ruas, por exemplo. Pois os números também são formas de expressão e de fazer existir, de conceber o mundo. E que pensar sobre as estatísticas implica pensar sobre o governo estatal e suas formas de agência. Os processos de produção de estatísticas públicas, as resistências, as negociações e as incorporações se dão em torno das formas de classificar e enquadrar pessoas, espaços e relações. Tratar deste tipo de quantificação, portanto, é tratar das dinâmicas em torno da definição sobre quais são as realidades que se contam (MOTTA, 2019).

Segundo o relatório de atividades da organização “Redes da Maré” em 2017 eram 140mil habitantes distribuídos em 47mil domicílios em 16 favelas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiros, Vila do João e Conjunto Esperança.

Figura 1: Mapa das comunidades que compõem a Maré



## FAVELAS DO BAIRRO MARÉ

- 01 CONJUNTO ESPERANÇA
- 02 VILA DO JOÃO
- 03 CONJUNTO PINHEIROS
- 04 VILA DOS PINHEIROS
- 05 NOVO PINHEIROS (SALSA E MERENGUE)
- 06 CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS
- 07 MORRO DO TIMBAU
- 08 BAIXA DO SAPATEIRO
- 09 NOVA MARÉ
- 10 PARQUE MARÉ
- 11 NOVA HOLANDA
- 12 PARQUE RUBENS VAZ
- 13 PARQUE UNIÃO
- 14 PARQUE ROQUETE PINTO
- 15 PRAIA DE RAMOS
- 16 MARCÍLIO DIAS



Fonte: CENSO Maré 2019

No último CENSO<sup>13</sup> do IBGE a população da Maré correspondia a 9% da população do Rio de Janeiro e a quase 21% de todos os residentes em favelas, sendo o 10º bairro mais populoso do município e o 137º no IDS- Índice de Desenvolvimento Social. No último CENSO da Maré foi constatado que há mais mulheres do que homens (51,02% contra 48,9%) entre os moradores. No entanto, os homens predominam numericamente ao longo da infância, até a faixa etária dos 10-14 anos sendo superados a partir da adolescência pelo contingente feminino.

<sup>13</sup> Censo é a coleta de dados da população brasileira realizada pelo IBGE a cada 10 anos. A próxima pesquisa será realizada entre agosto e outubro de 2020 (IBGE)

Tabela 2: Pessoas residentes na Maré, segundo o sexo, por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	MULHERES		HOMENS		SEM RESPOSTA	
		HAB	%	HAB	%	HAB	%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>139.073</b>	<b>70.878</b>	<b>51,0%</b>	<b>67.968</b>	<b>48,9%</b>	<b>248</b>	<b>0,2%</b>
0 A 4 ANOS	10.244	5.096	49,7%	5.129	50,1%	18	0,2%
5 A 9 ANOS	11.404	5.582	49,0%	5.809	50,9%	13	0,1%
10 A 14 ANOS	12.386	6.175	49,9%	6.197	50,0%	13	0,1%
15 A 19 ANOS	11.961	6.042	50,5%	5.911	49,4%	8	0,1%
20 A 24 ANOS	12.461	6.416	51,5%	6.034	48,4%	11	0,1%
25 A 29 ANOS	13.666	6.949	50,8%	6.709	49,1%	9	0,1%
30 A 34 ANOS	13.549	6.867	50,7%	6.674	49,3%	8	0,1%
35 A 39 ANOS	12.840	6.444	50,2%	6.390	49,8%	6	0,0%
40 A 44 ANOS	9.785	4.894	50,0%	4.887	49,9%	4	0,0%
45 A 49 ANOS	8.030	4.080	50,8%	3.947	49,2%	2	0,0%
50 A 54 ANOS	6.516	3.376	51,8%	3.136	48,1%	5	0,1%
55 A 59 ANOS	4.905	2.586	52,7%	2.319	47,3%	-	-
60 A 64 ANOS	3.712	2.046	55,1%	1.660	44,7%	6	0,2%
65 A 69 ANOS	2.564	1.433	55,9%	1.131	44,1%	-	-
70 A 74 ANOS	1.781	1.049	58,9%	732	41,1%	-	-
75 A 79 ANOS	1.164	704	60,5%	459	39,4%	1	0,1%
80 A 84 ANOS	623	401	64,3%	222	35,7%	-	-
85 A 89 ANOS	316	217	68,6%	99	31,4%	-	-
90-94 ANOS	102	73	72,1%	28	27,9%	-	-
95 ANOS OU MAIS	32	25	77,9%	7	22,1%	-	-
SEM RESPOSTA <sup>(1)</sup>	1.032	422	40,9%	467	45,3%	143	13,8%

<sup>(1)</sup> Todas as pessoas "sem resposta" de idade são maiores de 15 anos.

Fonte: CENSO Populacional da Maré -2019

Os dados coletados no CENSO Maré foram semelhantes aos do IBGE: 52,9% das pessoas residentes foram declaradas como pardas, 36,6% como brancas e 9,2% como pretas. Destaca-se o fato de que em todas as comunidades a ordem pardas-brancas-pretas se repetiu. Em todo caso, tomado como referência o recorte antropológico, é muito significativa a presença de afrodescendentes na Maré, razoavelmente acima da média nacional. Pelo que foi declarado, ao menos 62,1% dos moradores têm cor preta ou parda, demarcando uma presença étnico-racial que, de forma geral, como já mencionado, é a realidade típica na composição das favelas cariocas, bem como no conjunto das periferias brasileiras.

Tabela 3: Pessoas residentes na Maré, segundo a cor ou raça, por território

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL		PARDA		BRANCA		PRETA		INDÍGENA		AMARELA		SEM RESPOSTA	
	HAB	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	
<b>MARÉ</b>	<b>139.073</b>	<b>73.576</b>	<b>52,9%</b>	<b>50.871</b>	<b>36,6%</b>	<b>12.750</b>	<b>9,2%</b>	<b>845</b>	<b>0,6%</b>	<b>761</b>	<b>0,5%</b>	<b>270</b>	<b>0,2%</b>	
PARQUE UNIÃO	20.567	10.640	51,7%	8.665	42,1%	1.019	5,0%	107	0,5%	106	0,5%	31	0,1%	
VILA DOS PINHEIROS	15.600	8.929	57,2%	5.022	32,2%	1.401	9,0%	124	0,8%	99	0,6%	26	0,2%	
NOVA HOLANDA	13.799	6.912	50,1%	4.089	29,6%	2.558	18,5%	144	1,0%	70	0,5%	24	0,2%	
PARQUE MARÉ	13.164	6.840	52,0%	4.805	36,5%	1.209	9,2%	229	1,7%	65	0,5%	17	0,1%	
VILA DO JOÃO	13.046	6.945	53,2%	4.899	37,5%	1.101	8,4%	12	0,1%	70	0,5%	19	0,1%	
BAIXA DO SAPATEIRO	9.329	4.562	48,9%	4.020	43,1%	645	6,9%	14	0,1%	73	0,8%	16	0,2%	
PQ. ROQUETE PINTO	8.132	5.303	65,2%	2.335	28,7%	433	5,3%	6	0,1%	24	0,3%	32	0,4%	
SALSA E MERENGUE	6.791	3.610	53,2%	2.256	33,2%	881	13,0%	5	0,1%	27	0,4%	12	0,2%	
MORRO DO TIMBAU	6.709	3.206	47,8%	2.951	44,0%	496	7,4%	18	0,3%	27	0,4%	11	0,2%	
MARCÍLIO DIAS	6.342	3.705	58,4%	2.238	35,3%	372	5,9%		0,0%	18	0,3%	9	0,1%	
PARQUE RUBENS VAZ	6.222	3.101	49,8%	2.467	39,7%	533	8,6%	61	1,0%	46	0,7%	14	0,2%	
CONJUNTO ESPERANÇA	5.356	2.693	50,3%	2.076	38,8%	484	9,0%	19	0,4%	66	1,2%	19	0,3%	
CONJUNTO PINHEIROS	4.028	2.096	52,0%	1.444	35,8%	412	10,2%	54	1,3%	21	0,5%	1	0,0%	
CONJ. BENTO R. DANTAS	3.553	1.707	48,0%	1.346	37,9%	428	12,0%	40	1,1%	25	0,7%	8	0,2%	
PRAIA DE RAMOS	3.221	1.825	56,7%	1.057	32,8%	305	9,5%		0,0%	13	0,4%	21	0,6%	
NOVA MARÉ	3.215	1.503	46,7%	1.203	37,4%	473	14,7%	11	0,4%	14	0,4%	11	0,4%	

Fonte: CENSO Populacional da Maré -2019

A população da Maré é majoritariamente jovem: 51,9% tem menos de 30 anos. Se observada a faixa etária de 0 a 14 anos, são 34.034 crianças ou 24,5%, (um em cada quatro moradores da Maré). Mudando o intervalo etário para o de 15 a 29 anos, verificam-se 38.088 jovens ou 27,4% do total.

Tabela 4: Pessoas residentes na Maré por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO			
	PESSOAS	%	PESSOAS (TOTAL ACUMULADO)	% ACUMULADO
<b>TOTAL</b>	<b>139.073</b>	<b>100%</b>	-	-
0 A 4 ANOS	10.244	7,4%	10.244	7,4%
5 A 9 ANOS	11.404	8,2%	21.648	15,6%
10 A 14 ANOS	12.386	8,9%	34.034	24,5%
15 A 19 ANOS	11.961	8,6%	45.995	33,1%
20 A 24 ANOS	12.461	9,0%	58.455	42,0%
25 A 29 ANOS	13.666	9,8%	72.122	51,9%
30 A 34 ANOS	13.549	9,7%	85.670	61,6%
35 A 39 ANOS	12.840	9,2%	98.510	70,8%
40 A 44 ANOS	9.785	7,0%	108.296	77,9%
45 A 49 ANOS	8.030	5,8%	116.325	83,6%
50 A 54 ANOS	6.516	4,7%	122.841	88,3%
55 A 59 ANOS	4.905	3,5%	127.747	91,9%
60 A 64 ANOS	3.712	2,7%	131.459	94,5%
65 A 69 ANOS	2.564	1,8%	134.023	96,4%
70 A 74 ANOS	1.781	1,3%	135.804	97,6%
75 A 79 ANOS	1.164	0,8%	136.968	98,5%
80 A 84 ANOS	623	0,4%	137.591	98,9%
85 A 89 ANOS	316	0,2%	137.907	99,2%
90 A 94 ANOS	102	0,1%	138.009	99,2%
95 ANOS OU MAIS	32	0,0%	138.041	99,3%
SEM REPOSTA <sup>(1)</sup>	1.032	0,7%	139.073	100,0%

Fonte: CENSO Populacional da Maré -2019

As favelas cariocas têm uma forte presença de dois grupos populacionais característicos: negros e nordestinos. Foi esse contingente populacional, então, o principal responsável pela criação da favela e sua transformação em alternativa para o exercício do direito à cidade entre os mais pobres. Segundo dados da PNAD (2013), os nordestinos representam pouco mais de 9% da população metropolitana fluminense. Apesar do saldo migratório de nordestinos para a cidade do Rio de Janeiro ser negativo há pelo menos duas décadas, a concentração na Maré continua sendo bem mais expressiva: 25,8% dos moradores. Esse processo gerou uma rica combinação cultural na população da Maré.

Outro dado que a pesquisa confirmou foi que, na Maré, a responsabilidade começa a ser assumida mais cedo. O nível de participação que só se vê no conjunto da cidade em torno dos 30 a 35 anos, por exemplo, já é observada em torno dos 25 a 30 anos na Maré.

Essa informação demonstra que os jovens de favelas também assumem papéis econômicos e sociais em seus lares, inclusive, como chefes de família. Os resultados indicam uma importante participação feminina na responsabilidade dos domicílios. Na condição de única ou principal responsável estão 30,3% das mulheres maiores de 15 anos. Além destas, 19,1% exercem a responsabilidade de forma compartilhada nos demais domicílios, mas em

igualdade de condições com a(s) outra(s) pessoa(s) responsável(is). Portanto, praticamente a metade das mulheres com 15 anos ou mais de idade é responsável por domicílios na Maré. No contingente masculino, ser responsável pelo domicílio é mais comum: 56% dos homens maiores de 15 anos são declarados nesse papel, sendo 40,7% na condição de único ou principal responsável e 15,3% compartilhando igualmente a responsabilidade.

Tabela 5: Percentual de pessoas em relação à responsabilidade do domicílio, segundo a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	RESPONSÁVEL ÚNICO(A) OU PRINCIPAL	COMPARTILHA IGUALMENTE A RESPONSABILIDADE	NÃO É RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,4%</b>	<b>17,3%</b>	<b>47,4%</b>
15 A 19 ANOS	100,0%	2,6%	7,1%	90,4%
20 A 24 ANOS	100,0%	16,8%	20,5%	62,6%
25 A 29 ANOS	100,0%	30,8%	22,1%	47,1%
30 A 34 ANOS	100,0%	40,0%	20,9%	39,2%
35 A 39 ANOS	100,0%	48,4%	17,9%	33,7%
40 A 44 ANOS	100,0%	46,1%	19,5%	34,5%
45 A 49 ANOS	100,0%	49,0%	18,1%	33,0%
50 A 54 ANOS	100,0%	49,9%	17,0%	33,1%
55 A 59 ANOS	100,0%	53,8%	15,5%	30,7%
60 A 64 ANOS	100,0%	56,4%	14,7%	28,8%
65 A 69 ANOS	100,0%	58,8%	14,8%	26,4%
70 A 74 ANOS	100,0%	62,6%	13,9%	23,5%
75 A 79 ANOS	100,0%	65,6%	12,7%	21,7%
80 A 84 ANOS	100,0%	57,7%	15,9%	26,3%
85 A 89 ANOS	100,0%	52,6%	13,8%	33,6%
90 ANOS OU MAIS	100,0%	37,6%	14,4%	48,1%

Fonte: CENSO Populacional da Maré -2019

Apenas 37,6% da população completaram o ensino fundamental e a metade desses não foi além. Dos que avançaram, quase todos ficaram com o ensino médio completo. Com graduação completa, incluindo as pessoas que cursaram pós-graduação, são, aproximadamente, 1,0%. Se observadas somente as pós-graduadas (stricto sensu), são necessárias duas casas decimais: 0,03% da população total.

Tabela 6: Pessoas por nível de escolaridade completo

ESCOLARIDADE	TOTAL		
	HAB	%	% ACUMULADO
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>139.073</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>
PÓS-DOCTORADO	5	0,004%	0,00%
DOCTORADO	11	0,008%	0,01%
MESTRADO	28	0,02%	0,03%
GRADUAÇÃO	1.290	0,93%	0,96%
ENSINO MÉDIO	25.031	18,00%	18,96%
ENSINO FUNDAMENTAL	25.866	18,60%	37,56%
SEM ENSINO FUNDAMENTAL	74.359	53,47%	-
SEM RESPOSTA	1.338	0,96%	-
NUNCA FREQUENTOU ESCOLA	11.145	8,01%	-

Fonte: CENSO Populacional da Maré -2019

A frequência à escola é uma realidade de 27,9% dos moradores da Maré, mas é marcante o quadro de evasão escolar a partir da adolescência. Na faixa etária de 6 a 14 anos, a Maré tem 2,1% de crianças fora da escola, o que está abaixo dos 3,1% verificados na cidade em 2010, segundo o CENSO do IBGE. No entanto, o grande déficit é encontrado no atendimento dos 4 aos 17 anos, o qual figura como constitucionalmente obrigatório desde 2009. Enquanto a cidade tinha 6,6% no ano de 2010, a Maré ainda aparece com 8,1% em 2013. Na faixa etária de 4 e 5 anos, cujo atendimento é correspondente à pré-escola, a taxa de não frequência na Maré é de 17,9%, ao passo que na cidade era de 12,0% em 2010. Na outra ponta, enquanto os resultados do CENSO Maré mostram 19,6% dos adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, o CENSO do IBGE de 2010 totalizou 13,4%.

A maior parte dos estudantes (67,7%) frequenta escolas localizadas na Maré. A inserção em escolas locais predomina não só entre os estudantes da rede pública (69,5%) como, também, da rede privada (55,3%).

As favelas muitas vezes são chamadas também de território. Se considerarmos o conceito de Arturo Escobar (2015), território é definido como um espaço coletivo composto por tudo que é necessário e indispensável para que homens e mulheres, jovens e adultos criem e recriem suas vidas. Pode se dizer que é um espaço de vida onde se garante a sobrevivência

étnica, histórica e cultural. O território é mais que uma base material para reprodução da comunidade humana e suas práticas. É uma rede complexa de relações na qual se desenvolve uma proposta política em que se busca a conservação da vida, a consolidação da democracia e a construção alternativa da sociedade. O que será este território da Maré para seus moradores? Quais e como as relações acontecem ali? E como o empreendedorismo se relaciona com este território?

### 2.3. EMPREENDEDORISMO NA MARÉ

Como foi visto, a Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro, com aproximadamente 140 mil habitantes vivendo em 16 comunidades populares, sendo mais de 40 mil domicílios distribuídos em comunidades com fisionomias distintas. Há diversos tipos de estabelecimentos comerciais na favela da Maré, segundo o CENSO realizado em 2014:

- ✓ 40,2% aceitam fiado, e 19% cartão de crédito
- ✓ Na Maré existem 37 *lanhous*
- ✓ Há 28 costureiras
- ✓ 91% dos clientes são moradores
- ✓ 80,8% pagam fornecedores à vista.
- ✓ 84,6% não tem dívidas
- ✓ 76,4% dos trabalhadores são moradores da Maré
- ✓ 80,4% dos empreendedores são moradores
- ✓ 76,7% não fizeram curso para atuar no ramo da atividade
- ✓ 23,2% reivindicam serviço bancário

Tabela 7: Tipo de empreendimentos na Maré

SETOR DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	PORCENTAGEM
COMÉRCIO	1.948	66,0%
SERVIÇOS	983	33,3%
INDÚSTRIA	22	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2.953</b>	<b>100,0%</b>

NOTA: Bares, restaurantes, pensões, lanchonetes e similares foram computados como comércio.

Fonte: CENSO de Empreendimentos Mare 2014

Tabela 8: Tipo de atividades mais frequentes

ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	%
BAR	660	22,4%
BELEZA E ESTÉTICA	307	10,4%
ROUPAS	216	7,3%
MERCADO	138	4,7%
LANCHES	131	4,4%
VEÍCULOS	130	4,4%
SALGADOS / DOCES	127	4,3%
RESTAURANTE / PENSÃO	94	3,2%
INFORMÁTICA / GAMES	69	2,3%
BAZAR	68	2,3%
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	67	2,3%
SERRALHERIA / VIDRAÇARIA	60	2,0%

Fonte: CENSO de Empreendimentos Maré 2014

Tabela 9: Situação dos empreendimentos quanto à formalização

SITUAÇÃO	Nº DE EMPREENDIMENTOS PESQUISADOS	%
NÃO FORMALIZADO	2.233	75,6%
FORMALIZADO	701	23,7%
NÃO INFORMADO	19	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.953</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: CENSO de Empreendimentos Maré 2014

Tabela 10: Faixa etária dos Empreendedores

IDADE X SEXO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	NÃO INFORMADO
TOTAL	100,0%	59,0%	39,5%	1,5%
MENOS DE 25 ANOS	4,3%	2,2%	2,0%	0,1%
DE 25 A 44 ANOS	45,7%	24,8%	20,2%	0,6%
DE 45 A 64 ANOS	38,3%	24,0%	14,0%	0,3%
65 ANOS OU MAIS	7,5%	5,3%	2,1%	0,1%
NÃO INFORMADO	4,2%	2,6%	1,3%	0,4%

Fonte: CENSO de Empreendimentos Mare 2014

Tabela 11: Escolaridade dos Empreendedores

ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM SIMPLES	PORCENTAGEM ACUMULADA
GRADUAÇÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA	7,0%	7,0%
NÍVEL MÉDIO COMPLETO OU SUPERIOR INCOMPLETO	32,3%	39,3%
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO OU MÉDIO INCOMPLETO	53,2%	92,5%
ALFABETIZADO OU NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO	3,1%	95,6%
NÃO ALFABETIZADO	2,2%	97,8%
NÃO INFORMADO	2,2%	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>

Fonte: CENSO de Empreendimentos Mare 2014

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo será abordada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, explicitando as etapas, técnicas e seus desafios.

Para realizar este estudo foi feita uma pesquisa qualitativa a partir de uma leitura psicossocial que visualiza o indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização em um determinado segmento social - que, para Moscovici (1978), integra a dicotomia da Psicologia e Sociologia, reforçando o diálogo macrosocial e individual buscando uma dialética entre o sujeito e o coletivo. Foi utilizada uma abordagem interdisciplinar para dar conta da complexidade do tema estudado, buscando compreender as relações e as redes das mulheres empreendedoras.

Em uma pesquisa qualitativa é importante a inserção do pesquisador no campo, tornando-se fundamental os requisitos de vivenciar o dia a dia com todas as suas sutilezas, para captar também o subjetivo daquela comunidade (MINAYO, 2003). Portanto, é estimulada a análise e busca pela compreensão das subjetividades inerentes aos indivíduos, organizações, comunidades e às relações sociais que se dão entre eles (MINAYO, 1993). A pesquisa qualitativa permite o aprofundamento da compreensão de um determinado assunto ou grupo social e não se preocupa com a representatividade numérica. Buscando o porquê das coisas, e não quantificando o valor e as trocas, pois os dados coletados não são métricos. Em vista disto, a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade, concentrando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, desta forma trabalha a partir de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, acessando o espaço das relações, dos processos e dos fenômenos. Permitindo a utilização de diversas técnicas. (SILVEIRA, 2009)

Ao longo desse estudo, as seguintes técnicas de pesquisa podem ser destacadas: levantamento bibliográfico; entrevistas semiestruturadas e abertas; observação participante e diário de campo. Antes da entrada em campo, o Comitê de Ética aprovou e assinou o termo de consentimento da pesquisa. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas a partir de perguntas abertas a fim de deixar as entrevistadas mais à vontade e buscar um diálogo, respeitando o tempo de cada uma. As entrevistas foram transcritas e as informações mais relevantes foram destacadas para posterior análise. A Observação Participante, uma abordagem de observação etnográfica na qual o observador participa ativamente das atividades de recolha de dados, serviu de inspiração, por se adaptar a diversos momentos e

constituir um método que permite estar em situações e eventos comuns, tendo em vista a dificuldade de coleta através das entrevistas (MONICO, 2017). Para completar a coleta de dados em campo foi utilizado também o diário de campo, que permite anotações do que foi vivido e experienciado pelo pesquisador.

Por fim, foi feito o tratamento de dados do material coletado a partir da análise de conteúdo. Este tipo de análise permite, através da interpretação pessoal do pesquisador com relação à percepção que possui dos dados coletados nas entrevistas (associados às impressões descritas no diário de campo), compreender os sentidos e os conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, e/ou nos manifestos. Na fase inicial, pré-análise, o material é organizado, escolhendo os documentos, formulando hipóteses e elaborando indicadores que irão nortear a interpretação final. O contato inicial com os documentos, a chamada “leitura flutuante” é a fase em que são elaboradas as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Após a “leitura flutuante”, se escolhe um índice organizado em indicadores. Ao final, codificam-se os dados, processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades (BARDIN,1995)..

As categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. No processo de escolha de categorias adotam-se os critérios semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos e pronomes), léxico (sentido e significado das palavras – antônimo ou sinônimo) e expressivo (variações na linguagem e na escrita). Na etapa seguinte, é o momento de trabalhar com assuntos relacionados ao tópico inferência. Segundo a autora, a inferência é uma técnica de tratamento de resultados orientada por diversos polos de atenção, ou seja, pólos de comunicação (emissor receptor, mensagem e canal) (BARDIN,1995). Buscando compreender a atuação empreendedora das mulheres entrevistadas foram criadas quatro categorias a partir do material coletado em que se percebeu uma predominância e repetição de termos e palavras além do tom utilizado. a) Maré: ser desse território marca a vida toda; b) Violência; c) Da resistência a autorrealização e d) Empreendedorismo como cuidado.

Buscou-se fazer uma investigação consciente, comprometendo-se com a realidade social e atento ao outro em todas as suas manifestações, criando espaços para fala e para o diálogo não somente entre eles, mas também com a pesquisadora, buscando-se então a compreensão das relações e suas conexões. A escuta é o ponto chave, pois ao se abrir para ouvir, abre-se para ser afetado e estar imerso nesse estado da sensibilidade pode-se criar outras possibilidades para a descrição do encontro (MARQUES & GENRO,2016).

uma escuta aberta à surpresa, capaz de ouvir o novo sem reduzi-lo imediatamente ao já conhecido, de ouvir – e lidar com - o que não responde necessariamente às questões de pesquisa, o que desestabiliza as hipóteses com que vamos a campo, o que coloca arestas em um trabalho científico que se pretende redondo. Trata-se de uma postura ativa e generosa, de respeito e humildade, em que se houve o outro que fala sem pressa, sem cortes, sem conversão imediata em texto ou conclusões, que implica maturação da palavra ouvida até que, junto dos demais sujeitos de pesquisa, decida-se o que fazer com ela. (MARQUES & GENRO, 2016 p.331)

Portanto, para alcançar os símbolos, costumes e comportamentos foi fundamental vivenciar o local, perceber as sutilezas do cotidiano e assim conseguir compreender aquela comunidade. Assim, ao longo da pesquisa buscou-se identificar a relação dos indivíduos e sua comunidade com atuação empreendedora ali experimentada.

### **3.1 ETAPAS DA PESQUISA**

#### **Levantamento Bibliográfico**

Como visto no capítulo 1, foi feita uma revisão teórica buscando ampliar a discussão crítica sobre trabalho e empreendedorismo na discussão de gênero. Portanto, a partir de estudos já publicados, abordou-se temas relacionados ao empreendedorismo e suas conexões com o mundo do trabalho; trabalho reprodutivo e gênero. Procurou-se fazer uma discussão crítica desses temas através dos autores Ricardo Antunes; Antonio Negri e Maurizio Lazzarato; Dardot e Laval; Caroline Essers; Silvia Federici; Angela Davis; Cecilia Sardenberg, Ana Paula de Moura Varanda e Livia de Tommasi. Foram utilizados também bancos de dados secundários, como IBGE, CENSO da Maré, Relatórios da GEM, além de matérias de revistas e jornais, entre outros.

#### **Pesquisa Exploratória**

Buscando uma maior familiaridade com o assunto e o problema, a fim de deixá-lo mais delimitado, foi realizada uma ida a campo em 2018 e a participação em dois eventos sobre Empreendedorismo.

#### **Visita a Campo – Outubro de 2018**

A primeira ida a campo teve como objetivo conhecer o local e a organização Faro Maré. A organização tem como proposta apoiar os moradores através de cursos e oficinas, com atendimentos individuais de psicólogos e fisioterapeutas. Ela foi criada por uma das

entrevistadas, a qual era o ponto focal da pesquisadora. A entrevistada 1 fez questão de receber a pesquisadora e apresentar a Maré, realizando um *tour* pelos principais pontos e organizações da Maré: Como o Museu da Maré, a Vila Olímpica, a Lona Cultural, Projeto Uerê, Redes da Maré<sup>14</sup>. A casa da Faro Maré estava marcada por buracos de tiros. A entrevistada 3 estava na entrada, ela trabalha como secretária na organização e recebe as pessoas, tira dúvidas e indica os serviços e cursos da Faro. Depois de conhecer o espaço, a entrevistada 1 continuou a andar com a pesquisadora a fim de mostrar um pouco mais da comunidade. Ao longo do caminho foram vistos vários homens de motos e armados. Pareciam jovens (18-30 anos).

Depois, por volta de 13h30, as duas pararam para almoçar em um restaurante a kilo. A entrevistada 1 disse: “É um prazer receber as pessoas aqui em nossa comunidade”. Durante o almoço, no mesmo restaurante, foi visto um homem armado, agindo de forma completamente natural, como se estivesse com uma mochila. Ele segurava uma arma grande entre as pernas e apontada para cima. Todos agiam naturalmente e ninguém se assustava ao vê-lo.

Ao andar pela comunidade, a pesquisadora percebeu alguns olhares. “Essa pessoa não é daqui. O que será que veio fazer?” Nada que intimidasse, já que a maioria das pessoas não parecia notar a presença alheia, como acontece na maioria dos lugares. A entrevistada 1 foi andando até o ponto de ônibus e esperou junto com a pesquisadora o coletivo que passasse no Shopping Nova América. A entrevistada 1 fez questão de estar presente com a pesquisadora durante as visitas à Maré para que ela se sentisse segura e tivesse uma “boa” experiência.

---

<sup>14</sup>Museu da Maré - é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré;

Vila Olímpica - é um complexo sociodesportivo;

Lona Cultural – é um espaço com programação gratuita de arte e cultura, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Redes da Maré;

Projeto Uerê - O Projeto Uerê é um projeto social, na Favela da Maré, que possui uma forma única de ensino. A sua metodologia foi desenhada diretamente para crianças e jovens de escolas públicas da comunidade, que possuem bloqueio cognitivos e emocionais devido à exposição constante a traumas e violência;

Redes da Maré – Instituição da sociedade civil que tem por objetivo elaborar ações estruturantes que, em médio e longo prazo, se traduzam na garantia de direitos básicos para população da Maré, através de 4 eixos de atuação: Desenvolvimento Territorial, Educação, Direito à Segurança pública e Acesso à Justiça, Arte e Cultura e Identidades, Memórias.

## Fórum Empreendedoras

Em setembro de 2018 participei do 7º Fórum Empreendedoras<sup>15</sup>, evento organizado pela Rede Mulher de Empreendedoras e que acontece na cidade de São Paulo. O fórum é realizado todo ano e é o maior evento brasileiro de empreendedorismo voltado para mulheres. Todos os painéis, rodas de conversas e palestras são ministradas por mulheres. A edição contou com a participação da Ana Paula Padrão e Luiza Helena Trajano<sup>16</sup>. O tema daquele ano foi Diversidade e inclusão. O evento acontece em dois dias e seu ingressocusta R\$120. Como objetivo de inspirar, motivar, criar conexões e dar dicas de empreendedorismo, o evento reúne cerca de 3000 (três mil) pessoas. Estar neste evento me fez perceber a importância do tema “empreendedorismo feminino” e ver que há muitas mulheres querendo empreender.

## Café com Empreendedoras – Abril 2019

O café com Empreendedoras também é um evento organizado pela Rede Mulher Empreendedora e acontece em diversas cidades brasileiras. Esta edição aconteceu no Rio de Janeiro e durou cerca de 3 horas. O evento conta com uma rodada de conversa em que empreendedoras convidadas narram a sua trajetória e com um espaço aberto para que os presentes possam trocar cartões de visita e se conhecerem. Ao participar deste evento pude compreender um pouco mais sobre o que é o empreendedorismo feminino e também estar mais próxima desse universo.

## Coleta de Dados

Foi escolhido como campo de pesquisa a favela da Maré no Rio de Janeiro e entre julho e novembro de 2019 aconteceram 4 visitas ao território, sendo realizadas 7 entrevistas abertas, semiestruturadas, anotações no diário de campo e observação participante, como mencionado anteriormente.

Foram entrevistadas 7 mulheres empreendedoras da Maré. O critério utilizado para selecionar as entrevistadas foram:

---

<sup>15</sup>Fórum Empreendedoras- maior evento de empreendedorismo feminino no Brasil, ocorre anualmente na cidade de São Paulo. <https://forumempreendedoras.com.br/>

<sup>16</sup>Ana Paula Padrão – jornalista e criadora do portal Escola de Você, uma plataforma voltada ao empreendedorismo feminino.

Luiza Helena Trajano - uma empresária brasileira que comanda a rede de lojas de varejo Magazine Luiza

- Ter maioria (a partir de 18 anos)
- Se considerar do gênero feminino
- Se considerar empreendedora
- Atuar profissionalmente na Maré

A primeira entrevistada indicou 5 das 6 mulheres. As perguntas foram feitas com objetivo de compreender o que é o empreendedorismo para estas mulheres; como são suas atuações como empreendedoras; e como são suas relações com o território. Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. O roteiro de entrevista, bem como o RCLE (Registro de Consentimento Informado), que constam no anexo, foram analisados e aprovados antes da realização das entrevistas.

Os relatos e dados captados durante a realização das entrevistas foram armazenados pelo gravador de voz do *smartphone* da pesquisadora e as anotações feitas em seu caderno. Depois os áudios foram transcritos para o documento Word e analisados. As entrevistas foram agendadas por contato telefônico de acordo com a disponibilidade da entrevistada. Durante a realização das entrevistas, a pesquisadora buscou estabelecer um contato mais informal para que elas pudessem se sentir à vontade. A primeira parte da entrevista era composta por um questionário quantitativo e depois se seguia com as perguntas abertas e semiestruturadas.

O diário de campo esteve sempre presente com a pesquisadora para que anotações pudessem ser feitas a partir do que estava sendo observado. O diário possibilitou a sistematização de dados e informações. Portanto, as vivências de campo, as observações, os pensamentos, reflexões e perspectivas foram ali registrados. Ele foi também uma forma de complementação das informações sobre o cenário onde a pesquisa se desenvolve e onde estão envolvidos os sujeitos a partir do registro de todas as informações que não aquelas coletadas em contatos e entrevistas formais, em aplicação de questionários e formulários. Compreendendo assim as descrições de fenômenos sociais e as explicações levantadas a fim de posteriormente fazer a análise de dados.

No intuito de ter contato direto com o campo e seus atores sociais em seus contextos, foi utilizada a observação participante, na qual a pesquisadora pode experienciar o território,

observando a comunidade e permitindo um interagir entre si e as pesquisadas. Dessa forma não se limitou às entrevistas, pois outras conversas apontam para a compreensão da fala dos sujeitos em sua ação. Por meio dessa compreensão é possível entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais. É um método que permite estar em situações e eventos comuns que normalmente são difíceis de captar através de entrevistas formais ou outras técnicas. Portanto, o próprio investigador é instrumento de pesquisa (SILVA, 2006).

### **Análise dos Dados**

Para o tratamento de dados foi realizada a análise de conteúdo como visto anteriormente.

### **Desafios para execução da pesquisa**

O principal desafio para realização da pesquisa de campo foi a questão da violência. Em junho de 2019, ao conversar com a entrevistada 1 por whatsapp, ela relatou que a situação na comunidade era muito ruim e que “estava tudo furado lá”. Informou que o projeto estava parado, pois não tinha condições de receber ninguém na casa, por medo de que algo pudesse acontecer. Também comentou que se encontrava doente, provavelmente por causa do stress: apresentava vômito, diarreia e a “boca estourada”. A entrevistada 1 comentou que as ruas estavam vazias, os colégios, a clínica da saúde e vários comércios estavam fechados e havia muita polícia na rua. As operações policiais estavam ocorrendo constantemente.

Devido a essa situação, houve receio em entrar e permanecer em campo, portanto, não foi possível fazer uma imersão mais prolongada. Nas primeiras visitas, a pesquisadora estava mais apreensiva e tensa devido a esta situação, ficando aliviada apenas após sair de lá, já no ônibus de volta para casa. Como as operações policiais em estado de alerta e aflição resultante da sensação de vulnerabilidade eram frequentes, a pesquisa necessitou sofrer algumas mudanças, entre elas a diminuição do número de entrevistadas e do tempo de permanência nos locais, assim como o aumento da interação entre pesquisadora e entrevistadas pelo whatsapp. O estudo teve início com a Faro Maré e com a presença da entrevistada 1. Depois foi se expandindo e se desdobrando para além da organização.

Outro desafio foi conseguir marcar as entrevistas. Como os empreendedores possuem uma vida agitada e um tempo muito escasso, em que “cada segundo representa uma

possibilidade de ganhar dinheiro, houveram diversas desmarcações e idas até a metade do caminho em vão.



## **4.DISSCUSSÃO**

Nesse capítulo serão apresentados: o relato de campo, a partir das observações e impressões vivenciadas durante a experiência no território; os perfis das entrevistadas e as quatro categorias que foram construídas a partir do material coletado, considerando o teor das entrevistas e as observações e impressões da pesquisadora.

### **4.1 RELATO DE CAMPO**

A entrada em campo sempre ocorreu através da entrevistada 1, idealizadora da Faro Maré. A Faro Maré é uma organização que começou como um projeto de cinema de rua para crianças. Com o passar das sessões, as fundadoras perceberam que podiam fazer muito mais, e passaram a apoiar as mães e outras pessoas da comunidade. Para as fundadoras, o projeto é considerado uma oportunidade de apoio para as pessoas, pois oferece atividades gratuitas, cursos e oficinas, além de atendimento a preço popular (R\$35) com Fisioterapeuta e Psicólogo. O projeto também conta com um brechó que recebe roupas para revenda, sendo mais uma forma de sustentar o negócio. Em 2019, devido à violência, o projeto teve que sair da casa que estava instalado e está de mudança para a localização do brechó, que fica na calçada – por conta disso a entrevistada 1 está arrumando o espaço para poder realizar as atividades. A Faro Maré também oferece apoio em agendamentos e retirada de documentos através do Programa Justiça Itinerante Maré-Manguinhos-Jacarezinho, uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Fiocruz para atendimento de demandas judiciais.

Conheci a entrevistada 1 em uma oficina que ministrei no Sesc Santa Luzia em agosto de 2018. A entrevistada 1 prontamente se colocou disponível, trocamos telefone e a partir dali começamos a conversar. Fui a primeira vez a campo no dia 10/10/2018 para conhecer a sua organização, Faro Maré, e retornando quatro vezes em 2019 para realizar as entrevistas. A entrevistada 1 sempre indicava o melhor ponto de encontro e depois caminhávamos juntas pela comunidade até os locais das entrevistas, que aconteceram em diversos espaços: na casa da Faro Maré; no brechó da Faro Maré, em um salão emprestado; no próprio salão da empreendedora; dentro de casa; no shopping Nova América e no café no centro do Rio de Janeiro. A duração das entrevistas variou conforme a disposição das entrevistadas- algumas respondiam de forma sucinta, fazendo com que o diálogo durasse menos de 30 minutos, enquanto outras prolongavam a conversa por mais de uma hora. Todas as entrevistas foram gravadas com as suas devidas autorizações.

Cinco das entrevistas aconteceram na Maré e duas aconteceram em lugares fora da comunidade: uma no Shopping Nova América e a outra no centro do RJ. Em todas as vezes que eu estive na Maré, a entrevistada 1 fez questão de me receber e me acompanhar em todos os lugares e entrevistas. Ela me disse na primeira visita a campo que além de estar preocupada com a minha segurança queria garantir que eu tivesse a melhor experiência no território. Mostrou-me a comunidade, os principais pontos e organizações... uma verdadeira guia. Sempre dizendo o quanto a Maré era incrível, que lá tinha tudo e o quanto se sentia orgulhosa do território. Ela gostava muito de mostrar a comunidade: “assim as pessoas podem conhecer a Maré além do que aparece na TV, aquela Maré onde só aparece violência e coisas ruins”. Sempre ressaltando: “A Maré também tem coisas maravilhosas”.

Todas as vezes que fui me encontrar a entrevistada 1 falávamos em torno de 2 horas antes do combinado para saber como “estava a comunidade”. Como ela dizia: “nunca se sabe como será o dia, tudo pode mudar de uma hora para outra.” As visitas ao campo foram “tranquilas”. Segundo a entrevistada 1 é possível saber se está tudo bem pelo movimento das ruas: “quando tem movimento e o comércio está aberto, está tudo tranquilo (sem operação policial)”. Ao perceber esses movimentos, eu ficava mais calma, conseguia sentir e observar mais o lugar. A partir da terceira visita, os encontros ocorreram no Brechó. Ele fica na calçada, o que me deixou um pouco receosa no início por despertar um sentimento de “exposição”, mas com o passar do tempo percebia o movimento da rua, a tranquilidade das pessoas e me sentia bem e acolhida tanto pela entrevistada 1 como pela comunidade.

Para chegar até a Maré eu pegava o metrô até o Shopping Nova América e de lá pedia um carro pelo aplicativo Uber, para então ir ao ponto indicado pela entrevistada 1. Ela sempre me recebeu sorridente e receptiva. Para voltar, a entrevistada 1 me levava de novo para o ponto de ônibus na Avenida Brasil, onde pegava o primeiro ônibus que passasse para o Nova América e de lá o metrô para a zona sul. Antes da segunda visita ao campo falei algumas vezes com a entrevistada 1, e ela estava bem estressada e até doente devido às diversas operações que estavam ocorrendo na comunidade. Mandou-me fotos dos buracos de tiros na casa da organização e me disse que estava querendo mudar a Faro de lugar. Complementou falando estar de “saco cheio” da situação e sem saber o que fazer.

Nas primeiras idas a campo me sentia um pouco ansiosa e nervosa com a questão da violência e com o andar pela comunidade. A Faro Maré fica na rua principal de Nova Holanda e está toda marcada por buracos de tiro. A entrevistada 1 disse que a Rua principal é

considerada perigosa devido aos conflitos e tiroteios. Há duas trincheiras de cimento no meio da rua. A rua tem menos comércio e, conseqüentemente, menos movimento. A casa da Faro Maré tem duas salas e um terraço. Em uma das salas ocorrem as atividades em grupo e na outra as atividades individuais (fisioterapia e terapias). Criada pela entrevistada 1, a Faro Maré tem como objetivo apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional dos moradores da comunidade.

Todas as vezes que estive na comunidade passaram por mim homens armados; estavam de motos, parados em alguma esquina ou no bar/restaurante deixando à mostra a arma. Apesar de sentir a naturalidade das cenas assustava-me todas as vezes que via alguém segurando uma arma. No entanto, andando pelas ruas me sentia confortável, pois a maioria das pessoas passava por mim e nem parecia perceber a minha presença, como acontece em qualquer lugar da cidade.

Mesmo quando as conversas não eram no brechó ou quando sua presença não era necessária, A entrevistada 1 me acompanhava até os locais de pesquisa. Sempre que andávamos pelas ruas da comunidade, ela mostrava o que considerava importante e falava sobre as coisas positivas do local. Apenas na última visita senti medo em estar na comunidade. Chegando na casa da entrevistada 7, vi um homem com uma arma sentado no bar olhando fixamente para mim, nos meus olhos, e me arrepie inteira. Sabia que ele me via como não moradora e minha dúvida era saber se ele estava preocupado ou curioso com a minha presença. Para minha sorte e segurança, quando saímos da casa da entrevistada 7, ele não se encontrava mais no bar.

Com as visitas ao campo pude conhecer um pouco da comunidade através do olhar da entrevistada 1, ela me mostrou o que considerava importante e interessante para o território além da violência que aparece nos jornais. Ela tinha preocupação em me mostrar o que normalmente não aparece no noticiário para que pudesse ter uma visão além dos estereótipos. Assim, pude ver além do que aparecia para mim, pois através de suas escolhas e apreciações conheci um pouco mais da Maré sob sua perspectiva. A entrevistada 1 também me indicou quatro entrevistadas, mulheres que segundo ela eu deveria conhecer, pois realizavam um “lindo” trabalho na comunidade.

Além dos dados consultados percebi também que a Maré é muito diversa e plural, há diversos tipos de ruas, casas e comércios e não há um padrão nem um perfil único de morador. Assim, ao estar no território da Maré, observando e conversando com as

empreendedoras pude compreender essa diversidade, além de ver pessoas que com todas as dificuldades que o território lhes impõe sobrevive e resiste com criatividade e alegria, que te recebe e te acolhe e quer mostrar que a Maré é muito além do que aparece na TV. Desta forma, através do que foi vivido e experienciado em campo, pode-se apresentar e contextualizar o território de modo que ele possa também dizer quem são essas mulheres, de onde elas vem, e como se relacionam com o local.

## 4.2 PERFIS DAS ENTREVISTADAS

Foram entrevistadas sete mulheres que nasceram e empreendem na Maré. Elas têm entre 20 e 55 anos e se consideravam empreendedoras. Os critérios de escolha foram: se declarar Mulher e empreendedora, ter nascido ou morar na comunidade com atuação no território. Empreendedoras aqui são todas aquelas que tem um negócio e/ou atuam de forma independente/autônoma, se sustentando a partir dessa(s) atividade(s). Apesar de não ter sido um critério, a maioria das entrevistadas se declarou preta.

Tabela 12: Perfis das Empreendedoras Entrevistadas

Entrevistada	Sexo	Grau de Escolaridade	Cor	Religião que nasceu	Religião que pratica	Filhos	Estado Civil	Casa	Sustenta	Registro	Estuda Atualmente	Participa de movimentos sociais	Tem água encanada	A rua é pavimentada	Renda Familiar
Entrevistada 1	F	Superior Incompleto	Preta	Umbanda	Evangélica	Sim -2	Casada	Própria	Com companheiro	Não tem	Sim	Não	Sim	Sim	Até 1448
Entrevistada 2	F	Superior Incompleto	Preta	Evangélica	Evangélica	Não	Solteira	Própria	Sozinha	MEI	Sim	Não	Sim	Sim	Até 1448
Entrevistada 3	F	Superior Incompleto	Preta	Evangélica	Evangélica	Não	Solteira	Própria	Mora com os pais	Não tem	Não	Não	Sim	Sim	Até 1448
Entrevistada 4	F	Superior Completo	Branca	Catolicismo	Não pratico	Não	Solteira	Alugada	Sozinha	LTDA	Não	Não	Sim	Sim	De R\$2896,01 até R\$7.240
Entrevistada 5	F	Superior Completo	Branca	Catolicismo	Wicca/Bruca-ria	Sim -2	Solteira	Própria	Com companheiro	MEI	Sim	Sim	Sim	Sim	De R\$2896,01 até R\$7.240
Entrevistada 6	F	Superior Incompleto	Preta	Catolicismo	Não pratico	Sim -2	Solteira	Própria	Sozinha	MEI	Sim	Não	Sim	Sim	De R\$2896,01 até R\$7.240
Entrevistada 7	F	Fundamental I	Branca	Catolicismo	Protestante	Sim -4	Casada	Própria	Com companheiro	MEI	Não	Não	Sim	Sim	De R\$1448 até R\$2896

### Entrevistada 1

A entrevistada 1 é uma mulher de 42 anos, com ensino superior incompleto. Iniciou a graduação em Serviço Social, mora com o marido e suas duas filhas. Possui uma renda mensal de mais ou menos 1 salário mínimo. É falante e sorridente, ama a comunidade onde mora. Ela se sente de alguma forma líder comunitária. Além de ser uma das idealizadoras da Faro Maré, atua também como corretora na comunidade. Gosta de apresentar a Maré e fala com orgulho do lugar: é uma verdadeira “anfitriã”. Filha de nordestinos, contou que seu pai foi comerciante e “vendia de tudo”. A entrevistada 1 diz que é filha de empreendedores. Casou aos 16 anos e com 18 anos teve a primeira filha. Há 15 anos começou o projeto Faro Maré.

## **Entrevistada 2**

A entrevistada 2 é uma mulher tímida e de poucas palavras. Tem 35 anos, possui ensino superior incompleto, nasceu e morou a sua vida toda na Maré. Atualmente vive sozinha na casa que era de seus pais. Perdeu pai e mãe e não conhece seus irmãos. Desde 2016, quando ficou desempregada, faz doces para vender na porta da igreja, sendo essa a sua única fonte de renda. Gostaria de trabalhar como cuidadora e continuar a formação em enfermagem. Sonha em morar na “roça”. Considera-se uma pessoa de superação.

## **Entrevistada 3**

A entrevistada 3 é uma mulher falante e extrovertida de 20 anos, nascida e criada na Maré. Filha da entrevistada 1, herdou o amor pela comunidade e pelo empreendedorismo. Mora com seus pais, possui ensino superior incompleto e trabalha como fotógrafa. Apaixonada por arte e fotografia, atua nesse mercado há 2 anos. Diz amar seu ofício por poder mostrar uma “outra Maré” para as pessoas, além de “melhorar a autoestima” de quem fotografa. Atualmente atua também como secretária na Faro Maré e sua renda hoje vem dos dois trabalhos.

## **Entrevistada 4**

A entrevistada 4 é uma mulher que dialoga com facilidade, como ela mesma diz. Pertence a uma camada privilegiada da Maré, aquela que pode ir para a universidade. Tem 36 anos, mora com seu companheiro e finalizou o doutorado em 2018 em Engenharia de Produção. Nasceu na Maré, é filha de pais nordestinos e empreendedores. A entrevistada diz que os considera empreendedores, apesar deles não se nomearem dessa forma. Fez gastronomia e em 2010, junto a Redes da Maré, criou o projeto Maré de Sabores e Casa das Mulheres. O Maré de Sabores é um buffet que oferece comidas típicas brasileiras, feitas e servidas exclusivamente por pessoas da Maré. A Casa das Mulheres é um negócio que oferece capacitação em gastronomia para mulheres da comunidade sob a sua coordenação.

## **Entrevistada 5**

A entrevistada 5 é uma mulher de 39 anos, muito falante, que se diz feminista e atuante da luta pelos direitos da mulher. Nascida e criada na Maré chegou a morar fora dali, mas não gostou. Atualmente vive com o marido e com seus dois filhos. Com formação em Pedagogia,

atua como empreendedora há 5 anos. Começou fazendo \*slings e absorventes de pano e hoje trabalha com \*ginecologia natural, oferecendo rodas de conversas e oficinas para mulheres. Faz parte do coletivo Casulo e continua vendendo absorventes de panos. O Coletivo Casulo é um Espaço de troca, de fortalecimento da mulher, de saúde comunitária, anti sexista e anti racista, segundo a sua definição no \*Instagram.

### **Entrevistada 6**

A entrevistada 6 é uma mulher de 45 anos que nasceu e morou a vida inteira na Maré. Atualmente vive com o marido e ajuda a criar a neta. Com ensino superior incompleto, há 15 anos abriu um salão voltado para cabelos Afro. Sente-se realizada com o trabalho. Cuida da neta e diz que já conquistou muita coisa.

### **Entrevistada 7**

A entrevistada 7 é uma mulher de 55 anos que terminou apenas o primeiro grau. Nasceu e morou a vida inteira na Maré, mas sonha em sair do bairro por causa da violência. Atualmente vive com o marido. Há 15 anos se apaixonou pelo \*biscuit, fez um curso e até hoje vende seus produtos. Diz com orgulho que já vendeu até para os Estados Unidos. Sente-se realizada e muito feliz com o seu trabalho.

### 4.3 A MARÉ: “SER DESSE TERRITÓRIO MARCA E MARCA A VIDA TODA”

Compreender o empreendedorismo na Maré é compreender o território e a sua importância para seus moradores. É perceber que esse território atravessa a vida em diversos sentidos. É observar os impactos nas relações no seu dia a dia em suas atuações profissionais, ou seja, em seu empreender. Como diz a entrevistada 4: “Ser desse território, marca e marca a vida toda”. A Maré é um bairro com uma grande oferta de serviços e considerada por seus moradores como um lugar de fácil acesso. Muitas vezes é tranquila e parece uma cidade do interior, seja pelas casinhas lado a lado, seja pela sensação de que todos se conhecem. Ao andar pelo bairro vê-se muito comércio, muitas pessoas nas ruas ou sentadas do lado de fora de suas casas- talvez pelo intenso calor do lugar ou simplesmente para contemplar o que se passa.

Para as entrevistadas, a Maré tem uma intensa relação com as mulheres. A entrevistada 4 diz que muitas vezes as mulheres se organizaram e se uniram para lutar por seus direitos:

De forma coletiva diversas conquistas foram adquiridas pela união de pessoas. E isso é um relato mesmo, desde a década de 60 as mulheres conquistaram os direitos básicos desse território. De forma efetiva isso a gente tem como história narrada pelos próprios diretores da Redes: “é que na década de 60 existia um grupo de mulheres, e elas se reuniram, pra criar essa possibilidade de creche”. Porque elas se reuniam pra tomar conta dos filhos das outras para que elas pudessem trabalhar. E então, elas foram se reunindo na verdade pra conquistar água, energia, que existia até a avenida Brasil, mas não chegava pra vila da Maré (Entrevistada 4).

Para a entrevistada 1, a Maré também é feminina: “A Maré tem se tornado mais feminina, é assim que eu vejo. Outrora não era assim, uma Maré feminina. Uma Maré mais atuante na questão feminina, entende? Na questão da mulher. Hoje eu vejo que há também várias lideranças comunitárias femininas, assim que nem eu, sabe?”

Todas as entrevistadas nasceram e ou moraram na Maré boa parte de suas vidas. Hoje, elas moram em ruas asfaltadas e com água encanada. Para a maioria das mulheres entrevistadas há uma relação de afeto e orgulho com a comunidade; elas gostam de morar no bairro e não pensam em se mudar.

Eu já tentei morar fora, mas não consegui me sentir segura, em relação às pessoas. Eu morei em Caxias, era um bairro considerado bom, mas eu sentia muito medo. Aí a minha sogra ficou doente e a gente voltou (Entrevistada 5).

Morar na Maré tem altos e baixos, mas eu acho muito bom porque a Maré é um lugar incrível, tem tudo lá dentro, tem vezes que você não precisa sair para nada, em questão de comida, ou para sair para fazer alguma coisinha. Em relação à fotografia, eu adoro fotografar lá, ainda mais quando as pessoas são de lá, ou quando não são também. Eu adoro apresentar a favela, falar um pouco (entrevistada 3).

A Maré um lugar maravilhoso, sou muito apaixonada pela Maré, tenho um carinho muito grande, eu tenho um orgulho muito grande de falar que eu nasci na Maré, sou moradora daqui da Maré, eu assim, tive minha filha, constitui minha família aqui, eu sou muito feliz aqui na Maré (Entrevistada 1).

Ao perguntar como são as relações na Maré e como é a comunidade, as primeiras palavras que apareceram nas entrevistas foram companheirismo e cumplicidade, além do senso de união que há entre os moradores.

Eu vejo a Maré como uma relação **de companheirismo**, de um ajudar o outro. Para você ter uma ideia, teve uma vez que aconteceu um incêndio aqui, foi bem interessante, porque os moradores não quiseram esperar o bombeiro chegar, eles queriam de qualquer jeito, ajudar um ao outro, então você vê o esforço que eles têm, eles foram engatando uma mangueira na outra, engatando, engatando, eu falei: - “Cara, a mangueira não tem fim”, e você vê o esforço do morador guiando o próprio bombeiro até o local. Então, eu vejo uma relação de **união** aqui, entendeu? (Entrevistada 1)

Aqui que todos se ajudam. Tem uma página no *Instagram* que divulga o trabalho das pessoas e isso é muito legal. Ajuda a dar visibilidade ao trabalho dos outros. Então, é isso, no geral, eu acho o pessoal daqui um pouquinho mais **unido**. Há pessoas que trabalham no mesmo ramo e que consideram os outros concorrentes, eu não considero isso. Eu tenho um amigo fotógrafo e eu o ajudo, não tem disputa de quem é melhor (Entrevistada 3).

O complexo da Maré é enorme, é uma cidade dentro da cidade. Aqui a gente vê de tudo e muita criatividade em relação ao empreendedorismo, tem um salão do lado do outro, mas todo mundo tem trabalho, a gente tem feira terça, quinta, sexta e sábado nas principais e também na quarta. São feirinhas de roupa que sempre tem gente comprando. A vila do João, então, não para (Entrevistada 5).

O que pode ser observado é que essas características acabam marcando também os negócios, opondo-se a ideia de concorrência, característica comum do empreendedorismo. As entrevistadas não enxergam os outros empreendimentos e empreendedores como competidores e sim como uma potência muito grande em empreender na Maré.

**O empreendedorismo aqui “é uma harmonia”**. É uma lojinha de doce, do lado de outra lojinha de doce e é tudo tranquilo. Um indica o outro. Eu vejo

muito isso aqui. E apesar de ver lá fora também, não vejo com essa **cumplicidade** (Entrevistada 5).

Os empreendedores daqui são diferentes dos outros, aqui eles são empreendedores “faça chuva ou faça sol”. Em qualquer situação a gente está lá, fazendo (Entrevistada 1).

É óbvio que os empreendedores da Maré podem ser tão perversos como os empreendedores de qualquer outro lugar, mas eu tenho certeza que os empreendedores de espaço popular são muito mais afetuosos ou pensam essa afetividade porque eles têm uma realidade muito próxima das pessoas que trabalham junto com elas, então faz sentido a gente criar uma empresa onde esse sentido coletivo é fundamental e que o resultado dela não seja só pra gente, seja pra esse projeto que faz a gente acontecer na verdade (Entrevistada 4).

**Eu não vejo com competição**, se eu vejo o outro fazendo e percebo que está funcionando, eu penso: o meu vai funcionar também. Eu já dei oficinas de como fazer absorventes. E as vezes alguém quer produzir e a gente se une, compra material junto. Não é uma fala hipócrita. Para mim o importante é todo mundo ter acesso ao absorvente de pano (Entrevistada 5).

Para você ter noção da \*sororidade que acontece aqui na Maré. Eu ajudo o meu irmão com transporte escolar, e tem uma mãe que chega mais tarde e não tem como pegar o menino. Aí eu e meu irmão a gente a espera chegar para entregar o menino. Aqui é muito assim sabe. Você conhece muita gente, tem muitos projetos maravilhosos, que na minha época não rolava (Entrevistada 5).

“Eu vejo esse tanto de salões iguais ao meu como uma coisa boa, **eu não vejo como concorrência não** (Verônica).

O empreendedorismo aparece como positivo e como uma ação do próprio território e para o território. Há uma preocupação com a valorização das pessoas e do local. Para essas mulheres o território, tal como compreendido anteriormente (p.55), representa o lar, a casa:

E é isso, o Maré de sabores tem uma experiência positiva que circula a cidade, e que dá conta da própria experiência da Redes que é um lugar desse território que fica aqui e que executa essas coisas e a gente vai andando por aí, mostrando essa mensagem positiva que é investir em ações empreendedoras, que se qualificam a partir de outra ótica, a ótica da sua própria realidade, a ótica que coloca a mulher no centro, a ótica que coloca as nossas referências no centro e que produz um tipo de empreendedorismo e serviços que é diferente das outras coisas (Entrevistada 4).

O empreendedorismo sempre aconteceu na periferia hoje que ele está indo para outras classes que ele está sendo mais divulgado, trabalhado, há diversos workshops. E funciona muito bem. O mercado, a economia rodam muito bem aqui (Entrevistada 5).

Como definiu Escobar (2015), o território é um espaço coletivo composto por tudo que é necessário e indispensável para que homens e mulheres, jovens e adultos criem e recriem suas vidas. Pode-se dizer que é um espaço de vida onde é garantida a sobrevivência étnica, histórica e cultural. O território é mais do que uma base material para reprodução da comunidade humana e suas práticas: é uma rede complexa de relações na qual se desenvolve uma proposta política que busca a conservação da vida, da consolidação da democracia e da construção alternativa da sociedade. A relação da casa com a atuação empreendedora aparece também constantemente nas entrevistas. E pode-se perceber que a casa para estas mulheres é um lugar de vida e criação com uma rede complexa de relações em que o empreendedorismo muitas vezes acontece dentro da própria casa. Então o lar ao mesmo tempo que é sua moradia é também sua oficina, seu lugar de trabalho. Um território no território maior, o da Maré.

Como o salão foi crescendo eu falei para minha cunhada: ah não, vou trabalhar de casa. Deixei ela lá e vim para cá. E montei este salão. Eu moro aqui na parte de cima e o salão fica na parte de baixo. É cômodo, dentro de casa, você conhece seus clientes desde criança ou há muito tempo. Você quase não tem imposto para pagar...eu já vi de trabalhar lá fora, mas vi que para mim não seria viável, a minha neta mora comigo. Eu coloco ela na escola, o transporte deixa ela na porta de casa...daqui eu faço tudo (Entrevistada 6).

Se você chegar lá em casa você vai ver, eu transformei o quarto do meu filho no ateliê, tá tudo lá. Aí eu trabalho de casa mesmo (Entrevistada 5).

Eu primeiro utilizava um espaço do meu marido, mas achava muito ruim, então eu resolvi fazer da minha casa o meu ateliê e agora eu acho bem melhor ficar trabalhando aqui de casa (Entrevistada 7).

O empreendedorismo também, o empreender é ação que ela pode produzir dentro da casa dela. E dentro de casa dela o que ela tem de referência, o que tem, o que é possível, quais as pessoas podem colaborar com o negócio dela (Entrevistada 4).

A partir das conversas e das perguntas sobre a comunidade, pode-se compreender que a relação com o território para essas mulheres é muito importante, afetando suas vidas e trabalho. Há também uma relação de afeto com a comunidade: o empreender acontece no território para o território. Nota-se também que seus moradores buscam contrapor a ideia de falta, a qual a favela normalmente está associada pela mídia, com ideias de autenticidade, riqueza cultural, lutas e resistência. Nos últimos anos essa imagem positiva tem sido alimentada pela efervescência de práticas artísticas e pelas capacidades criativas e talentos dos empreendedores. Entretanto esse mesmo território apresenta um outro lado.

#### 4.4 A VIOLÊNCIA

O território da Maré, assim como o de outras favelas, é também marcado pela constante presença policial e violência nas ruas. Uma presença policial muitas vezes marcada pela opressão e que é bem diferente daquela que está nas áreas nobres do Rio de Janeiro. Ao andar pela Maré, você vê que há quase sempre alguém armado pelas ruas, o que não acontece em outros lugares da cidade. O que se pode perceber é que a violência afeta o dia a dia do território, dificultando a mobilidade, impedindo o comércio de funcionar, atrapalhando os serviços e causando até transtornos psicológicos e mentais aos moradores.

Para a entrevistada 4, “empreender na Maré é ultrapassar todas as dificuldades que o território impõe”. Assim como ela, as outras entrevistadas também compartilham a ideia de que o território tem características que dificultam e atrapalham o dia a dia e as suas atuações profissionais. Percebe-se então, uma tensão entre as dificuldades imposta pelo território com o senso de comunidade, união e companheirismo também relatado por elas. A violência altera as suas rotinas e transforma o dia a dia, fazendo com que elas busquem se adaptar a essa realidade. Assim território e casa ganham novos contornos e conflitos.

Então, a minha rotina é: eu acordo muito cedo para checar como está a Maré. Vou nas redes sociais, falo com a minha filha para ver o que está rolando. Porque o dia a dia aqui na Maré, ele começa assim, extremamente tranquilo, daqui a pouco a gente vê uma correria, daqui a pouco está tudo calmo. Aqui o que determina como vai ser o dia é a operação policial, porque se tiver operação, tudo fecha, tem pouco movimento, mas se não, o dia corre normalmente, como o dia de hoje. Hoje por exemplo – dia 26/07 - saí da Maré e não teve operação. A Maré está funcionando normalmente, o fluxo normalmente, as pessoas andando, as escolas funcionando, os restaurantes abertos e quando tem operação, tudo isso para. Você não vê ninguém saindo na rua, o comércio para, você não vê a coleta do lixo, você não vê entrega de água, você não vê nada, a favela fica parada. Então assim, essa questão das operações do cotidiano, o exército ali naquele momento, eu acho que a favela para, fica estagnada no cotidiano dela. As pessoas estavam sempre com medo. Se o exército estava aqui, eles passavam por uma rua bem escondida. Se a polícia tivesse lá na frente, eles retornavam e não iriam sair. “Ah, não hoje está tendo revista todo o dia, então não vou sair com a minha moto para trabalhar”, então muito “Moto Taxistas” que lá existem, muito não tem carteira de habilitação, não têm condições de pagar a carteira de habilitação e muitos deles sustentam suas famílias com esse dinheiro de moto taxista (Entrevistada 1).

A entrevistada 1 ainda fala como essa questão da violência afeta o seu trabalho como corretora:

Olha, a dificuldade do meu trabalho como corretora na Maré, é a questão da violência. Eu alugo uma casa hoje, amanhã as pessoas estão desesperadas para irem embora. Não porque não gostaram, porque está com medo, e por mais que a gente abaxe os aluguéis, a pessoa não quer ficar por conta da violência” (Entrevistada 1).

No dia 21/04/2019, em conversa pelo Whatsapp, a entrevistada 1 informou que estava doente e estressada devido às constantes operações policiais. Disse que houve muitos tiros e que a casa do projeto estava “toda furada”. Portanto, havia decidido parar com todas as atividades e pensava em mudar o projeto de local, “porque do jeito que estava não dava”. As outras entrevistadas também relataram a questão da violência.

Para você ter uma ideia a minha filha foi criada aqui, mas agora ela saiu. Ela teve síndrome do pânico, aparentemente não tinha nada que pudesse ter causado. Estava trabalhando, estava casando, com as coisas toda direitinho, mas teve síndrome do pânico. Por causa das coisas que ela via, ela tinha muito medo. Ela foi morar em Maricá. E ela falou mãe, isso aqui é por qualidade de vida. E eu quero ir para lá (Entrevistada 7).

Eu ainda sofro porque os “correios” \* não vai até onde eu moro então eu preciso ir até a agência para buscar. Muitas vezes eu volto tarde de feira, evento que estava fazendo e não consigo pedir carro pelo aplicativo, pois aparece como área de risco e eles não querem nos trazer (Entrevistada 5).

E a gente tem que ultrapassar questões que são fundamentais pra gente, que é a fome, a pobreza, porque muitas das vezes a gente vai pensar que o empreendedorismo por exemplo, como um espaço que é só você fazer né, é só ter muito esforço, se esforçar muito que as coisas vão acontecer, e a gente entende que essa forma de pensar é uma forma de reforçar na verdade as desigualdades, então, como a gente coloca a condição de vida, pra mim, eu me entendo como alguém dessa instituição esse tempo inteiro, como a gente entende a condição de vida das pessoas de periferia e ultrapassa a desigualdade (Entrevistada 4).

Nota-se que a violência impacta diretamente a atuação destas empreendedoras. Mesmo não sendo tema de pergunta direta, a violência surgiu como assunto e como um agravante na hora de empreender em todas as entrevistas. O que se percebe é que há uma grande tensão em torno dessa questão, pois apesar de se apoiarem e de destacarem a importância do território, junto com a vontade de continuar morando nele, as mulheres sentem-se impotentes e têm suas vidas profissionais e pessoais afetadas pela violência deste mesmo território. O que aparece como um dificultador a mais para estas empreendedoras, na maioria das vezes sequer é mencionado em outras pesquisas sobre empreendedorismo. Segundo a \*Endeavor e a revista Pequenos Negócios e Grandes Empresas, por exemplo, as grandes dificuldades apontadas na hora de empreender são: gestão de pessoas, gestão financeira, inovação, marketing & vendas e a burocracia.

## 4.5 DA RESISTÊNCIA A AUTORREALIZAÇÃO

Falar de empreendedorismo na periferia é falar de sobrevivência. Isso porque a maioria das mulheres empreende por “falta de opção”. Em 2018, 44% das mulheres estavam empreendendo por necessidade, contra 32% de homens. E se nos aprofundarmos ainda mais nessa questão, temos 49% das mulheres pretas começando seus negócios por necessidade, enquanto a proporção entre as mulheres brancas é menor: apenas 35%, segundo pesquisa do SEBRAE.

Percebe-se que grande parte das mulheres está empreendendo como única forma de garantir o seu sustento e de sua família. Ao olhar para o mapa da violência no Brasil, nota-se que a população negra é vítima prioritária da violência homicida. As mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto, pela violência doméstica e obstétrica. Elas estão na base da pirâmide social, condicionadas às piores condições de trabalho, menores salários e ocupando os postos de trabalho mais precarizados. Portanto, empreender nessas condições pode ser considerado um ato de resistência. Resistência aqui, como visto no capítulo anterior, é a capacidade de enfrentar, de existir mesmo com todas as forças contrárias. E apesar da raça não ter sido um critério para seleção das entrevistas, seguindo a proporção da comunidade, a maioria das entrevistadas se declarou preta, como visto no item 4.2 Perfil das Empreendedoras (página 68).

Segundo a GEM a ação empreendedora motivada pela necessidade apresenta condições precárias de atuação; essa parcela da população empreendedora necessita ser estimulada por políticas públicas de qualificação, acesso ao crédito, etc. Empreender por necessidade não é privilégio, nem escolha. Confirmando os dados apresentados anteriormente, 5 das 6 das mulheres entrevistadas começaram a empreender por necessidade. Portanto, iniciaram esse caminho por falta de emprego, muitas vezes ainda adolescentes e fazendo tudo sozinhas.

A mulher favelada não tem as mesmas oportunidades, não teve estudos, tem os filhos. Ela vende na porta da escola, cuida de crianças para outras mulheres irem para o trabalho. As mulheres negras, principalmente, não têm espaço. Aí vem o processo da gravidez que a gente acaba não servindo mais, foi o que aconteceu comigo. Eu, por exemplo, sou formada em Pedagogia e trabalhei num colégio durante muito tempo, num colégio da minha família. E quando eu engravidei, não tive mais trabalho. Eu fazia de tudo, depois de um tempo, eu virei coordenadora pedagógica. E eles fizeram eu pensar que eu não tinha mais valor, porque quando eu voltei da gravidez, já tinha gente no meu lugar. E quando eu saí, eu deixei tudo pronto, preparando a minha ausência. Eu fiquei muito mal, quase tive depressão (Entrevistada 5).

O governo, ele não tem gerado emprego, então se não tem emprego, o camarada montou uma barraquinha na Linha Amarela. E têm vários rapazes uniformizados, com a blusa escrito: “Pão de queijo”, e eles pegaram as caixinhas, colocaram o pão de queijo fresquinho. Eu vi as barracas que eles compram a R\$0,50 centavos e que depois vão vender na pista a R\$1,00. Então assim, é com esse dinheiro que eles estão pagando as contas, dando a fralda para o filho recém-nascido, o enxoval, que as vezes vão comprar enxoval até comigo no brechó (Entrevistada 1).

Foi difícil. Eu consegui no meio de uma crise que eu fiquei desempregada, me erguer e me sustentar vendendo esses doces (Entrevistada 2).

Então, quando eu iniciei minha fase de adolescente, com 14, 15 anos, sempre gostei de inventar, por exemplo: comecei a aprender o crochê, que é uma das habilidades que eu tenho hoje como professora do projeto de crochê, eu aprendi o ponto cruz, o crochê, nessa idade, com 14 para 15 anos, aí comecei a gerar renda com isso, sempre tinha o meu dinheiro para comprar as coisas que quisesse (Entrevistada 1).

Eu faço tudo, tudo sozinha e muitas vezes eu não dou conta. Eu compro material, costuro, vendo, entrego e ainda dou as oficinas e ajudo meu irmão com o transporte escolar (Entrevistada 5).

Isso. Tudo sou eu. Eu compro, faço e vendo (Entrevistada 2).

Meu pai era comerciante. E isso é outra coisa mesmo, pelo menos para mim, é outra coisa mesmo, porque isso que está ligado à sobrevivência, assim como o pipoqueiro, entendeu? Mas é isso, o cara da universidade que fez exatas comigo, se acha empreendedor, e teve o dinheiro do pai para investir no próprio negócio, né, eu não sei assim, no meu sentido, é muito fácil ser empreendedor desse jeito, né? É difícil mesmo empreender nessa perspectiva da sobrevivência, porque é conta por conta, sem saber ler e escrever muitas das vezes, porque isso está ligado à educação né? Com o MEI por exemplo, eles conseguiram se ver incluídos, o empreendedorismo na favela tem a ver com resistência e inclusão (Entrevistada 4).

Além de resistir e de enfrentar essa situação, essas mulheres não se comportam como “reféns” no cenário que lhes é imposto. Elas vão além e estão transformando a dificuldade em um trabalho autorrealizador e gratificante, com o qual se sentem felizes. Apesar de todas as dificuldades e mesmo gerando grande demanda de tempo, o ato de empreender aparece como uma atividade positiva e prazerosa. E assim elas vão reescrevendo suas histórias, sendo protagonistas e se incluindo, ocupando os lugares que lhes foi dito que não poderiam estar.

Eu gosto muito dessa vida que eu tenho. Eu me considero feliz com a vida que eu tenho. Eu realizo alguns dos meus sonhos né? Por exemplo, esse projeto aqui é uma realização de um sonho né? Isso tudo está aqui, graças ao esforço de cada um que me ajudou com contribuição, dando a palavra de incentivo, fechando a rua, sabe? Valorizando nosso trabalho, então eu me considero uma pessoa feliz, me considero mesmo. Eu amo meu trabalho (Entrevistada 1).

É muita coisa que não dou conta de tudo que me chamam. Porque eu faço tudo sozinha e tenho dois filhos. Não é fácil é sofrido, mas é prazeroso e muito gratificante ter o dinheiro de uma construção sua. Ninguém está tirando a sua energia, você que está doando a sua energia para um trabalho. Para mim, mesmo trabalhando bem mais, eu tenho certeza que o empreendedorismo vale a pena, porque eu gosto muito dessa liberdade, de respeitar o tempo do meu corpo, do meu ciclo menstrual (Entrevistada 5).

Gosto de empreender. Me sinto realizada profissionalmente, já conquistei muita coisa. Por exemplo, as casas que meus filhos moram hoje eu conquistei com o dinheiro do meu trabalho. Eu não empreendo mais por falta de tempo e dinheiro. Porque precisa de capital para investir em alguma coisa. E tempo, porque o meu serviço hoje me consome muito tempo (Entrevistada 6).

Eu amo meu trabalho, faço por amor. Porque assim, quando a pessoa percebe que recebeu mais do que pediu e fica feliz, é muito gratificante, para mim é uma recompensa. As pessoas fazem texto na rede social falando do meu trabalho, agradecendo, é muito bom. Esse pedido mesmo que foi grande, a dona da escola me disse: Você é minha parceira, vou fechar com você tudo o que eu fizer. Então é muito gratificante. E quando eu estou trabalhando eu esqueço os problemas, não lembro de nada, fico trabalhando até tarde, eu vou além das minhas forças. Mas é com muito amor. Acho que não tem coisa melhor do que fazer o que a gente ama (Entrevistada 7).

Empreender é poder realizar um sonho, ganhar meu dinheiro e ajudar outras pessoas (Entrevistada 6).

A questão financeira aparece como importante. Todas elas se sustentam a partir de seus empreendimentos.

Aí fora eu não conseguiria isso, porque eu não tenho estudo, eu só fiz o primeiro grau. E mesmo com estudo, com diploma de baixo do braço...eu conheci uma menina que está trabalhando em loja de festas, aonde eu compro material e está como atendente (Entrevistada 7).

O que falta é uma organização financeira, mas pelo menos eu tenho o dinheiro para sobreviver. Hoje eu tiro mais do que eu tirava na coordenação, mas o trabalho é muito maior (Entrevistada 5).

Observa-se que apesar de terem iniciado seus empreendimentos por necessidade, como tática de sobrevivência, essas mulheres consideram-se bastante satisfeitas com o seu trabalho e dizem que o empreendedorismo tornou-se uma atividade prazerosa e gratificante, com a qual se sentem realizadas. No entanto, como visto anteriormente, o empreendedorismo que é fruto da necessidade é uma das alternativas impostas pela crise do mundo do trabalho e assemelha-se muito mais ao trabalho precário, por não garantir segurança nem direitos trabalhistas. Percebe-se também que o empreendedorismo na Maré, assim como em outras favelas cariocas,

foi impulsionado por programas governamentais que transformaram o trabalhador informal em microempreendedor individual.

#### 4.6 EMPREENDEDORISMO COMO CUIDADO

As mulheres empreendedoras estão construindo seus próprios espaços e atuações - e elas não estão sozinhas. Levam consigo outras mulheres, a família e a comunidade. Da sua maneira vão criando a sua inclusão, flexibilizando e conciliando as suas jornadas de trabalho e promovendo transformações. É a representatividade de cada uma delas o exemplo que vai incentivando e motivando outras mulheres.

A gente tem outras questões que precisam ser validadas nessa experiência de vida, então não é só o meu bem estar que eu estou preocupada, eu estou preocupada com o bem estar da minha mãe, estou preocupada com o bem estar do meu irmão, do meu sobrinho, e no caso das mulheres que são mães, dos filhos, da mãe, da avó, e assim por diante, então esse lugar que a mulher ocupa do cuidado e apesar de dificultar esse processo de empreender, mas eu acho que a mulher da conta disso também (Entrevistada 4).

Não é fácil. mas é prazeroso, porque enquanto ele está brincando eu estou costurando. E a mulher não empreende só para vender. Ela está preocupada em como vai atingir do outro lado. Ela não está vendendo só, mas está empreendendo com propósito, com sentido (Entrevistada 5).

Além de se preocuparem com o bem estar próprio e do próximo, as mulheres enxergam o empreendedorismo como possibilidade de conciliar o trabalho com o cuidado da casa e da família.

Empreendendo eu consigo conciliar com o cuidado do meu filho. Por exemplo, se meu filho fica doente eu não preciso pagar alguém para olhar, eu que cuido, dou os remédios (Entrevistada 5).

Porque criei minhas 4 filhas, nunca tinha muita coisa, mas comida não faltava e eu pude dar aquilo que elas precisavam de, carinho, atenção estar do lado. E agora ajudar minhas netas. Então, depois que eu tive minhas filhas eu não tive a intenção de trabalhar fora e até hoje eu não tenho o pingão de intenção (Entrevistada 7).

Apesar de ser um fator positivo, essa conciliação também apresenta-se como um fator dificultador no momento de empreender, afinal as mulheres estão sempre preocupadas com o cuidado da família e dos filhos.

Um dos meus maiores desafios é ser mãe e empreendedora. Mas acho que é para as outras mulheres também. Ter que dar conta de tudo dentro de casa e do trabalho...acho que ser mãe é muito complicado dentro desse sistema (Entrevistada 5).

As mulheres também se apoiam e cuidam uma das outras.

Hoje eu vejo as mulheres se apoiando. Tipo as vezes eu fico com o filho da acupunturista e não fico porque eu tenho tempo, eu fico porque eu sei que é difícil para ela. Às vezes eu o levo no transporte. E isso é de um valor imensurável. Até porque aqui as creches têm inúmeras dificuldades, tem os tiroteios, hoje faltou água e meu filho está em casa. Eu também percebo um apoio do outro lado, eu falo que vou atrasar com o pedido, disse que meu filho ficou doente. E elas me dizem: Tudo bem, o meu também ficou resfriado. Existe um apoio do outro lado. É muito interessante (Entrevistada 5).

Eu me considero empreendedora porque eu gero renda, e incentivo as pessoas a gerarem renda, que é o caso da Aline, em que ela outrora estava super desanimada com o trabalho dela que ela tinha, e ela viu uma projeção no negócio dela, através do curso do SEBRAE, que eu tive a participação de estar divulgando, e estar nas aulas presenciais, eu também me considero uma empreendedora porque eu incentivo o outro a produzir e valorizar aquele trabalho que ele tem (Entrevistada 1).

A casa das Mulheres produz um formato de **empreendedorismo afetivo** que se baseia a partir do entendimento de que um empreendedorismo não é uma ação nova e muito menos uma ação nova entre as mulheres, passa por um reconhecimento dessas mulheres do seu papel, dos espaços de trabalho que tem como referência a ancestralidade dessas mulheres de periferia. Nesse sentido, o empreendedorismo se produz a partir delas pensarem que estes são espaços que elas precisam ocupar (Entrevistada 4).

Elas também buscam o bem estar da comunidade.

Eu sonho que meus filhos sejam bem criados, que eu tenha um lugar maior de trabalho, que eu ganhe mais apoios...com relação ao trabalho aqui na comunidade e isso...não tenho sonhos mais loucos não. E eu quero dizer que as mulheres continuem apoiando umas às outras, é muito confortante ver que vou fazer, aí a outra diz eu posso te ajudar...mesmo que seja mínimo isso é muito bom, que a gente tenha esses espaços dentro da comunidade, para que a gente consiga organizar (Entrevistada 5).

Eu acho que ser empreendedora é poder fazer de uma ideia algo que produz capital, que produz conhecimento e que produz resultado impacto com o território, para mim ser empreendedor é isso. Mas é isso, a mulher faz tudo de forma coletiva, e isso para mim faz parte da própria história da Maré e também faz parte da história de outras favelas. E aí se criou o Buffet Maré de Sabores que é esse espaço empreendedor que foi sendo construído. Dessa demanda dessas mulheres, a Redes tinha um seminário de educação, e esse seminário a gente fez o nosso primeiro evento que foi um almoço (Entrevistada 4).

Então, hoje eu gosto de apresentar a Maré e o projeto, como uma forma de apoio da comunidade, uma forma de ajudar a nossa favela, e assim sensibilizar, na questão da saúde, na questão ambiental, na questão da arte, valorizar a mão de obra dos moradores que produzem, não para deixar dentro de casa, como um acervo dentro de casa, elas precisam produzir para gerar renda para eles (Entrevistada 1).

Observa-se que empreender para estas mulheres tem uma característica específica: o cuidado. Elas se ajudam, preocupam-se umas com as outras, querem o melhor para a comunidade. Elas vão além da competição de mercado, tentando assim empreender de forma coletiva e impactando positivamente o território. O cuidado, como visto anteriormente, é definido como tudo o que pode ser feito para manter, continuar e reparar o mundo para que se consiga viver da melhor maneira possível. Isso é o que foi visto com essas mulheres empreendedoras da Maré que ao, seguir a lógica de cuidar da família ou da casa, acabaram transferindo essa preocupação para a prática empreendedora, realizada como ato de sobrevivência, de resistência às dificuldades impostas pelo território, à falta de oportunidades do mercado de trabalho e à falta de renda. Não é apenas a ideia do empreendedorismo neoliberal que exalta o sujeito individualista e o considera o único responsável pelos seus resultados. São empreendedoras que atuam de forma mais ampla, em que o afeto se expressa pelo cuidado, em que estas mulheres lutam não só pelo seu bem estar, como também pelo bem estar da comunidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos anteriormente, o empreendedorismo não é uma atividade nova: as transformações no mundo do trabalho somadas ao discurso e à prática neoliberal o impulsionaram. Tornando-o bastante conhecido e muito presente em nosso dia a dia, mobilizando desde os grandes empresários até os microempreendedores e trabalhadores autônomos. Foi observando, escutando o campo a partir de uma abordagem psicossocial e interdisciplinar - na qual se levou em consideração as relações, as dimensões particulares e coletivas - que se pôde compreender o que é o empreendedorismo para as mulheres na Maré.

O campo pesquisado é um território complexo composto por 16 comunidades que são constantemente atravessadas pelos tiros e pela violência, em que muitos recursos não disponíveis e com moradores que buscam a reinvenção. Por isso, procurou-se ter uma escuta aberta em que se permitisse ser afetada, além de deixar emergir o que o campo tinha a dizer. Se as operações policiais acontecem sob a justificativa de repressão ao tráfico, elas deixam a comunidade em estado de guerra. Empreender em um território marcado pela violência e por suas diversas restrições é sem sombra de dúvida bastante desafiador e desgastante. Se as UPPS e o projeto de pacificação representaram uma possibilidade de gestão política e econômica de certos territórios onde antes não era possível, elas também representam para seus moradores o poder regulador.

A revisão teórica trouxe a perspectiva de que a mulher realiza o trabalho reprodutivo, aquele que é desvalorizado socialmente, gratuito e que sustenta o trabalho produtivo e o próprio capitalismo. No Brasil, são as mulheres negras que realizam, na maioria das vezes, este tipo de trabalho e que, ao empreender, elas esperam conquistar a autonomia e liberdade. No entanto, o que se observa é que muitas vezes o empreendedorismo, ao invés de ser empoderador, acaba reforçando os padrões do trabalho precarizado: as mulheres precisam dar conta de si, da família e do negócio, pois o empreendedorismo predominante em territórios de periferia, de favela, e entre as mulheres é o de necessidade. Esse empreendimento nasce sem planejamento prévio e sem uma pré-disposição para assumir riscos, não envolve uma operação de elevado retorno e, na maioria das vezes, não representa nenhuma inovação em termos de gestão e de produto, além de não ser resultado de uma oportunidade identificada. Os empreendimentos surgem da necessidade de sobrevivência e acabam tendo características de um trabalho precário, sem garantias e direitos ao trabalhador.

No entanto, os aspectos observados pelo empreendedorismo realizado por estas mulheres não se restringem ao empreendedorismo de necessidade e apresentam características singulares. É um empreendedorismo que vai além dos conceitos que normalmente são apresentados pela literatura: aqueles que apresentam o empreendedor como alguém que assume riscos e começa algo novo; que destaca a aspiração de poder e autonomia, o desejo pelo sucesso e a satisfação de criar algo; que apresenta a inovação associada a um ou mais processos. É um empreendedorismo que emerge do território, das próprias comunidades, sendo tecido pelos seus próprios habitantes, que busca mais a aproximação do que a competição e tem como objetivo transformar a realidade local, gerando um bem estar social e cultural. Essas mulheres, ao empreender, não estão apenas preocupadas com o seu sustento - elas também se importam com o seu entorno. Portanto, suas ações são a partir do território e para o território, como uma atividade local, visando a qualidade de vida de todos e a melhoria da comunidade.

Não é de hoje que as mulheres precisam resistir e se adaptar para garantir a sua renda. O empreendedorismo não é uma atividade nova nas favelas cariocas, ele apenas ganhou uma cara nova. É a partir dele que elas estão buscando uma maior legitimidade e empoderamento, através do apoio mútuo e das ações coletivas. Ao se apoiarem e se sustentarem economicamente através de suas ações empreendedoras, as mulheres conseguem receber mais do que no trabalho com carteira assinada. Desta forma elas também se sentem realizadas e satisfeitas com o trabalho que fazem, o que gera impacto positivo em sua autoestima, na relação com sua família e com sua comunidade. Pode-se dizer que este empreendedorismo é o início do empoderamento destas mulheres e, conseqüentemente, de um maior controle sobre a sua própria vida.

Somando a revisão teórica e a vivência em campo, observou-se que estas mulheres são microempreendedoras, que se descobrem criativas, quase como uma obrigação para a sobrevivência, que “se viram nos 30” e que agem a partir de seus recursos e conhecimentos, “dando um jeito” de conseguir o seu sustento e o da sua família. Apesar de o desemprego e as condições de trabalho precárias serem mencionados como motivação inicial para implantação desses pequenos negócios, elas gostam do que fazem, se sentem felizes, autorrealizadas e não voltariam para o mercado de trabalho formal. Para elas o empreendedorismo é positivo, é uma forma de se apoiarem umas às outras, sendo uma atividade mais coletiva do que individual. E assim como foi visto na literatura, elas podem ser consideradas “empresárias de si”, pois são

sujeitos com envolvimento total e com vontade de realização pessoal, assumindo todos os riscos de seus negócios e sustento, empreendendo não só seus negócios, como suas vidas. Desta forma, percebe-se que o empreendedorismo para essas mulheres é um modo de pertencimento e inclusão na sociedade, de realização de sonhos e de conquista do seu espaço. E sim, para elas empreender é conquistar a liberdade e autonomia de seus trabalhos, de se sentir incluída e aumentar a autoestima. No entanto, não podemos esquecer que o empreendedorismo nas favelas cariocas foi impulsionado por programas e discursos sedutores sobre se tornar dono do seu próprio destino. Será então que este discurso “glamoroso” foi também aceito por elas para não se verem mais como desempregadas ou precarizadas e sim como empreendedoras?

Estas mulheres que moram em favelas sofrem enormes dificuldades de encontrar o seu espaço na sociedade, e veem no empreendedorismo a oportunidade de assumir o seu lugar no mundo e ser dona da sua história. Pode-se assim supor que o empreendedorismo pode também aparecer como uma forma de enfrentar o racismo e as relações de poder desigual, normalmente, encontradas no mercado de trabalho. Empreender para essas mulheres é muito mais do que uma ocupação profissional: é uma forma de expressar não somente sua condição de mulher de negócios, como também sua condição social. E seus empreendimentos evidenciam relações em que o afeto e a colaboração aparecem em primeiro lugar. Tais características ampliam a concepção de empreendedorismo, tal como foi visto na revisão teórica, que traz os "valores empreendedores" como sendo unicamente conquistas pessoais sem visar o coletivo.

A configuração do empreendedorismo para as entrevistadas está apoiada em sentidos subjetivos associados às suas trajetórias, ao contexto atual e à cultura dentro da qual a atividade é desenvolvida. Para elas estar junto à família e exercer atividades econômicas a partir do ambiente domiciliar favorece uma melhor qualidade de vida, o protagonismo e a autonomia material diante das práticas de trabalho precário, do racismo e das estruturas de dominação a que estariam submetidas no mercado formal de trabalho. E assim como foi visto no estudo de Isoke (2013), mencionado anteriormente, se as mulheres, principalmente as negras, não tem seu espaço garantido na sociedade, é dentro de casa que elas criam locais para uma vida, história, cultura e política. Muitas vezes utilizam esta casa como espaços políticos para criar e dedicar cuidados uns com os outros e com suas comunidades. Por isso o lar é muito importante para essas mulheres, funcionando muitas vezes como oficina, escritório, lugar de trabalho e de empreendedorismo. Isso significa encontrar maneiras de confrontar e transformar criativamente

estruturas existentes de dominação. Portanto, a resistência é frequentemente articulada de forma afetiva e expressa através de discursos de cuidado, pertencimento e relações; não só através da objetividade e racionalidade. Além de envolver o ato de estar atenta e prestar cuidados aos indivíduos, o “fazer em casa” gera pertencimento, libertação e um diferente olhar para si mesma

Por fim, apesar de não ter sido a intenção inicial buscar uma nova definição do que é o empreendedorismo, o campo trouxe considerações importantes que foram identificadas através das observações, da escuta, dos gestos e das ações das entrevistadas nas quais o afeto se expressa pelo cuidado. O cuidado emergiu do próprio campo. Desse modo além dos tipos de empreendedorismo apresentados pela literatura, o que foi visto é que essas mulheres realizam um empreendedorismo do cuidado. Pois ao empreender elas também estão cuidando e assumindo não só a responsabilidade de si e de sua família, como também da comunidade ao seu redor. Para elas a ação empreendedora só faz sentido se for afetiva e se puderem cuidar do que elas considerarem importantes. Não é só sobre ganhar dinheiro, é sobre ter propósito. E apesar de toda individualidade do mundo do trabalho e da competição do empreendedorismo, essas mulheres empreendem de forma coletiva e para o coletivo através de uma rede de apoio. Para elas o cuidado pessoal e o coletivo não se separam. Elas fazem do empreender um ato de autorrealização e de cuidado: de si, do outro e da comunidade. Como diz a entrevistada 4: “É isso, a mulher faz tudo de forma coletiva, e isso para mim faz parte da própria história da Maré”.

Apesar de se tratar de um estudo de caso, em que não se pode universalizar os resultados, espera-se que este estudo possa contribuir para a ampliação do entendimento e das práticas do empreendedorismo, alargando o seu conceito para absorver o que se pode chamar de um empreendedorismo com cuidado. Abrindo, assim, espaço para diálogos e caminhos que incentivem empreendedores e políticas públicas mais integrativas que cuidem do território, das pessoas e das relações.

## 6. REFERÊNCIAS

- ALEGRE, P. As Transformações do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, (4), p.14–19, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas: 25(87), p. 335–351, 2004.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: Asmúltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal: (83), p. 19-34, 2008.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARBOSA, J., De Souza e Silva, J. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro: (1), p.115–126, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARRETO, T. **Trabalhadores Informais e Desempregados: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA, Salvador: 2005
- BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BESIGHINI, R. Empreendedorismo e precarização da força de trabalho: um estudo sobre microempreendedores em São Gonçalo- RJ. **Repositório Institucional: UFSC**, 2017.
- BIALAKOWSKY, A. *et al.* “Diluición y mutación Del trabajo em la dominación social local”, **Revista Herramienta**, Buenos Aires: (23), p.133-140, 2003.

BROCKLING, U. **El Self empreendedor**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

CAMARA. Y., Y, CAMARA. Canudos revisitado: uma breve análise do que foi a utopia de Antonio Conselheiro, ameaça à consolidação do poder da república no final do século XIX. **Revista Entrelaces**. Ceará: (5) p.5-19, 2015.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledes**, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 07/10/2019

CASAQUI, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, (29), p. 44-56, 2015.

COCCO, G. **Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na era da Globalização**. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, M. **Women and the Subversion of the Community**. Estados Unidos da América: Paperback, 1975.

CRUZ, C. **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações: um estudo de caso: Pramp's lanchonete**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo na Prática. Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. **Inovação e Espírito Empreendedor - Prática e Princípios**. São Paulo: Pioneira, 2002.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio.” **Cuadernos de Antropología Social**. Buenos Aires: p.25-38, 2015.

ESSERS, C.; Tedmanson, D.; Verduyn, K. **Critical Perspectives on Entrepreneurship**. Inglaterra: Routledge, 2017.

FEDERICI, S. **O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018.

FERREIRA, A. Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão pela liberdade. **Revista de Filosofia: Aurora**. Curitiba: (21), p. 59-72, 2009

FERREIRA, A., CURVELLO, F. MONTEIRO, G. Técnica de governo e práticas psicológicas: humanismo e empreendedorismo. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto: (17), p. 261 – 274, 2009.

FILARDI, F., BARROS, F. D., FISCHMAM, A. Do Homo Empreendedor ao Empreendedor Contemporâneo: Evolução das Características. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**. São Paulo: (13), p.123-140, 2014.

FONTOURA, G. **Negras Minas: o sentido do trabalho para as mulheres negras**. São Leopoldo: (18), p. 425-440, 2013.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.**

FREIRE, L. D. L. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Revista Dilema**, Rio de Janeiro: p. 95–114, 2008.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development**. Cambridge: Harvard, 1982.

- GORZ, A. **Miserias del presente, riqueza de lo posible**. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- GORZ, A. **O Imaterial** - Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: Anna Blume, 2005.
- GOUVEIA, T., GRISCI, C. **A Demanda Empreendedora e o Trabalho Imaterial na Construção da Subjetividade do “Empreendedor”**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2006
- GRABOIS, P. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contra condutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. São Paulo: (19), p.07-27, 2011.
- GUIMARÃES, A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**. São Paulo: (4) p.9-43, 2004
- GUIMARÃES, I. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Cadernos CRH**. Salvador: (24), p. 89-104, 2011.
- HAGUETTE, T. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1995.
- HIRATA H., KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. (37), p.595-609, 2007.
- HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre: (21), p. 24-41, 2009
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo: (2) p. 73-103, 2014.
- HIRATA, H. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**. Campinas: (46), p.151-163, 2016.

ISOKE, Z. **Urban Black women and the politics of resistance**. EUA: Transforming Anthropology, 2013.

JODELET, D. **Inácia D'Ávila Neto: Uma prática psicossocial inovadora**. In: MACIEL, T. B.; SOUZA, C. M. Inovação e trajetos: Comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. Curitiba: Appris, 2019

KORNIJEZUK, F. **Características empreendedoras de pequenos empresários de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade, Ciência da Computação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília: 2004.

KUNHEN, T. A ética do cuidado como teoria feminista. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: 2014.

LAVILLE, C., DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, J. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**. Porto Alegre: (12), p.158-198, 2010.

LIMA, M. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. Métodos e técnicas de pesquisa: ferramentas qualitativas. In: ABDAL, A. et al. (Orgs.). Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais – Bloco qualitativo. São Paulo: SESC São Paulo/CEBRAP, 2016.

LIMA, S. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra e Cultura**, Londrina: (39), p32–49, 2004.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudo Feministas**. Florianópolis: (22), p. 935-952, 2014.

MACIEL, A. Resistência e prática de si em Foucault. **Revista Trivium-Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: (6), p. 01 a 08, 2014

MEDEIROS, C. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: (24,) p. 263-292, 2015.

MELO, H., CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? R. **Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. (13), p. 135-158, 2009.

MELLO, A. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba: (15), p.179–197, 2011.

MINAYO, M. C. S (ORG.).**Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes. 1993.

MINAYO, Maria C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONICO, L. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. (3), p.724-733, 2017.

MOSCOVICI, S., **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, E., MOITA, D., AQUINO,C.O Empreendedor na Era do Trabalho Precário:relações entre empreendedorismo e precarização laboral.**Psicologia Política**.(16), São Paulo: p.207-226, 2016.

OLIVEIRA, S. A. Favela empreendedora: os caminhos da informalidade como alternativa ao desemprego. **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: 2017.

OLIVEIRA.T. Protagonismo cultural e empreendedorismo urbano: encruzilhadas da lei de fomento ao teatro em São Paulo. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador: 1(8), p. 239-254, 2015.

PELBART, P.P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003

- PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia Política**. Paraná:18(36), p.15–23, 2010.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.**CLACSO-Conselho Latino Americano de Ciências Sociais**. Buenos Aires: p.117-142, 2005
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIVERA, P. Feminismo de base comunitária no conjunto de favelas da Maré (RJ): Uma análise de iniciativas que discutem questões de gênero. **Revistas Debates Insubmissos**. Caruaru: (1), p.110-142, 2018.
- ROQUE, M. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre: (22), p.7-32, 1999.
- ROSE, N. **Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SARDENBERG, C. Liberal vs Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women's Empowerment. **IDS Bulletin**. EUA: (39), p. 18-27, 2008.
- SARDENBERG, C. Negotiating Culture in the Promotion of Gender Equality and Womens Empowerment in Latin America.**IDS Working Paper**. EUA: p. 03-44, 2012.
- SCHWARCZ, L., GOMES, F. Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia da Letras, 2018.
- SHANE, S. A. **General theory of entrepreneurship: the individual-opportunity nexus**. North Hanpton: Edward Elgar, 2003.
- SILVA NETO, A. L., Nunes, L. Traçado Urbano e Criminalidade Carioca: Aspectos Históricos da Favelização do Rio De Janeiro. **Espaço Aberto**. Rio de janeiro: 2(1), p. 39–54, 2012.

SILVA, F. Empreendedorismo Social. **Revista Científica Fac Mais**. Inhumas: (2), p.104-11, 2012.

SILVA, J.et. al. Empreendedorismo feminino no Brasil: Teorias, políticas tendências. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: (6), p. 30-46,2018.

SILVA, R. C. **Maré: a invenção de um bairro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais – FGV, Rio de Janeiro: 2006.

SOUSA, L., GUEDES, D. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. São Paulo: (30), p.123-139, 2016.

SOUZA, M., MARIANO, S. Divisão sexual do trabalho, políticas de cuidado e gênero em contexto de pobreza urbana. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis: 2017.

TEIXEIRA, D; Souza, M. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: (25), p.65-72, 1985.

TOMMASI, L. **A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária**. São Paulo: Rev. Inst. Estud. Bras., (56), p.15-42, 2013.

TRONTO, J. **Un monde vulnérable: pour une politique ducare**. Paris: La Découverte,1993.

VARANDA, A.P. **Gênero e práticas econômicas comunitárias na produção do espaço das favelas do Rio de Janeiro**. Curitiba: Appirus, 2018.

VASCONCELLOS M., Silva, V., R. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea**. p.311–327, 2014.

VERSTRAETE, T. **Entrepreneuriat: modélisation d'un phénomène**. Reveu de l'Entrepreneuriat: França (1), p.5-24, 2001.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman. 2003.

**SITE:**

Brasil Gov, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/brasil-empendedor-em-numeros> Acesso em: 12/01/2019

Brasil Gov, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/empendedorismo-social-gera-lucro-e-desenvolvimento> Acesso em: 12/01/2019

DATASEBRAE. GEM – Relatório Executivo, 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/GEM-2018apresenta%C3%A7%C3%A3o-SEBRAE-Final-slide.pdf> Acesso 22/10/2019

ENDEAVOR. Disponível em: [https://rdstationstatic.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F6588%2F1425322649Rio\\_de\\_Jan\\_eiro\\_Empendedor](https://rdstationstatic.s3.amazonaws.com/cms%2Ffiles%2F6588%2F1425322649Rio_de_Jan_eiro_Empendedor)

ESTADÃO. 41% das brasileiras tem medo de se defender. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,41-das-brasileiras-tem-medo-de-defender-ospropios-direitos-veja-taxa-em-outros-paises,30614> Acesso: 02/07/2018

ESTADÃO. Mulheres tem mais escolaridade, mas ganham menos, diz IBGE. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-tem-mais-escolaridade-mas-ganhammenos-diz-ibge,448362> Acesso: 02/07/2018

ESTADÃO. No Brasil, 55% da renda fica com os 10% mais ricos. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-55-da-renda-fica-com-1-dapopulacao,70002119783> Acesso em: 01/07/2018

EXAME, disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/o-cenario-do-empendedorismo-feminino-no-brasil/> Acesso em: 04/10/2018

FOLHA DE SÃO PAULO. Desigualdade no Brasil. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/numeros/pesquisa-com-dados-do-ir-mostradesigualdade-estavel-de-2006-a-2012.shtml> Acesso em: 02/07/2018

FOLHA DE SÃO PAULO. Desigualdade no Brasil. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/numeros/pesquisa-com-dados-do-ir-mostra-desigualdade-estavel-de-2006-a-2012.shtml> Acesso em: 21/09/2018

G1. Mulheres trabalham 7,5 horas a mais por semana que os homens, diz IPEA. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-trabalham-75-horas-amais-por-semana-que-os-homens-diz-ipea.ghtml> Acesso: 02/07/2018

GLOBO, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/crise-faz-empendedorismo-por-necessidade-voltar-a-crescer-no-brasil.ghtml> Acesso em: 04/10/2018

MULTIRIO. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3086-mare-uma-cidade-dentro-do-rio-de-janeiro> Acesso em: 06/01/2019

O GLOBO. Mulheres estudam mais, mas recebem menos do que os homens. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-estudam-mais-mas-recebem-235-menos-do-quehomens-22461826> Acesso: 02/07/2018

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, disponível em: [http://observatoriodefavelas.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/Censo\\_Empreendimentos\\_24\\_julho.pdf](http://observatoriodefavelas.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/Censo_Empreendimentos_24_julho.pdf) Acesso em: 11/10/2019

ONU. Uma em cada três mulheres já sofreu violência sexual. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/uma-em-cada-tres-mulheres-ja-sofreu-violencia-sexual-ou-fisica-alertamagencias-da-onu/> Acesso: 30/06/2018

OXFAM – Relatório Tempo de cuidar. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/> Acesso em: 27/01/2020

PMERJ. Comandante da PM do Rio quer retomar projeto das UPPs em 2020. Disponível em: <https://pmerj.rj.gov.br/2020/01/comandante-da-pm-do-rio-quer-retomar-projeto-das-upps-em-2020/> Acesso em: 15/02/2020

REDE MULHER EMPREENDEDORA. O empoderamento feminino pelo empreendedorismo. Disponível em: <http://redemulherempreendedora.com.br/2017/11/14/o-empoderamento-feminino-peloempreendedorismo/> Acesso 03/07/2018

REDES DA MARÉ. CENSO MARÉ. Disponível em: <https://redesdamare.org.br/br/publicacoes> Acesso em: 09/12/2019

UOL. Brasil é o 2º pior em ranking de diferença de salários entre homem e mulher. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/11/22/brasil-e-penultimo-em-ranking-de-diferenca-de-salarios-entre-homem-e-mulher.htm> Acesso 02/07/2018

UOL. Desemprego entre mulheres era maior que dos homens em 2015, diz IBGE. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-carreiras/noticias/redacao/2016/11/25/desemprego-entremulheres-era-maior-que-dos-homens-em-2015-diz-ibge.html> Acesso:02/07/2018

## 7. ANEXOS

### 7.1 ANEXO 1: ROTEIRO DA ENTREVISTA

#### I. Dados da entrevista

- a. Nome da entrevistadora:
- b. Data e hora (início e fim) da entrevista:
- c. Duração:
- d. Local:
- e. Como o contato foi estabelecido?
- f. Tipo de registro: gravação áudio/ registro fotográfico/ anotações durante a entrevista.

#### II. Dados do entrevistado

- a. Nome da entrevistada:
- b. Cidade natal e data de nascimento:
- c. sexo
  - ( ) Feminino.
  - ( ) Masculino.
  - ( ) Outro.

#### III. Localização/contatos da entrevistada

- a. Endereço:
- b. Telefone para contato:
- c. Facebook:

#### IV. Cor/ religião

- a. Como se autodeclara (etnia)?
  - ( ) Branca.
  - ( ) Preta.
  - ( ) Parda.
  - ( ) Amarela.
  - ( ) Índia.
- b. Religião na qual nasceu?
  - ( ) sem religião
  - ( ) Nasci no catolicismo
  - ( ) Nasci na umbanda
  - ( ) Nasci Protestante
  - ( ) Nasci em outra religião. Qual?
- c. Religião que pratica?
  - ( ) Não pratico religião

- ( ) *Pratico o catolicismo*
- ( ) *Pratico o umbandismo*
- ( ) *Pratico o protestantantismo*
- ( ) *Pratico outra religião. Qual?*

**V. Casa/ relações parentais**

*a. Filhos?*

- ( ) *Não.*
- ( ) *Sim. Quantos? Idades?*

*b. Estado civil?*

- ( ) *Solteira.*
- ( ) *Solteira com namorado.*
- ( ) *Casada.*
- ( ) *Separada.*
- ( ) *Divorciada.*
- ( ) *União estável.*
- ( ) *Viúva.*
- ( ) *Prefere não declarar.*

*c. Mora com quem?*

*d. Sua casa é...*

- ( ) *Própria.*
- ( ) *Alugada.*
- ( ) *Emprestada.*
- ( ) *Aluga quarto*

*Você sustenta sua casa...*

- ( ) *Sozinha.*
- ( ) *Alguém ajuda - quem?*

**VI. Ocupação/ trabalho**

*a. Trabalha fora?*

- ( ) *Não.*
- ( ) *Sim.*

*b. Tem algum registro*

- ( ) *MEI*
- ( ) *Carteira Assinada*
- ( ) *Outro, qual?*

*b. Estuda atualmente?*

- ( ) *Não.*
  - ( ) *Sim.*
- O quê?*  
*Onde?*

**VII. Movimentos Sociais**

*a. Participa de movimentos sociais?*

- ( ) *Não*
- ( ) *Sim. Qual? \_\_\_\_\_*

*Data de início de participação:*

### **VIII. Dados Sócio-técnicos**

*a. Grau de escolaridade?*

- Analfabeto/ Fundamental I Incompleto.*
- Fundamental I Completo/ Fundamental II Incompleto.*
- Fundamental II Completo/ Médio Incompleto.*
- Médio Completo/ Superior Incompleto.*
- Superior Completo.*

*b. Na sua rua tem água encanada?*

- Não.*
- Sim.*

*c. A sua rua é pavimentada?*

- Não.*
- Sim.*

*d. Renda familiar fica em torno de:*

- Até R\$ 1.448,00.*
- De R\$ 1.448,01 até R\$ 2.896,00.*
- De R\$ 2.896,01 até R\$ 7.240,00.*
- De R\$ 7.240,01 até R\$ 14.480,00.*
- R\$ 14.480,01 ou mais.*

*e. Você possui/ na sua casa tem (informar quantos no local tracejado):*

- Banheiros.*
- Automóveis.*
- Motocicleta.*
- Microcomputador.*
- Micro-ondas.*
- Lava-louça.*
- Lava-roupa.*
- Secadora de roupas.*
- Geladeira.*
- Freezer.*
- DVD.*

### **IX. Perguntas subjetivas**

*a. Conte um pouco da sua história de vida (Onde nasceu? Como chegou até aqui?)*

*b. Conte um pouco sobre a comunidade da Maré ( como é a vida aqui, o dia-a-dia, as pessoas)?*

*c. Você gosta de morar aqui?*

*d. Como é ser mulher aqui na Maré, há diferença para os homens, quais?*

*e. Você gostaria de ter outra vida, qual?*

*f. Quais são os seus desejos hoje (para sua vida)?*

*g. Conte sobre seu trabalho, o que você faz?*

*h. Você gosta do que faz ou gostaria de fazer outra coisa?*

*i. Conte sobre o seu dia-a-dia de trabalho, qual a sua rotina?*

- j. O que é o empreendedorismo para você?
- k. É igual para todo mundo, porque?
- l. Você se considera empreendedora, porque?
- m. O que é ser empreendedora mulher na Maré?
- n.. Quais as dificuldades você enfrenta no seu trabalho?
- o. Essas dificuldades são as mesmas para outras pessoas, porque?
- p. Você acha que seu trabalho traz algum impacto para comunidade, qual?
- q. Tem mais alguma coisa que você gostaria de dizer, que eu não perguntei?

*Alguns desses momentos marcantes combina com pontos marcantes da Maré?*

*Qual o seu sonho quando criança?*

*Porque você se tornou empreendedora*

*Como é o Empreendedorismo na Mare*

*Quais as diferenças de outros lugares/pessoas*

*Porque você acredita no empreendedorismo*

*Sabia que os empreendedores trabalham mais?*

*Quase são 50% por necessidade*

*Apenas 30% duram mais de 5 anos*

*Como é a sua rotina, considerando o trabalho doméstico. E a do seu marido*

*Voce contribui com quantos % da renda familiar? Considera sustentável*

*financeiramente*

*Quem são seus exemplos de vida e porque*

*Voce estuda sobre empreendedorismo*

*Documentos do projeto/controla financeiro*

*Numero de pessoas atendidas por dia*

*Quem define os tipos de serviços/cursos*

## **X. Observações sobre a entrevista/ ambiente**

a. Descrição do entrevistado (física, sua apresentação, seu jeito, suas atitudes, traços de personalidade, inclinações etc).

b. Há privacidade?

( ) Não.

( ) Sim.

c. Interrupções?

( ) Não.

( ) Sim.

d. Presença de outras pessoas?

( ) Não.

( ) Sim. Quem?

e. Como vocês se sentaram?

f. Como era o ambiente?

g. Processo da entrevista (Como se desenvolveu a entrevista?/A relação entre entrevistado e entrevistador? Quais as emoções evidentes e em que momentos surgem?).

h. Impressões gerais/Insights (O que mais te chamou a atenção? Por quê? O que te incomodou? O que você gostou?)

## 7.2 ANEXO 2: RCLE – REGISTRO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

**Objetivo da Pesquisa:** Compreender a atuação empreendedora das mulheres moradoras da Maré, identificando quais as barreiras, as dificuldades e relações interferem em seu empreender.

### Entrevistado

Nome:

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Maria Inês da Rocha Cavalcanti, comunicóloga, mestranda do programa EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está conduzindo uma pesquisa sobre Empreendedorismo Feminino e gostaria de sua contribuição.

Para isso, serão realizadas entrevistas com empreendedoras moradoras da Maré.

A entrevista é um diálogo onde não existem respostas certas ou erradas. A proposta é compreender como as mulheres se vêem como empreendedoras e quais os impactos em sua vida.

Como empreendedora e moradora da Maré você está sendo convidada a participar desta pesquisa. Como parte do estudo, sua contribuição será a participação em uma entrevista em que pontos sobre a sua atuação profissional serão abordados. A entrevista se dará em uma sala com privacidade, é importante saber que cada entrevista pode durar até 2 horas.

Sua participação na pesquisa, bem como as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não lhe causar prejuízos ou constrangimento. Caso seja de sua vontade, para a publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome o qual não permitirá a identificação dos participantes, para preservar o anonimato de sua identidade.

A entrevista será gravada (áudio), anotada e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Somente a equipe da pesquisa terá acesso aos dados (gravação e transcrição da entrevista). As transcrições serão arquivadas pelo mestrando e

terão uma cópia guardada na sede do Programa EICOS, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por um período de 5 anos, sendo depois descartadas.

A entrevista poderá causar desconfortos e riscos mínimos ao entrevistado, pois poderá ter acesso a lembranças de situações delicadas de sua vida pessoal. Os riscos referentes aos dados coletados nas entrevistas estão restritos àquele espaço e poderão, até antes de sua publicação, serem retirados da pesquisa a pedido do entrevistado, caso se sinta invadido ou desconfortável com alguma informação passada, sem quaisquer prejuízos. Saliento que não será necessário dar continuidade a qualquer assunto comprometedor ou que possa gerar constrangimento ao entrevistado. Sendo assim, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento.

Apesar de a pesquisa não trazer nenhum benefício direto à você, sua participação é fundamental para a compreensão dos objetivos da pesquisa e poderá corroborar para a inspirar reflexão sobre as práticas do empreendedorismo, passando por muitos aprendizados e integração das vivências nos indivíduos e comunidade.

É válido destacar que sua participação é voluntária e que você terá liberdade de desistir da pesquisa no início ou durante o processo, não havendo nenhum tipo de penalidade por isso. Você tem, também, a liberdade de recusar a responder a qualquer pergunta específica.

Uma vez que o estudo estiver concluído, você terá acesso aos resultados, por meio de uma palestra a ser agendada para apresentar a pesquisa e pela entrega da dissertação. Se há alguma dúvida com relação à pesquisa, você poderá entrar em contato comigo através do seguinte endereço:

Maria Inês da Rocha Cavalcanti

Programa EICOS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250  
Telefones:  
Email:

Se você tiver alguma reclamação a respeito de sua participação, ou considera que sua participação na pesquisa lhe trouxe algum dano, por gentileza, entre em contato comigo,

com a orientadora responsável ou com o Comitê de Ética, onde essa pesquisa está, através dos dados abaixo. Suas sugestões também são muito bem-vindas.

Dra. Marta Pinheiro  
Orientadora da Pesquisa  
Programa EICOS  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-250  
Email:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha  
Av. Pasteur, s/n, Urca  
Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30  
Telefone: (21) 3938-5167  
Email: cep.cfch@gmail.com

Todas as reclamações ou sugestões serão mantidas em sigilo. É importante que as informações aqui contidas estejam claras. Caso tenha alguma dúvida, estamos à disposição para esclarecê-la a qualquer momento.

Ressaltamos que sua participação é muito importante para a compreensão dos objetivos dessa pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se desejar participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma cópia destas informações e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para seu próprio registro.

1 – Confirmo que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

4 – Recebi a minha via do termo de consentimento.

Sua entrevista está agendada para o dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019, às \_\_\_\_\_ h.

Local: \_\_\_\_\_.

Por gentileza, confirme se o dia, horário e local da entrevista são convenientes para você e assine o termo de consentimento para o uso das informações através da entrevista.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do participante: \_\_\_\_\_